

MARIGHELA

ESTRATÉGIA E REVOLUÇÃO



MARIGHELLA

ESTRATÉGIA E REVOLUÇÃO



MARIGHELLA

ESTRATÉGIA E REVOLUÇÃO



Copyright 2020 © Todos os direitos para todos

Organização, tradução, adaptação e revisão:

Editorial Adandé

Projeto gráfico, capa e diagramação:

Gato Preto Comunicação Popular

Impressão e acabamento:

Cooperativa Uhuru

Este livro é uma iniciativa militante e autogestionária, produzido e editado pela Casa da Resistência, centro de cultura e luta em Feira de Santana (Bahia), com o objetivo de colaborar para a formação teórica de lutadores e lutadoras do povo e com a difusão do pensamento revolucionário e socialista. O compartilhamento ou a reprodução total ou parcial desta obra é permitida e incentivada para fins não-comerciais e desde que citados os autores.

1ª edição, novembro de 2020.

2ª impressão (revisada), setembro de 2021.

Editorial Adandé – Casa da Resistência

Rua César Martins da Silva, 35, Centro.

CEP 44001-508 - Feira de Santana, Bahia.

www.editorialadande.com

[instagram.com/editorialadande](https://www.instagram.com/editorialadande)

[facebook.com/editorialadande](https://www.facebook.com/editorialadande)

“Nosso pequeno exército guerrilheiro é composto de voluntários, vivemos para lutar, a morte é um detalhe de percurso.”

Carlos Eugênio da Paz, em *Nas trilhas da ALN* (1997), o *Comandante Clemente*. Para quem dedicamos este livro, assim como ao *Comandante Toledo*, ao *Comandante Crioulo* e aos milhares de militantes da ALN. Carlos Eugênio, foi comandante militar da ALN, exilado e sobrevivente, faleceu em 29 de junho de 2019. Suas memórias e combatividade fizeram a ponte entre a geração de revolucionários e revolucionárias da ALN e a atual.

ÍNDICE

APRESENTAÇÃO

Pág. 8

MARIGHELLA: VIDA E AÇÃO CRIADORAS

Pág. 23

CARTA À COMISSÃO EXECUTIVA DO PCB

Pág. 31

CRÍTICA ÀS TESES DO COMITÉ CENTRAL

Pág. 42

DECLARAÇÃO NA COFERÊNCIA DA OLAS (CUBA)

Pág. 58

ENTREVISTA À RÁDIO HAVANA (CUBA)

Pág. 62

ALGUMAS QUESTÕES SOBRE AS GUERRILHAS NO BRASIL

Pág. 69

PRONUNCIAMENTO DO AGRUPAMENTO
COMUNISTA DE SÃO PAULO

Pág. 87

CHAMAMENTO AO POVO BRASILEIRO

Pág. 96

QUEM SAMBA FICA, QUEM NÃO SAMBA VAI EMBORA

Pág. 103

QUESTÕES DE ORGANIZAÇÃO

Pág. 107

SOBRE A ORGANIZAÇÃO DOS REVOLUCIONÁRIOS

Pág. 117

DISCURSOS DA RÁDIO LIBERTADORA

Pág. 121

ENTREVISTA À REVISTA FRONT (FRANÇA)

Pág. 143

MARIGHELLA E A AÇÃO LIBERTADORA NACIONAL

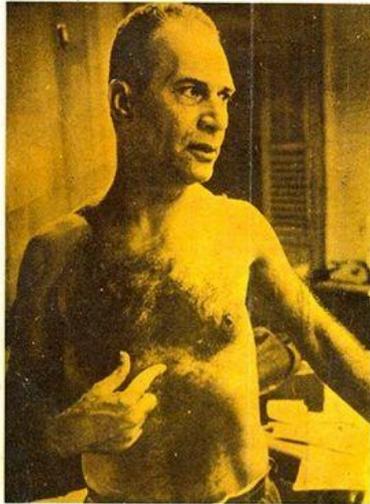
Pág. 159

**O FUTURO
DO CARRO
NACIONAL**

E LEIA
veja

EDITORA ABRIL - No. 11 - 20 DE NOVEMBRO DE 1968

NC\$ 1,00



PROCURA-SE

Marighela

**CHEFE COMUNISTA - CRÍTICO DE FUTEBOL EM COPACABANA
- FÃ DE CANTADORES DE FEIRA - ASSALTANTE DE BANCOS
- GUERRILHEIRO - GRANDE APRECIADOR DE BATIDAS DE LIMÃO**

Capa da Revista Veja que circulou em novembro de 1968.

APRESENTAÇÃO

O homem estampado como criminoso procurado e descrito na capa do periódico reacionário que circulava nas bancas do país em novembro de 1968 como chefe comunista, apreciador de batida de limão, fã de cantores de feira, crítico de futebol e guerrilheiro era Carlos Marighella, dirigente da Ação Libertadora Nacional, a ALN, principal organização revolucionária que enfrentou em armas a ditadura empresarial-militar brasileira. Declarado como “inimigo número 1” pelo regime fascista dos generais, Marighella era caçado e perseguido pelas forças de repressão, sendo exposto como um “terrorista perigoso” pela máquina de propaganda dos verdadeiros criminosos de farda da ditadura vassala do imperialismo. A mesma revista anunciaria exatamente um ano depois, em uma nova capa, com tons comemorativos e sua imagem ensanguentada, o assassinato do mais importante comunista revolucionário brasileiro, emboscado e morto em 4 de novembro de 1969, na Alameda Casa Branca, em São Paulo.

Carlinhos, como era chamado por seus vizinhos e amigos na infância e juventude, antes de se tornar um personagem envolto em uma mística heroica e referência para a esquerda revolucionária de todo o mundo, teve sem dúvida alguma, uma existência poética, e acima de tudo, corajosa. Nascido na Baixa dos Sapateiros, em Salvador, era o primeiro filho de Augusto Marighella, um operário italiano com influências anarquistas de Ferrara, região da Emília-Romagna, e de Maria Rita do Nascimento, uma mulher negra e descendente de escravizados haussás sequestrados na região do Sudão Central, atual norte da Nigéria, de onde vieram parte dos negros islamizados que protagonizaram a Revolta dos Malês, insurreição antiescravagista que tomou a capital e o recôncavo da Bahia em janeiro de 1835. Marighella era, portanto, um mulato baiano na significação invertida do termo, que apesar da origem controversa, provavelmente deriva de fato da palavra em árabe para descrever um filho mestiço entre um pai árabe e uma mãe não ára-

be. Carlos, primogênito de sete irmãos, que desde muito cedo se interessava por poesia e justiça social, é, portanto, a melhor síntese da formação social do povo brasileiro e da busca por libertação dos diversos sujeitos que aqui convergiram e resistiram.

Em uma carta autobiográfica escrita enquanto estava em Moscou, em maio de 1954, Marighella assim se descreve: “Meu pai é um trabalhador italiano que migrou da Itália para o Brasil. Minha mãe era filha de escravos africanos. Tenho irmãos e irmãs que são trabalhadores e empregadas. Mas meu pai me mandou para a escola e estudei na escola secundária, fazendo o curso completo, como um dos primeiros alunos da sala. Depois, ingressei no curso superior, estudando na Escola Politécnica, faculdade superior dos estudos de Engenharia Civil em meu estado natal, a Bahia. Depois de completar a maior parte do curso, fui afastado da Escola como punição, depois de um inquérito que a direção da Escola mandou fazer. Isso foi em 1934, quando eu tinha 22 anos. Eu participava da Federação Vermelha dos Estudantes e liderei uma série de movimentos na Escola, motivo pelo qual fui afastado. Em seguida, transformei a Federação Vermelha dos Estudantes em Sindicato dos Estudantes. Logo fui recrutado pelo Partido e ingressei em uma célula de trabalhadores de tecido.

Neste período, organizei células do Partido entre os trabalhadores do porto da Bahia, entre os trabalhadores do serviço de trens da cidade, entre os padeiros, etc., chegando a ser secretário do Partido, tendo, também, organizado a Juventude Comunista. Em 1935 me mudei para o Rio de Janeiro e trabalhei na Comissão Especial da Comissão de Organização do Comitê Central. Essa Comissão Especial estava incumbida de fazer comunicações marítimas, com os jornais ilegais e com as casas ilegais da Direção. Nesse trabalho ilegal, fui preso em 1936 pela polícia, quando tentava dar um telefonema na casa de um companheiro, que eu não sabia que havia sido preso naquela madrugada. O país estava então sob terror policial, que tinha sido implantado depois da derrota da Insurreição de 1935. Na Polícia Central e na Polícia Especial fui torturado e espancado por três semanas para que

confessasse o local do jornal, mas em face das negativas fui depois levado para a detenção. No ano seguinte, 1937, o país entrou no período eleitoral, o movimento das massas havia crescido e a polícia teve que soltar muitos presos. Empregando meios jurídicos (habeas-corpus), o Partido conseguiu que eu e outros tivéssemos a liberdade. Em seguida, apesar de estar em liberdade, o Tribunal de Segurança Nacional me condenou a dois anos e meio de prisão. A Direção do Partido me enviou então para São Paulo, para, como secretário de propaganda do Comitê Regional, ajudar a combater o fracionismo trotskista [...].”

Desde sua entrada no Partido Comunista do Brasil ainda jovem (que passou a se chamar oficialmente Partido Comunista Brasileiro apenas em 1961), Marighella, apesar de muito afável, emotivo, sorridente e irreverente como um bom baiano, foi sempre um homem disciplinado, um comunista militante decido pela causa do povo, disposto a dedicar sua vida e seguir fielmente os princípios e métodos marxista-leninistas. Participando ativamente da vida partidária, Marighella que já havia sido preso em 1932 na Bahia, após escrever um poema contendo críticas ao interventor Juracy Magalhães, em maio de 1936 é novamente preso, agora no Rio de Janeiro, onde era responsável também pelo setor de propaganda do partido, sendo torturado por 23 dias pela polícia especial do nazista Filinto Müller durante a ditadura do Estado Novo de Vargas. O clima era de guerra e repressão total, após o malsucedido Levante Comunista de novembro de 1935 organizado pela Aliança Nacional Libertadora (ANL) e o PCB, Getúlio Vargas desfechou uma violenta perseguição aos opositores do regime, superlotando as cadeias. Marighella sai da prisão em 1937, entra na clandestinidade e muda-se para São Paulo, mas é mais uma vez capturado em 1939, e mesmo preso é eleito para a direção do PCB na Conferência da Mantiqueira que reorganizou a estrutura do partido, em 1943.

Entre as diversas prisões, primeiro o Estado Novo lhe confinou na Ilha de Fernando de Noronha (PE), onde organizou cursos de formação política para os presos, cuidou da horta comunitária e participou de jogos de fute-

bol contra os integralistas também presos, depois foi transferido, em 1942, para a temida Colônia Correcional Dois Rios, na Ilha Grande (RJ), sendo anistiado apenas em 18 de abril de 1945.

É nesse ano, com o fim da 2ª Guerra Mundial e a derrota do nazifascismo, que ocorrem mudanças significativas no cenário político nacional, com a anistia dos presos políticos, a legalização do PCB, a deposição de Getúlio Vargas e a realização de eleições para a Assembleia Nacional Constituinte (ANC) de 1946. Marighella, juntamente com Jorge Amado, é eleito deputado à ANC pela Bahia, tornando-se um dos 14 membros da bancada comunista.

No governo do marechal de extrema-direita Eurico Gaspar Dutra, o PCB é novamente colocado na ilegalidade em 1947 e, logo após, os mandatos da bancada comunista são cassados. Marighella volta a atuar na clandestinidade, e até o início dos anos 1950 se torna o principal dirigente do partido em São Paulo, responsável também por coordenar o trabalho sindical e a mobilização operária que resultam na grande Greve Geral de 1953, conhecida como a Greve dos 300 mil. O PCB na clandestinidade havia retomado uma linha revolucionária com o “Manifesto de Agosto” de 1950, mas em 1956, após o XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética (PCUS) e a consolidação do golpe contrarrevolucionário da burocracia soviética com a divulgação do famoso relatório de Nikita Khrushchev, o PCB é novamente abalado internamente, assim como a maioria dos partidos comunistas ao redor no mundo. É aberto um processo de debate e disputa interna, um “núcleo intelectual” de jornalistas responsáveis pelos órgãos da imprensa comunista, Voz Operária e Tribuna Popular, deixa o partido após a conclusão precipitada do debate interno. Outro importante setor, parte do núcleo dirigente e do Comitê Central é expulso do PCB ainda em 1957, na cisão que dará origem ao PCdoB, em 1962.

O PCB assume a linha revisionista oficialmente com a “Declaração Política de Março de 1958”, onde defende a via pacífica para as transformações do país, a confiança na democracia burguesa, o etapismo e a colaboração de

classes. Marighella se mantém fiel a Prestes, ocupando funções de direção no partido. A fidelidade ao partido e a confiança na liderança do “Cavaleiro da Esperança”, Luís Carlos Prestes, é por parte de Marighella nesse momento, um tanto quanto cega. Ainda em 1952, Marighella foi enviado para uma viagem à China maoista e depois passou pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), estava nesse momento fazendo sérias críticas em relação ao trabalho de massas do partido, e sua viagem teve um caráter punitivo de afastamento temporário. Sua reação ao relatório de Khrushchev, com acusações e falsificações sobre Josef Stalin em 1956, foi uma das piores, entre crises de choro e um quadro depressivo profundo que durou algumas semanas, para finalmente aderir à linha revisionista e contrarrevolucionária de Prestes e do PCUS.

Em 1961, com a renúncia de Jânio Quadros abre-se uma nova situação no país e se inicia a Campanha da Legalidade para a posse de João Goulart, vice-presidente eleito separadamente. A partir de 1962, o PCB e o recém formado Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) participam ativamente do apoio ao governo trabalhista de Jango e da ampla campanha pelas reformas de base, a conjuntura se radicaliza rapidamente com as movimentações populares de um lado, e de reacionários e conservadores de outro, que culminarão com o golpe de Estado dos generais fascistas em 1964. É nesse período que Marighella inicia um processo de autocrítica impiedosa, luta interna e radicalização revolucionária, influenciado pelos ventos castro-guevaristas da Revolução Cubana de 1959, que culminará na sua expulsão do PCB e fundação da ALN. Marighella critica principalmente o imobilismo, o dirigismo, a confiança em acordos de cúpulas e a política reboquista do PCB em relação à burguesia nacional e ao governo Jango. Com o golpe empresarial-militar e imperialista e a clara incapacidade e covardia da maioria da direção do PCB em resistir e responder às tarefas que a conjuntura impunha, Marighella que se manteve fiel à disciplina partidária em outras crises e mesmo combateu outras dissidências, inicia sua rebelião interna, disputando o partido, formando maioria em São Paulo na

famosa “Ala Marighella” que dará origem ao Agrupamento Comunista e mais tarde conformará, com outros setores da esquerda revolucionária oficialmente a partir de 1968, a Ação Libertadora Nacional.

É nesse processo, entre o início da sua radicalização, as críticas ao partido e sua direção, principalmente a partir 1966 até o seu assassinato em 1969, onde Marighella desenvolve sua teoria da revolução brasileira, esboça elementos da estratégia revolucionária e uma teoria político-militar da guerra de guerrilhas e de movimento (ou de manobras, como também chamou), além da proposta organizacional e programática da ALN como uma organização de novo tipo. A prática política da ALN se baseia na centralidade da ação revolucionária e negação do teorismo e do burocratismo, onde a guerrilha urbana, através dos Grupos Táticos de Armados, os GTA, abre caminho e se combina com a guerrilha rural, que assume um papel estratégico, acompanhando o avanço da resistência popular e a insurreição das massas operárias e camponesas, em unidade com a intelectualidade dissidente e as camadas médias radicalizadas para derrubar, com uma guerra revolucionária de libertação nacional, a ditadura empresarial-militar que se encrudesceu com o Ato Institucional Nº 5 em 1968, o fechamento completo do regime e o golpe dentro do golpe, e estabelecer através da guerra de guerrilhas, que evoluiria para a formação de um Exército Revolucionário de Libertação do Povo, o processo de construção do socialismo no Brasil.

A saída um tanto quanto tardia de Marighella do PCB, com sua expulsão se confirmando apenas em 1967, com o episódio da Conferência da Organização Latino-Americana de Solidariedade (OLAS), foi de certa forma compensada pela sua completa radicalização, intensidade e dedicação integral ao projeto revolucionário armado, com a ALN se tornando a principal organização da esquerda revolucionária em 1968/69, chegando a reunir no seu auge cerca de 5 mil militantes nas suas bases e em seu setor militar, de logística e inteligência. A saída do dirigente baiano carregou consigo também o apoio direto de Cuba e já em 1967, a primeira turma de guerri-

lheiros do Agrupamento Comunista começa a treinar na Ilha, que antes havia apoiado também com treinamento, armas e financiamento às Ligas de Francisco Julião e os movimentos ligados a Leonel Brizola. Junto com Marighella, Joaquim Câmara Ferreira e Virgílio Gomes da Silva, outros importantes dirigentes como Mário Alves, Jacob Gorender e Apolônio de Carvalho também saíram do PCB, mas optaram pela fundação do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR) em 1968. Muitos deles, em oposição ao imobilismo do partido, haviam assinado ainda em 1964, nos meses seguintes ao golpe, o documento “Esquema para Discussão”, afirmando que a causa da derrota estava no fato do PCB ter incorrido em um “grave desvio de direita”, pois alimentava ilusões a respeito das reformas por meios pacíficos, confiando em uma aliança com a burguesia nacional e com o governo João Goulart, por isso não tendo preparado as massas trabalhadoras para resistir ao golpe.

Essas rupturas se inscrevem em um contexto de crise geral do Partidão e darão origem a diversos novos agrupamentos revolucionários dispostos a enfrentar em armas a ditadura empresarial-militar. Mesmo antes dessa crise, da qual o PCB não se recuperaria jamais, algumas organizações já impulsionavam projetos de luta guerrilheira, inclusive antes do golpe de 1964, como as Ligas Camponesas de Julião, originadas na Sociedade Agrícola e Pecuária de Plantadores de Pernambuco (SAPPP) e a POLOP, a Organização Revolucionária Marxista – Política Operária, fundada em 1961, por militantes provenientes do Partido Socialista Brasileiro (PSB) e do trabalhismo, ou logo após o golpe, como no caso do MR-26 e da Guerrilha de Três Passos, no Rio Grande do Sul e Paraná, por iniciativa de ex-militares expulsos das forças armadas, e do Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR), inicialmente ligado a Brizola e que protagonizou Guerrilha do Caparaó entre o Espírito Santo e Minas Gerais, e também da Ação Popular, organização vinculada à esquerda católica que foi se radicalizando cada vez mais e evoluiria para a Ação Popular Marxista-Leninista (APML), e do próprio PCdoB, que iria protagonizar o último grande movimento de resistência armada ao regime com as For-

ças Guerrilheiras do Araguaia, as FOGUERA, derrotadas finalmente apenas em 1974.

O nome e sigla da ALN eram uma clara referência à ANL, a Aliança Nacional Libertadora dos anos 1930, organização de massas antifascista e anti-imperialista que, sob a direção do PCB, protagonizou a Insurreição de 1935 com um programa antilatifundiário, antioligárquico e de defesa das liberdades democráticas e dos direitos do povo, materializando a linha revolucionária do PCB no período com um levante armado com forte apoio popular e a palavra de ordem “Todo Poder à ANL”, que chegou a assumir o poder em Natal (RN) por alguns dias e foi também deflagrado em Recife (PE) e no Rio de Janeiro. Derrotado o Levante, chamado pejorativamente pela historiografia burguesa de “Intentona Comunista”, seguiu-se uma grande repressão e terror de Estado contra as forças populares e o PCB.

A ALN não foi apenas uma organização militar, nem mesmo foi uma organização adepta da teoria do “foco guerrilheiro” sistematizada por Régis Debray, como é comumente descrita, apesar de uma decidida influência da revolução cubana. Ainda em 1966, em novembro, Che Guevara passou clandestinamente por São Paulo em sua rota para seguir até a Bolívia, a viagem foi organizada pelo militante da ALN, Farid Helou. Che ficou hospedado no Hotel Samambaia, no centro da cidade, disfarçado de executivo uruguaio, e reuniu-se longamente com Carlos Marighella e Joaquim Câmara Ferreira, organizando uma rede solidária e o apoio logístico do setor que fundaria o Agrupamento Comunista à passagem de revolucionários e armas para o projeto de Che na Bolívia, onde o maior ícone da luta revolucionária latino-americana seria capturado e assassinado entre 8 e 9 de outubro de 1967. A política fundante da ALN envolvia uma necessária dialética entre a luta guerrilheira e as lutas populares, sendo também uma organização de massas com milhares de militantes, apoiadores e simpatizantes em seus diversos setores, que investiu em lutas estudantis, mobilização operária e greves insurgentes, operou militarmente através dos GTAs, principalmente no triângulo São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte onde se concen-

trava a estrutura da repressão, mas também em outras regiões do país, protagonizando espetaculares ações de propaganda armada para desafiar o regime e realizando dezenas e dezenas de assaltos e expropriações, algumas dessas ações coordenadas com outras organizações como o Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT), o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), o PCBR e a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) que conformariam a “Frente Armada”, abrindo caminho para a guerrilha rural com um planejamento que passava pela libertação de áreas rurais com colunas guerrilheiras móveis, promovendo uma autogestão camponesa nos territórios liberados pela ALN, para a partir da aliança entre o campesinato, o operariado urbano e setores médios da intelectualidade e grupos religiosos antitadadura, avançar em uma guerra revolucionária de libertação nacional e de caráter anti-imperialista e socialista.

Distante das acusações de militarismo, ou mesmo de “aventureirismo pequeno-burguês”, vindo do colaboracionismo covarde do PCB e outros setores, a ALN foi uma organização de novo tipo que mesclou elementos do marxismo-leninismo, e do guevarismo especificamente, com um tipo de anarquismo revolucionário instintivo, rejeitando o “centralismo democrático” e qualquer forma de burocratismo, com um método de organização interna batizado de “democracia revolucionária”, usando como lemas as afirmações de que “a ação faz a vanguarda” e que não se “precisa pedir licença para praticar atos revolucionários”, manteve desde o seu início uma frente de massas, com forte presença no movimento estudantil, principalmente no Rio de Janeiro, onde teve decisiva participação na Passeata dos 100 Mil, após o assassinato do secundarista Edson Luís, uma influência considerável no movimento operário, participando da greve insurrecional de 1968 em Contagem (MG), através da Corrente Revolucionária de Minas Gerais que viria a se fundir com a ALN; e junto com a VPR que depois seria comandada pelo capitão Carlos Lamarca, da mítica greve de Osasco (SP) também em 1968, além de diversas outras greves com ocupações de fábrica ou dando suporte armado em lutas de trabalhadores. A luta de massas ope-

rária, camponesa, dos estudantes, e o apoio de religiosos progressistas e da intelectualidade sempre tiveram para a ALN uma importância fundamental, o papel das mulheres também foi preponderante na organização, principalmente nas atividades relacionadas à logística e a inteligência, mas também político-militar.

A ALN manteve, ademais, uma importante política de propaganda de massas e para a vanguarda com boletins, comunicados, panfletos, lambes e jornais impressos como O Guerrilheiro, Venceremos, Ação e Guerrilha Operária, além disso, fez diversas ações de propaganda armada, incluindo a Rádio Libertadora com a espetacular ação de tomada dos transmissores da Rádio Nacional. Marighella, além de ser declarado como “inimigo número 1” pela ditadura e pela burguesia brasileira, a partir da Conferência da OLAS, se tornava também uma personalidade internacional, sendo reverenciado na França, publicado pelo filósofo Jean-Paul Sartre e François Maspero, e tendo seus escritos traduzidos em quase todos os países da América Latina e na Europa. Ações especulares com protagonismo ou participação da ALN se tornaram notícia no mundo, como o justicamento do capitão do Exército norte-americano Charles Rodney Chandler (em conjunto com a VPR, em outubro de 1968) e o sequestro do embaixador norte-americano Charles Burke Elbrick (em conjunto com o MR-8, em setembro de 1969). Está última ação, famosa também pelo filme pouco fidedigno “O que é isso, Companheiro?” (1997), ocorreu mesmo com a discordância de Marighella, que previa um aumento brusco dos níveis de repressão, e o que de fato aconteceu. O Minimanual do Guerrilheiro Urbano e outros textos sobre a luta armada foram referência fundamental para organizações guerrilheiras como a Fração do Exército Vermelho (a Rote Armee Fraktion, RAF da Alemanha), para os Tupamaros, o Movimento de Libertação Nacional do Uruguai, os Montoneros da Argentina, as Brigadas Vermelhas na Itália, a organização basca ETA (Euskadi Ta Askatasuna), o Exército Republicano Irlandês, mais conhecido por sua sigla em inglês, o IRA, a Weather Underground dos EUA e mesmo o Partido dos

Panteras Negras havia traduzido o “Minimanual” e o “Chamamento ao Povo Brasileiro” em 1969.

A organização também manteve uma rede de apoio na Europa e Marighella, assim como Che, foram a inspiração da Junta de Coordenação Revolucionária, a JCR, formada em 1972 por remanescentes do Exército de Libertação Nacional da Bolívia, pelos Tupamaros, pelo Movimento de Esquerda Revolucionária chileno, o MIR de Miguel Enríquez, o Partido Revolucionário dos Trabalhadores – Exército Revolucionário do Povo da Argentina, o PRT-ERP de Mario Roberto Santucho, como uma coordenação internacionalista e revolucionária, em resposta e oposição à aliança político-militar das ditaduras sul-americanas coordenada pelo imperialismo e conhecida como Plano Condor, cuja ALN não teve participação formal visto que já se encontrava abalada pela repressão.

A ALN inicia sua decomposição final, assim como os demais grupos guerrilheiros, no início dos anos 1970, especificamente entre o final de 1973 e início de 1974. Com o assassinato de Marighella em 4 de novembro de 1969, a queda de Joaquim Câmara Ferreira, o “Comandante Toledo”, em 23 de outubro de 1970, o exílio de Carlos Eugênio da Paz, o “Comandante Clemente”, e finalmente o assassinato em 13 de julho de 1973 de Luís José da Cunha, o “Comandante Crioulo”, último dirigente máximo da ALN. A organização, que já sofreu alguns, como o Movimento de Libertação Popular – MOLIPO, a Tendência Leninista no exílio, o M3G (Marx, Mao, Marighella, Guevara) no Sul e a Frente de Libertação do Nordeste, quedas e mortes de militantes, chega ao seu fim. Ainda assim, em 1970 a guerrilha conseguiria um grande êxito na campanha pelo voto nulo com o Manifesto Contra a Farsa Eleitoral assinado por diversas organizações e uma tentativa de unidade na Frente Armada Revolucionária, primeiramente uma aliança da ALN com a VPR, onde depois se juntariam o MRT, a REDE (Resistência Democrática, que entraria para a ALN), o PCBR e o MR-8. O sequestro do embaixador da Alemanha Ocidental, Ehrenfried von Holleben, pela ALN e VPR em 1970, o justicamento, pela ALN e MRT, do empresário

dinamarquês Henning Albert Boilesen em 1971, sádico e presidente da Ultragaz que acompanhava bárbaras torturas e assassinatos de militantes pessoalmente, assim como, os sequestros do cônsul-geral japonês, Nobuo Okuchi, pela ALN, VPR e MRT, e do embaixador suíço, Giovanni Enrico Bucher, pela VPR, deram fôlego para a luta armada. Mas as organizações guerrilheiras, incluindo a ALN como a mais importante delas, que conseguiram desnortear a ditadura e a repressão em 1968 e 1969, fazendo crer no possível avanço e vitória da guerra revolucionária, seriam completamente destruídas até 1974, com o assassinato do Capitão Lamarca no sertão da Bahia, em 17 de setembro de 1971 quando já estava no MR-8, chacinas contra a VAR-Palmares e a VPR entre 1972 e 1973, o massacre das FOGUERA no Araguaia, após três grandes operações da ditadura, onde foi assassinado também Osvaldo Orlando da Costa, o “guerrilheiro imortal” Osvaldão, em fevereiro de 1974, a queda final da ALN também no início 1974 e mais diversos massacres, centenas de assassinatos de militantes, com outras centenas de exilados e desaparecidos.

Essa publicação, que apresentamos agora ao nosso leitor e na qual reunimos fundamentais textos, artigos e entrevistas a partir do fim de 1966, tem como objetivo apresentar Marighella através de suas palavras e escritos, não apenas como o mítico guerrilheiro e homem de ação capaz de resistir as mais bárbaras torturas e enfrentar uma ditadura brutal, mas também como um teórico da revolução brasileira e estrategista político-militar. É parte do esforço de resgatar a tradição revolucionária, a coragem e os ensinamentos do mulato baiano para os novos tempos de luta, se inserindo em uma série de publicações que chamamos de “Pensamento Marighella” e para a qual também dedicamos outras edições com textos inéditos e documentos recuperados de Marighella e da ALN.

Nesse livro, parte de uma publicação dupla com o “Minimanual do Guerrilheiro Urbano e textos da ALN” para as quais a pesquisa e levantamento bibliográfico foram feitos principalmente com fontes primárias e documentos originais, ou a partir da revisão cuidadosa de

fontes secundárias, onde reunimos parte da produção de Marighella no período da luta armada, assim como documentos da ALN após sua morte, decidimos a título de introdução publicar o precioso artigo escrito por Joaquim Câmara Ferreira, velho e leal companheiro de Marighella, assim que recebeu a notícia do seu assassinato no Brasil, quando estava entre a França e Itália e seguiria para a Coreia Popular para tarefas da organização. Abalado com a morte do principal dirigente da organização, o “Comandante Toledo” ou “Velho”, segundo no comando da ALN, teria que mudar seus planos e escreveu o artigo “Marighella: vida e ação criadoras” primeiro para a publicação no jornal *L’Unità* do Partido Comunista Italiano (PCI), reafirmando o compromisso da ALN e decidindo seguir para Cuba e retornar ao Brasil para assumir a condição de novo comandante da ALN e dar continuidade aos planos para implantação da guerrilha rural. Em 1970, o mesmo artigo foi publicado como prólogo no livro *Carlos Marighella*, uma coletânea de textos traduzidos ao espanhol, organizada e publicada pela Tricontinental, em Havana, Cuba.

Em sua “Carta à Comissão Executiva do Partido Comunista Brasileiro” publicada em dezembro de 1966, Marighella demite-se da executiva do partido e abre um processo de divergência pública com a política de conciliação e o burocratismo do Partidão. Daí em diante as divergências apenas se aprofundam e em agosto de 1967 publica sua “Crítica às Teses do Comitê Central”, escrita em Havana. Em setembro desse ano, participando à revelia do partido da Conferência da OLAS, cuja “Declaração da delegação brasileira” chefiada por Marighella e inédita em português reproduzimos aqui, é informado de sua expulsão do Comitê Central do PCB, e reafirma na sua “Entrevista à Rádio Havana (Cuba)”, que transcrevemos na íntegra, a ruptura com o PCB e a luta armada revolucionária como caminho para enfrentar a ditadura militar-empresarial e fascista no Brasil.

Em “Algumas questões sobre as Guerrilhas no Brasil”, artigo publicado no Brasil em setembro de 1968, mas escrito em Cuba em outubro de 1967, logo após saber do assassinato de Che Guevara na Bolívia, Marighella presta

uma homenagem ao guerrilheiro heroico e sintetiza sua concepção de luta guerrilheira. Em fevereiro de 1968 é publicada a primeira edição do jornal *O Guerrilheiro*, onde aparece pela primeira vez o “Pronunciamento Agrupamento Comunista de São Paulo”, de assinatura coletiva e onde se confirma publicamente o alinhamento com a OLAS. O “Chamamento ao Povo Brasileiro” foi publicado em dezembro de 1968, sendo republicado e traduzido em diversos países da América Latina, mesmo mês da publicação da carta dirigida aos revolucionários de São Paulo, intitulada “Quem samba fica, quem não samba vai embora”, que faz referência e marca o gosto de Marighella pelo samba. Em “Questões de Organização”, versão sintética do documento apreendido pela repressão, também datado de dezembro de 1968, e em “Sobre a Organização dos Revolucionários”, de agosto de 1969, assinado pela ALN, Marighella avança em questões sobre a estrutura organizacional e os métodos guerrilheiros.

Nos “Discursos da Rádio Libertadora”, Marighella e a militante da ALN, Iara Xavier, se revezam na leitura de manifestos, cartas e posições da ALN, transcritos e revisados a partir do projeto “Rádio Libertadora – A palavra de Carlos Marighella”. A espetacular ação de propaganda armada aconteceu no dia em dia 15 de agosto de 1969, às oito e meia da manhã, quando um destacamento de doze guerrilheiros da Ação Libertadora Nacional invadiu a estação transmissora da Rádio Nacional, em Piraporiinha, perto de Diadema, em São Paulo, interrompendo a ligação com o estúdio e transmitido as gravações.

Na última e inédita “Entrevista à Revista *Front (França)*”, que publicamos agora em português na íntegra, Marighella, que foi entrevistado pelo jornalista franco-belga Conrad Detrez em outubro de 1969, deixa uma espécie de testamento sobre suas ideias e posições. Publicada em francês em novembro de 1969, dias após sua morte, na revista mensal de política internacional, utilizamos aqui uma versão revisada e traduzida da entrevista a partir dos arquivos do famigerado Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), dos originais da revista *Front* e a partir do livro em francês “*Pour la*

libération du Brésil”, organizado também por Conrad Detrez. Finalizamos essa publicação com o posfácio “Marighella e a Ação Libertadora Nacional”, de Jacob Goreneder, historiador e fundador do PCBR, um dos textos mais conhecidos sobre Marighella e parte do clássico livro “Combate nas Trevas - A Esquerda Brasileira: das ilusões perdidas a luta armada”, acompanhando de algumas notas críticas.

O objetivo dessa publicação é divulgar a atualidade do programa revolucionário de Marighella e avançar na sistematização de suas formulações estratégicas e político-militares, considerando sua construção teórica original, em diversos aspectos inovadora, e que chamamos de Pensamento Marighella, aporte fundamental para pensar e fazer a revolução brasileira. Desejamos uma boa leitura, e pôr fim, agradecemos apoio do jornalista e pesquisador Mário Magalhães, autor da seminal e incrível biografia “Marighella: O guerrilheiro que incendiou o mundo”, e da historiadora e pesquisadora da ALN, Maria Cláudia Badan, autora de “Mulheres na luta armada: protagonismo feminino na ALN”, assim como, a solidariedade de todas e todos companheiras e companheiros, militantes combativos que insistem na luta revolucionária pela libertação de nosso povo, e que apoiam nosso projeto editorial autogestionário.

MARIGHELLA VIVE E VENCERÁ!

INTRODUÇÃO
MARIGHELLA: VIDA E AÇÃO CRIADORAS

*Novembro de 1969**

A publicação de alguns trabalhos de Carlos Marighella constitui, ao nosso ver, não só uma homenagem ao homem que mais contribuiu a dar um novo rumo ao movimento revolucionário brasileiro, como também uma contribuição ao esforço de quantos se empenham, particularmente na América Latina, em seguir os exemplos dos povos cubano e vietnamita empunhando as armas que a reação conseguiu arrebatá-las das mãos de Che Guevara e agora, do próprio Marighella.

Nos livros, folhetos e documentos que escreveu desde 1964, nem tudo é original. Neles encontramos muito do que já foi dito por Lenin, Mao Tsé-Tung, Ho Chi Min, Fidel Castro, Che Guevara e tantos outros. Mas, tampouco se trata de cópia. Marighella procura aplicar à realidade brasileira as verdades universais expressadas nas ideias dos grandes líderes das lutas emancipadoras de todos os tempos. E deduz, da análise das condições

* Artigo escrito por Joaquim Câmara Ferreira logo após receber a notícia do assassinato de Marighella, quando estava na Europa e seguiria para a República Popular Democrática da Coreia para tarefas da organização. Abalado com a morte do principal dirigente da organização, o “Comandante Toledo”, o “Velho” ou “Zinho”, como também era conhecido, segundo no comando da ALN, teria que mudar seus planos. Escreveu o artigo “Marighella: vida e ação criadoras” primeiro para a publicação no jornal L’Unità do Partido Comunista Italiano (PCI), reafirmando o compromisso da ALN com a luta guerrilheira e decidindo seguir para Cuba para depois retornar ao Brasil, assumindo a condição de novo comandante da ALN e vencendo algumas resistências internas. Em 1970 o mesmo artigo, versão que utilizamos traduzida aqui, foi publicado como prólogo da coletânea de textos de Marighella traduzidos ao espanhol, organizada e publicada pela Tricontinental, em 1970, em Havana, Cuba. O “Comandante Toledo” foi preso em 23 de outubro de 1970, em São Paulo, barbaramente torturado e assassinado pela equipe do famigerado delegado Sérgio Fleury.

físicas, econômicas e sociais do Brasil, novos e originais elementos. “A ortodoxia é coisa de religião e da velha religião”, costumava dizer.

A preocupação permanente em fazer a Revolução é o que levou o homem que dedicou toda sua vida à causa do socialismo a elaborar uma nova estratégia global para a luta de libertação dos brasileiros. Para ele, a expressão “o dever de todo revolucionário é fazer a revolução” ao contrário de constituir uma tautologia tinha um sentido muito profundo. Todos os sacrifícios que fez, década após década, fê-los pela revolução. Porém, quando sentiu que os homens da organização a que pertencia se obstinavam na aplicação de fórmulas gastas, insistiam em manter a luta em estreitos limites táticos “até que sejam criadas as condições objetivas e subjetivas para a revolução”, compreendeu que tinha chegado o momento para uma mudança radical.

Para ele, as condições objetivas para a Revolução estão criadas há muito tempo, resultado da própria ação do imperialismo e do sistema de propriedade da terra. O golpe de 1964 colocou em evidência essa realidade ao criar uma situação na qual se fecharam as válvulas de escape da democracia burguesa. A Revolução estava, portanto, na ordem do dia. Era preciso elaborar uma estratégia global a partir da premissa da necessidade da luta armada; traçar o caminho da guerrilha rural e urbana; atacar os centros nervosos da ditadura; atacar onde quer que se encontrem os norte-americanos e os gorilas. Essa seria a tarefa dos revolucionários que, com seu exemplo, mobilizariam e arrastariam à luta, contingentes crescentes de operários, estudantes, camponeses e gente do povo em geral.

Essa sua visão e também a justa compreensão de que a luta de libertação dos povos da América Latina é uma só, e de que na batalha pela emancipação nacional e a construção do socialismo os latino-americanos terão que unificar seus esforços – tal como no século passado na luta pela independência política – foi o que o levou a participar da Conferência da Organização Latino-Americana de Solidariedade – OLAS.

Seus pronunciamentos de então, através da Rádio Havana (Cuba) e da imprensa cubana, repercutiram profundamente no Brasil. Ele se dirigiu diretamente aos revolucionários e ao povo. Limitar a luta ao âmbito partidário seria condená-la à esterilidade das discussões intermináveis dos documentos fastidiosos e, finalmente, ao fenecimento da esperança. Além disso, a esquerda brasileira está atomizada. São vinte ou trinta organizações, todas elas pretendendo ser o “partido” ou a “vanguarda”.

A criação burocrática de mais uma organização a nada conduziria. Era necessário inverter os termos do problema. Um programa geral, estratégico e tático, já havia sido apresentado nos documentos aprovados pela Conferência da OLAS, que sintetizavam as melhores experiências da luta libertadora dos povos da América Latina; suas conclusões coincidiam com o pensamento que amadureceu nos companheiros que tinham se rebelado dentro do PCB e em numerosos revolucionários de outras origens.

O essencial era a ação. “A ação faz a vanguarda”, proclama então Marighella. E a direção? A direção é a guerrilha, é o comando guerrilheiro. O comando operativo se confundirá com o comando político-militar. Concentra-se então no estudo da realidade física do Brasil e das experiências das lutas guerrilheiras do passado.

País de proporções continentais, não existem no Brasil montanhas muito altas, nem florestas muito densas nas zonas relativamente habitadas. Existem, porém grandes rios e grandes extensões que proporcionam condições para rápidos deslocamentos. O importante seria fugir ao cerco estratégico das forças armadas concentradas na área do litoral e conhecer profundamente toda a configuração – estradas, caminhos, acidentes geográficos, etc. –, das zonas onde os grupos guerrilheiros terão de atuar. Do triângulo de sustentação – Guanabara, São Paulo, Belo Horizonte – partem os “eixos guerrilheiros”, apontando ao “coração” do Brasil.

Porém nem a guerrilha estará limitada ao “coração do Brasil”, nem o triângulo de sustentação terá que se preocupar somente em fornecer-lhe armas, dinheiro, técnicos, medicina, etc. A guerrilha terá que se espriar por todo o Brasil e o poder da ditadura terá que ser desafiado também nos centros vitais do país.

A guerrilha urbana e rural, a sabotagem nas cidades e no campo, a ação dos pequenos grupos e a ação das massas. Esta é a estratégia global da qual Marighella não faz segredo e expõem, até detalhadamente, a todos os revolucionários com quem entra em contato. E isso, não para fazer proselitismo, para colocá-los sob seu comando, mas sim para estimulá-los à ação.

Os grupos revolucionários podem unir-se ou atuar separadamente, manter ou não vínculos entre si. O essencial é a ação. Essa é a que despertará a energia revolucionária de nosso povo, a que determinará a formação de um caudal de lutas que nada poderá deter.

Isso é o que unirá realmente a todos os revolucionários, isso é o que fará surgir os comandantes. A vanguarda será a guerrilha, porém os comandantes serão pessoas de carne e osso que se revelarão no processo de luta e que não poderão ser nomeados por decreto nas cidades.

Também a esse respeito ele gostava de recordar o exemplo de Virgulino Ferreira (Lampião), o chefe cangaceiro que durante décadas lutou em seis estados do Nordeste. Inicialmente o chefe do grupo era seu irmão, talvez por ser mais velho. Foram os dons de comandante de Lampião que fizeram que se torna-se o chefe reconhecido e acatado por todos.

Foi partindo dessas ideias básicas, e ao mesmo tempo partindo do zero em termos de armas, recursos financeiros e quadros treinados que ele iniciou a ação em 1968. De um lado, conjuntamente com outros poucos, trata de conhecer o que chama de “o coração do Brasil”, de entrar em contato com os camponeses, de estudar suas reações e sua disposição de luta.

De outro, agrupa em torno de si uns tantos homens e inicia as ações de expropriação.

Pessoalmente vai aos bancos em busca dos recursos indispensáveis para financiar o plano revolucionário. Surgem assim outros quadros, acumulam-se algumas armas, diversificam-se as ações. O anonimato se mantém, não obstante, durante muitos meses. A polícia fareja, mas não tem segurança sobre o verdadeiro sentido dos repetidos assaltos a bancos e atos de sabotagem, nem sabe quem os dirige. Ao mesmo tempo outros grupos revolucionários passam à ação e isso é positivo porque aumenta seu volume ao mesmo tempo em que desorienta a polícia. Porém, em novembro 1968 a polícia da Guanabara consegue certificar-se de que o assalto a um carro transportador de dinheiro foi dirigido por Marighella e de que ele esteve no lugar da ação. Sua cabeça é colocada a prêmio e é declarado "inimigo público número 1".

Manchetes dos jornais, fotografias de páginas inteiras, capas de revistas, cartazes, emissoras de rádio e televisão cobrem todo o país. As versões são todas deformadas, porém, os brasileiros acostumados à censura e ao noticiário oficial, já aprenderam a ler os jornais ao contrário. Interpretam justamente que existe uma atuação revolucionária concreta e que é possível atuar contra a ditadura. Por isso mesmo Marighella dizia que aquele assalto não havia produzido somente 120 milhões de velhos cruzeiros para os fundos revolucionários, mas sim 5 bilhões e 120 milhões de cruzeiros velhos. Pois os técnicos em publicidade estimaram em mais de cinco bilhões o preço que custaria tanta publicidade nos veículos de difusão capitalista.

De toda maneira, as ações prosseguem e o movimento, a essa altura, já tinha crescido e se havia expandido por várias regiões do País. Era necessário consolidá-lo em uma organização. Daí o surgimento da Ação Libertadora Nacional. O documento "Questões de Organização" assinala que a organização terá uma frente de massas, dedicada fundamentalmente ao trabalho nas fábricas, bairros, escolas, fazendas, etc., partindo

das reivindicações imediatas, mas sempre com uma perspectiva geral revolucionária. A essa “frente” cabe convencer às massas, tanto através da propaganda como da sua própria experiência, da necessidade da luta armada e guerrilheira.

A frente de sustentação, ou logística, deve agrupar os companheiros capazes de contribuir à satisfação direta das necessidades da ação armada e guerrilheira. A frente guerrilheira está constituída pelos Grupos Táticos Armados – GTA – nas cidades e os homens empenhados em ações parciais no campo. Finalmente, os companheiros empenhados na preparação concreta da guerrilha rural ficam diretamente ligados ao que se acordou chamar trabalho estratégico. Marighella insiste sobre as medidas indispensáveis de segurança e sobre a necessidade de uma intensa ação de agitação e propaganda – armada e não armada – com vistas ao esclarecimento das massas.

Ao mesmo tempo, a Ação Libertadora Nacional não pretende ser “o Partido” nem “a Vanguarda”. Ela não surge através de um processo eleitoral, de reuniões e congressos, mas da própria ação. Sua direção é constituída pelos companheiros que mais se destacaram nas diferentes frentes de trabalho, particularmente na frente guerrilheira. Por isso mesmo não se trata de um conjunto cristalizado e regido pelo “centralismo democrático”. A vanguarda surgirá efetivamente com o desencadeamento da luta armada no campo, da guerrilha rural e sua transformação em uma prolongada guerra de libertação.

Constituíamos um grupo revolucionário e havia outros. Não pretendíamos ser os donos da revolução, mas somente cumprir com nossa obrigação revolucionária. O que nos interessava, por isso interessava ao movimento revolucionário brasileiro, era que todas as organizações passassem à ação. Elas se somariam sempre em benefício da revolução e facilitariam a aproximação das diversas organizações no processo da ação. Quando for necessário serão realizadas ações concretas comuns, porém, devemos evitar que as organizações se mesquem e surja o risco de serem descobertas pela polícia em caso de prisões. Como se sabe, ações desse tipo têm sido realizadas

(por exemplo o sequestro do embaixador norte-americano e, recentemente, do embaixador alemão) e propiciaram uma aproximação mais estreita entre as organizações.

Foi quando adotava as últimas medidas para garantir a segurança de numeroso grupo de companheiros (Marighella sempre se preocupava mais pela segurança dos outros que da sua própria) e se dispunha a iniciar a luta no campo que Marighella caiu.

Há ainda quem pergunte se a ação prosseguirá depois de um golpe tão sério como o assassinato do principal dirigente da organização, do homem que mais contribuiu à mudança de qualidade no movimento revolucionário brasileiro. Porém, o próprio Marighella tinha muita clareza sobre isso. Respondendo a um jornalista francês da revista *Front*, em fins de setembro de 1969, que lhe perguntou se ele mesmo conduziria ao final o processo que iniciara, disse: “A questão não é essa. Sei apenas de uma coisa: a marcha revolucionária foi desencadeada, ninguém poderá detê-la. A revolução não é um negócio de alguns; mas sim de um povo e sua vanguarda. Faço parte, por haver dado, com outros camaradas, o golpe de partida. Mas é claro que a luta será longa e que virá o dia em que pessoas mais jovens que eu deverão me substituir. Aliás, a maior parte dos militantes que segue nossa orientação é pelo menos vinte cinco anos mais moça do que nós. Chegada a hora, um deles levará minha bandeira ou meu fuzil, se assim preferir.”

Em mensagem enviada aos quinze patriotas libertados em troca pelo embaixador norte-americano, expressa uma vez mais sua profunda confiança na continuidade, desenvolvimento e vitória da luta de seu povo: “O povo brasileiro começou sua caminhada. E avança decidido, ombro a ombro com os povos latino-americanos, com os olhos voltados à revolução cubana, símbolo do triunfo do movimento revolucionário armado”.

Naquela noite fatídica de quatro de novembro, os esbirros da ditadura cortaram a vida de um grande líder revolucionário, porém, longe de sufocar a Revolução, deram uma vibração ainda maior ao chamado à luta que foi toda sua vida.

O nome de Carlos Marighella se inscreve hoje com honra ao lado dos nomes de Che Guevara e de centenas de outros heróis da luta pela liberdade, pela independência, por um futuro feliz para a humanidade.

Seu exemplo continuará iluminando a luta libertadora dos brasileiros que saberão vingá-lo com a própria revolução.

*Joaquim Câmara Ferreira, pela direção
da Ação Libertadora Nacional (ALN)*

CARTA À COMISSÃO EXECUTIVA DO PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO

*Dezembro de 1966**

À Comissão Executiva

Prezados Camaradas:

Escrevo-lhes para pedir demissão da atual Executiva.

Os contrastes de nossas posições políticas e ideológicas é demasiado grande e existe entre nós uma situação insustentável.

Na vida de um combatente, é preferível renunciar a um convívio formal a ter de ficar em choque com a própria consciência.

Nada tenho a opor aos camaradas pessoalmente.

No trabalho sob o título “Luta interna e dialética”, publicado na *Tribuna de Debate* e em um folheto, procurei tornar clara a ideia que tenho sobre a necessidade do tom pessoal na luta interna.

Na verdade, nenhuma pessoa por si só está em condições de determinar a marcha da história, coisa que compete, sem nenhuma dúvida e antes de mais nada às massas trabalhadoras.

O que torna ineficaz a Executiva é a sua falta de mobilidade, é não exercer o comando efetivo e direto do Partido nas

* Carta assinada por Carlos Marighella, datada de 1º de dezembro de 1966 no Rio de Janeiro, revisada a partir da versão original mimeografada apreendida pela repressão com o militante Luiz Alberto Gomes de Oliveira em 23 de Maio de 1972, disponível no arquivo Brasil: Nunca Mais (BNM), fonte primária também dos demais textos desse livro pesquisados no BNM, e da versão publicada no livro *Escritos de Carlos Marighella* (Editorial Livramento, 1979).

empresas fundamentais do país, é não ter atuação direta entre os camponeses.

O centro de gravidade do trabalho executivo repousa em fazer reuniões, redigir notas políticas e elaborar informes. Não há assim ação planejada, a atividade não gira em torno da luta. Nos momentos excepcionais, o Partido inevitavelmente estará sem condutos para mover-se, não ouvirá a voz do comando, como já aconteceu em face da renúncia de Jânio e da deposição de Goulart.

Solicitando demissão da atual Executiva – como o faço aqui –, desejo tornar público que minha disposição é lutar revolucionariamente junto com as massas e jamais ficar à espera das regras do jogo político burocrático e convencional que impera na liderança.

1. A CIRCULAÇÃO DE IDEIAS

Uma das questões em que a Executiva se mostra temerosa e conservadora é quanto ao aparecimento de livros e à circulação de ideias.

Acerca de um ano e meio publiquei o livro *Por que resisti à prisão*.

A experiência das lideranças passadas em matéria de lançamento de livros não é boa. As direções executivas dificultavam ou impediam tal coisa por meio de subterfúgios, retendo originais ou exercendo a censura prévia.

Os camaradas da Executiva atual reclamam, entretanto, que só *a posteriori* tomaram conhecimento do livro mencionado.

Mesmo assim não o discutiram; sobre ele não emitiram nenhuma opinião, apesar de interpelados por militantes e outros dirigentes.

Agora, passado mais de um ano, os companheiros fazem autocrítica pela omissão e opinam sobre o livro, considerando boa a primeira parte (que faz o relato da prisão). Não concordam, porém, com a segunda parte (que expõe os assuntos ideológicos e políticos), porque esta – segundo pensam – é contra a atual linha do Partido.

Parece estranho condenar uma parte do livro e não condenar igualmente a outra.

As duas partes são indivisíveis. Uma é decorrência da outra. Há uma interação entre elas, uma relação de causa e efeito. A resistência à prisão não teria havido se os motivos políticos expostos no livro não a justificassem.

Os companheiros, porém, não atentam para essa evidência. Entram pelo terreno da abstração e do agnosticismo kantista e separam coisas inseparáveis.

E vão mais além, sustentando a tese de que um membro da liderança não pode escrever, publicamente, discordando.

A tese é stalinista, mas aí a temos de volta.

Ora, a discordância nunca é um fato repentino, mas o amadurecimento de um processo contraditório, facilitado sempre que se abre o debate, sobretudo quando o último foi travado seis anos atrás.

E é exatamente neste momento – com os debates abertos – que os companheiros afirmam a impossibilidade da discordância pública.

Recai-se, assim, na “teoria da unanimidade”, que tanto prejuízo trouxe no passado. Volta-se a concepção antimarxista e antidialética do “núcleo dirigente” monolítico superposto ao coletivo. Em suma, trata-se de uma tentativa de intimidação ideológica, o recurso a uma forma de coação para evitar a circulação de ideias que são temidas.

Entretanto, revelar as contradições é uma forma e até mesmo um método para superá-las, desde quando as ideias entram em confronto uma com as outras e a prática é tomada como critério para testar a verdade.

2. DE ONDE VEM A DISCORDÂNCIA

Nossas discordâncias não são de agora. Vêm de muito antes. Cresceram a partir dos acontecimentos subsequentes à renúncia de Jânio, quando o nosso despreparo político e ideológico ficou demonstrado.

Em 1962, perante o coletivo do Partido, critiquei os métodos não marxistas, os remanescentes do individualismo na direção e a falta de tomada de posição ideológica em face do nosso despreparo.

O golpe de abril – vitorioso sem nenhuma resistência – mostrou mais uma vez que política e sobretudo ideologicamente estávamos mesmo despreparados.

A resistência à prisão e o livro que tratou do assunto significavam aquela tomada de posição ideológica em face do despreparo e da perplexidade geral.

O despreparo ideológico e político da Executiva – segundo penso – revela-se em suas concepções, já agora postas em dúvida por muitos militantes.

São concepções imbuídas de fatalismo histórico de que a burguesia é a força dirigente da revolução brasileira. A Executiva subordina a tática do proletariado à burguesia, abandona as posições de classe do proletariado. Com isso perde a iniciativa, fica à espera dos acontecimentos.

O livro que publiquei sob o título *A crise brasileira (Ensaio Político)* é exatamente uma contribuição ao debate aberto em torno das posições da liderança, posições que venho combatendo publicamente, amparado no princípio da livre discussão.

Não vejo mal em combater tais posições, pois o que todos desejamos é uma Executiva em condições de ir para a ação e manejar o método dialético-materialista.

3. AS ILUSÕES DE CLASSE

As ilusões da Executiva – perdoem-me os companheiros – permanecem intactas. Daí porque a vimos refletidas nas ilusões de uma boa parte dos dirigentes e militantes que acreditavam em líderes burgueses, como Juscelino, Jânio, Adhemar, Amauri Kruehl, Justino Alves e outros, e tinha esperança na resistência que prometiam fazer contra a ditadura. O episódio da cassação de Adhemar não foi, porém, a última decepção.

Temos agora o caso da “frente ampla”. A Executiva manifestou-se com inequívocas simpatias pela “frente ampla”, re-

nunciando a criticá-la e a esclarecer às massas sobre o seu significado.

Lacerda – líder fascista – quer fazer seu próprio partido, exibindo-se como popular e reformista.

A Executiva acha tudo isto um “fato político positivo” (“A Voz Operária”, nº 22, nov. 1966), admitindo que a “frente ampla” venha a ter a capacidade de lutar contra a ditadura, pelas liberdades e os interesses reais do povo brasileiro.

A jogada de Lacerda é abrir novos caminhos para servir ao imperialismo norte-americano e evitar a liberação nacional de nosso povo. Lacerda é incapaz – por sua situação de classe – de lutar realmente pelo povo, contra o latifúndio e o monopólio da propriedade privada da terra, em favor dos camponeses e em favor da classe operária. O que Lacerda pretende – segundo se deduz dos fatos – é a colaboração de classes, é a conciliação que leva ao apoio a Costa e Silva.

A Executiva silencia sobre isto, ajuda a semear ilusões.

As ilusões são justificadas em nome da propalada política ampla, em nome do combate ao sectarismo e ao esquerdismo, enquanto se despreza a luta em favor da ideologia do proletariado. Esquece-se o papel do partido marxista, da sua independência de classe e cai-se no reboquismo ante a burguesia.

Em vez de combater as ilusões, apressou-se a Executiva a combater o revanchismo, adotando uma posição burguesa como se não devêssemos ajustar contas com a ditadura à maneira proletária, ou seus crimes e chamar seus autores à responsabilidade. Como se não devêssemos apostar ao proletariado os criminosos golpistas, denunciar “à maneira plebeia”, segundo diria Marx em seu tempo.

4. CAMINHO ELEITORAL OU CAMINHO ARMADO

A Executiva ainda pensa em infligir à ditadura derrotas eleitorais capazes de debilitá-la. E dá grande importância ao MDB, apontado como capaz de permitir aglutinação de amplas forças contra a ditadura. Ou então apoia a “frente ampla” do Lacerda.

Não é isto querer desfazer-se da ditadura suavemente, sem ofender os golpistas, unindo gregos e troianos?

Em vez de uma tática e estratégia revolucionárias, tudo é reduzido aberta ou veladamente – a uma impossível e inaceitável saída pacífica, a uma ilusória redemocratização (imprópria até no termo).

Parece não se ter compreendido Lenin, quando em "Duas táticas" afirma que: "os grandes problemas da vida dos povos se resolvem somente pela força".

Em outra parte, falando sobre a vitória, acrescenta Lenin que esta: "deverá apoiar-se inevitavelmente na força armada das massas, na insurreição", e não em tais ou quais instituições criadas "por via legal" e "pacífica".

Depois de tanto se ter falado que a violência das classes dominantes se responderia com a violência das massas, nada foi feito para que as palavras coincidisse com os atos. Esquece-se o prometido e continua-se a pregar o pacifismo.

Falta o impulso revolucionário, a consciência revolucionária, que é gerada pela luta.

A saída do Brasil – a experiência atual está mostrando – só pode ser a luta armada, o caminho revolucionário, a preparação da insurreição armada do povo, com todas as consequências e implicações que daí resultarem.

"É verdade que nossa influência, a dos social-democratas (quer dizer, a dos comunistas), sobre a massa do proletariado ainda é muito insuficiente; a dispersão, a falta de desenvolvimento, a ignorância do proletariado e sobretudo dos camponeses, ainda são terrivelmente enormes.

A revolução, porém, aglutina as forças com rapidez e as instrui com a mesma velocidade. Cada passo dado no seu desenvolvimento desperta massa e as atrai com uma força irresistível para o programa revolucionário, o único que exprime de modo consequente e concreto os seus verdadeiros interesses, e seus interesses vitais."

Há no Brasil forças revolucionárias internas capazes de resistir à ditadura e ir à luta. E é verdade que o pensamento

leninista brota por toda a parte onde o proletariado faz sentir sua influência.

5. RAZÕES IRREVERSÍVEIS

A questão mais importante, a fundamental, é a questão do poder. Os revolucionários no Brasil não podem propor uma outra coisa senão a tomada do poder, juntamente com as massas. Não há por que lutar para entregar o poder à burguesia, para que seja construído um governo sob a hegemonia da burguesia. Foi o que se pretendeu com o governo nacionalista e democrático. E o que se pretende agora, propondo-se a conquista de um “governo mais ou menos avançado”, eufemismo que traduz a esperança num governo sob hegemonia burguesa, fadado a não resolver os problemas do povo.

Isto significa a renúncia à luta pelo poder através da ação revolucionária, a confiança no caminho pacífico e eleitoral, a capitulação ante a burguesia.

A Constituição fascista, autoritária, que elimina o monopólio estatal, que sustenta a atual estrutura agrária retrógrada, que assegura a total entrega do país aos Estados Unidos, que reduz o Parlamento e a Justiça a instrumentos dóceis do Poder Executivo, tal Constituição não permitirá nenhum governo democrático por via eleitoral.

É preciso pôr abaixo tal Constituição, derrubar a ditadura, estabelecer um governo apoiado em outra base econômica, em outra estrutura. Fora disso, é permanecer mais dez, vinte anos fazendo acordos eleitorais e ajudando as classes dominantes e o imperialismo norte-americano a manter o Brasil como uma ditadura institucionalizada, a serviço da repressão ao movimento de libertação dos povos latino-americanos.

A conclusão não pode ser diferente, sobretudo em face de vinte anos de acordos eleitorais feitos no passado, acordos eleitorais sem princípios, que nos descreditaram e desgastaram ante as massas.

São tentativas inviáveis, prática e teoricamente, pois a época das revoluções democráticas e liberais já está ultrapassada.

Temeroso da Revolução Cubana, o imperialismo norte-americano, agora, apoiado nas forças armadas convencionais latino-americanas, não vacila em desencadear os golpes militares, ao menor sinal de um avanço no caminho da libertação dos povos de nosso continente. E nem mesmo desiste ou recua do emprego da guerra de agressão mais brutal, como no Vietnã.

A luta pelas reformas de base não é possível pacificamente, a não ser através da tomada do poder por via revolucionária e com a conseqüente modificação da estrutura militar que serve às classes dominantes.

O abandono do caminho revolucionário leva à perda de confiança no proletariado, transformado, daí então, em auxiliar da burguesia, enquanto o partido marxista passa a ser apêndice de outros partidos burgueses.

A subordinação e a perplexidade ante a burguesia e sua liderança impelem ao menosprezo do campesinato na revolução brasileira.

Daí a causa porque o trabalho no campo jamais constitui atividade prioritária, chocando-se os esforços nesse sentido com a indiferença e a má vontade da Executiva.

Entretanto, o camponês é o fiel da balança da revolução brasileira, e sem ele o proletariado terá que gravitar na órbita da burguesia, como acontece entre nós, na mais flagrante negação do marxismo.

Sem o camponês, o Partido não fará outra coisa senão acordos políticos e acordos eleitorais de cúpulas, para não falar em barganhas.

São razões que não podem deixar de contribuir para o meu pedido de demissão, tornando-se impossível aceitar qualquer conciliação ideológica.

6. O PROBLEMA DE SÃO PAULO

A Executiva – segundo me parece – subestima o Partido nas empresas, não ajuda a construí-lo aí, com uma firmeza inabalável.

Quem pensa em fazer a revolução tem que se apoiar nas empresas e na classe operária. No Brasil, tem que se apoiar em São Paulo, a concentração operária fundamental e decisiva no país.

Entretanto, a situação do Partido em São Paulo é desastrosa, afastado como está das empresas e atingido pelas influências ideológicas da burguesia.

A Executiva assistiu indiferente ao declive do Partido em São Paulo. Não obstante, inquietou-se e deu sinal de contrariedade quando – sem ser levada em conta sua opinião – os militantes de São Paulo elegeram para a direção estadual um dos membros da Executiva e outro dirigente nacional.

Tentando rechaçar a iniciativa dos militantes, a Executiva invocou uma resolução inexistente, proibindo qualquer de seus membros de pertencer a uma direção estadual; o que seria transformar a Executiva numa espécie de torre de marfim sem atuação direta junto às bases da empresa ou do campo. Inconformados, os militantes de São Paulo já haviam afastado da direção estadual todos os quadros para ela designados pela Executiva, e que não haviam correspondido. Tanto mais quanto o Partido enveredara pelo reboquismo à burguesia, tendo sido permitido em suas fileiras forte penetração e influência da ideologia burguesa, particularmente do janismo e do adhemarismo.

Campeavam, então, em São Paulo, as teses da burguesia, sintetizadas sobretudo na chamada “conquista do poder local” e na existência de um partido cujo nome era evitado e substituído pela denominação de “movimento comunista”, onde, aliás, não devia haver lugar “para os homens cuja revolta os leva ao desajuste e ao afastamento da convivência social”.

Em vez de um Partido revolucionário de massas, as teses preconizavam um Partido pacífico, bom para entendimentos e acordos eleitorais.

Um dos objetivos programáticos dessas teses, em circulação em São Paulo, era “uma reestruturação democrática da máquina administrativa dos órgãos judiciais e do aparelho policial”.

As teses mencionadas contribuía para desacreditar e deformar o Partido e eram ao mesmo tempo uma consequência disto.

A conferência estadual realizada em São Paulo reagiu contra as deformações e a influência ideológica da burguesia e rejeitou *in totum* aquelas teses oportunistas.

Ao invés de saldar a conferência e os seus resultados, a rejeição de semelhantes teses e a posição dos militantes elegendo quadros de sua confiança para a direção, ainda que – sem consultar a Executiva e sem levar em conta os seus veredictos – a Executiva descontenta-se e trata de agir em São Paulo, passando por cima da direção estadual.

Somente agora a Executiva chegou à conclusão de que precisa discutir o problema de São Paulo, depois que o Partido ali foi quase destruído e as teses da burguesia penetraram fundo.

Se é assim, que se apurem as responsabilidades, que se assinalem as causas que levam o Partido a perder suas bases nas empresas, porque não se realizava trabalho entre os camponeses e não se apoiava o esforço revolucionário dos estudantes, porque os intelectuais se distanciavam do Partido e porque eram preferidos os acordos e entendimentos eleitorais.

A causa principal dessas deformações está – segundo creio – na fraqueza teórica e ideológica da Executiva.

Foi isto que a levou a não ter vigilância de classe, a permitir que caíssem documentos na mão da polícia. A gravidade da questão não está apenas em nomes revelados, mas também em permitir – por inadvertência – a revelação à polícia de assuntos internos do Partido.

A verdade é que a Executiva está ausente no trato com o marxismo-leninismo, não escreve trabalhos teóricos, não generaliza a experiência da revolução, teme a publicação de livros e as ideias neles expostas, omite-se diante das questões fundamentais, preferindo a conciliação e o exercício do paternalismo.

É, para mim, doloroso escrever-lhes como o faço neste momento. Mas não seria de meu feitio deixar de dizer a vocês, perante o coletivo partidário e à opinião pública o que sinto realmente.

Não acredito que o individualismo ou a ação pessoal possa resolver todos esses problemas. As ideias é que desempenharão o papel decisivo. E somente elas encontrarão eco.

A causa revolucionária brasileira, a libertação de nosso povo do jugo dos Estados Unidos, o empenho pela unidade do Partido em torno das ideias marxistas estão acima de qualquer acomodação, sobretudo quando o que mais se exige de nós, comunistas revolucionários marxistas-leninistas, é justamente a coragem de dizer e agir.

Sem mais, com saudações proletárias.

CRÍTICA ÀS TESES DO COMITÊ CENTRAL

Agosto de 1967

O Comitê Central abriu os debates, embora tardiamente, e lançou suas “Teses” com o objetivo de conclamar todo o Partido para a elaboração da linha política exigida pelas condições atuais.

Porém as “Teses” não estão à altura necessária, não satisfazem, não dão um passo adiante em busca do caminho da revolução brasileira.

Qualquer pessoa que tome conhecimento do capítulo 1.º das “Teses” fica com a impressão de que nosso Partido tinha de ser o Partido da moderação, da prudência, da cautela, para não ferir os interesses da burguesia, para não ir além do permitido pelas classes dominantes, para não ferir a hierarquia e a disciplina militar, para não causar divergências na frente única, para não seguir uma tática ofensiva. Os culpados de tudo seriam “...os esquerdistas da Frente Única, que queriam a ofensiva, que se precipitaram e caíram no sectarismo”.

O Partido teve culpa, segundo as Teses, “...mas teve culpa porque permitiu esse esquerdismo, quando não havia condições para outra coisa senão apoiar a luta pelas reformas, de maneira que os golpistas e os imperialistas norte-americanos não viessem utilizar nossa luta para acabar com tudo como o fizeram.”

* Texto assinado por Carlos Marighella, datado originalmente de 17 de agosto de 1967, parte do seu conjunto de artigos escritos em Cuba chamado comumente de “Cartas de Havana” ou “Mensagens de Cuba”, por ocasião dos debates em torno da sua ruptura pública e expulsão do PCB. Revisado a partir das versões publicadas em *Escritos de Marighella – La guerrilla en Brasil* (Editorial Prensa Latinoamericana, Chile, 1971) e em *Escritos de Carlos Marighella* (Editorial Livramento, 1979).

O erro do Partido foi “não permanecer dentro dos limites do possível, e não declarar isto publicamente, não atuar de acordo com esta concepção. Se tivéssemos ficado dentro dos limites do possível e de nossas forças, ainda muito reduzidas, teríamos chamado a atenção sobre a impropriedade e negativismo do continuísmo de João Goulart. Provavelmente as eleições teriam se realizado nos prazos normais. Jango seria substituído por outro Presidente – talvez um nacionalista –, não teria havido o golpe e prosseguiria o processo democrático...”.

Evidentemente, uma posição como esta retrata um Partido acomodado, conservador, que não luta para transformar as coisas. Parece mais um Partido governista, um partido igual aos demais partidos das classes dominantes. Em vez de um Partido que adota a revolução política como meio de transformação social, de um Partido que tem como maior aspiração levar as massas à conquista do poder estatal. Tais posições refletem um Partido que busca limitar a transformação social às medidas que possam ser concedidas pelas classes dominantes, um Partido que ambiciona chegar à transformação social de forma paulatina, fragmentária, como se o imperialismo e as classes dominantes estivessem dispostas a consenti-lo.

Apesar de parecer um relato objetivo dos fatos anteriores ao golpe de 1964, o primeiro capítulo das “Teses” é uma interpretação da situação feita segundo uma concepção não marxista-leninista.

O PROBLEMA DA BURGUESIA

As “Teses” enfocam de maneira errada o problema da burguesia por falta de um estudo científico do assunto.

Enquanto isso, já existem investigações sobre os grandes grupos econômicos no Brasil e, por conseguinte, já há estudos sobre a burguesia. Um deles foi feito no Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Rio de Janeiro (que não pode ser considerado comunista). Aqui nos referiremos a este estudo, esclarecendo que os dados numéricos citados correspondem sempre, neste particular, ao ano de 1962.

As investigações realizadas no Instituto de Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro revelam que os grandes grupos econômicos de nosso país estão constituídos por 55 gigantescos conglomerados de empresas, cada um com um capital superior a 4 bilhões de cruzeiros antigos. Entre estes grupos se encontram: Light, Pignatari, Ermírio de Moraes, Anderson Clayton, Matarazzo, AMFORP, Belgo-Mineira, Villares, Krupp, Manesmann, Capuava, Volkswagen, Ford, General Motors, Mercedes-Benz, Klabin-Lafer, Vidro-Plano, Guinle-Paula Machado, Simonsen, Moreira Sales, Almeida Prado, Lundgren, Severino Pereira da Silva, Gastão Vidigal, Quartin Barbosa, Ometo-Dedini e outros.

Estes grupos de capitalistas controlam os setores estratégicos da economia brasileira, têm em suas mãos a parte substancial da produção e circulação de bens do país. Seu poder econômico-financeiro é o maior. São detentores do setor de exportação e importação (Almeida Prado, Simonsen, Anderson Clayton, Bung & Born, Swift-Armour). Controlam o setor privado bancário, no qual dispõem de Bancos (Moreira Sales, Quartin Barbosa, Mesbla, Guinle-Paula Machado, Gastão Vidigal, Capuava). Monopolizam a distribuição de petróleo e derivados (Esso, Shell). Dominam o setor de investimentos (Light, Volkswagen, Guinle, Monteiro Aranha).

Comandam o setor da indústria básica e da mecânica pesada (Ermírio de Moraes, Vidro-Plano, Mourão Guimarães, Alcan, Manesmann, Villares, Pignatari, Schneider, General Electric, Pirelli, Novo Mundo, Volkswagen, Monteiro Aranha, Klabin-Lafer). O setor têxtil e o ramo de hotéis se combinam no grupo Bezerra de Mello. Ometo-Dedini articula a agroindústria do açúcar com um conjunto de mecânica pesada, fabricando equipamentos para usinas.

Os grandes grupos de capitalistas se dividem em estrangeiros e nacionais, numa proporção de 52% estrangeiros, predominando os norte-americanos, e 48% nacionais. Os grupos que possuem o maior capital, acima de 10 bilhões e 30 bilhões de cruzeiros antigos cada um, são estrangeiros em sua maioria.

Os grupos estrangeiros (especialmente norte-americanos) e os nacionais estão geralmente entrelaçados. As ligações de grupos estrangeiros e nacionais se verificam, por exemplo, com Matarazzo e Goodrich Chemical, Bezerra de Melo e Henry Rogers & Co., Gastão Vidigal e Phillips S.A., e assim sucessivamente. Em geral grandes capitalistas brasileiros aparecem como diretores de firmas internacionais poderosas.

Os grupos econômicos da burguesia brasileira, com capitais entre 1 e 4 bilhões de cruzeiros antigos cada um, somam 221 firmas.

As atividades principais desses grupos estão voltadas para a produção de bens industriais, como têxteis, alimentos, papéis, produtos farmacêuticos, artigos de mobiliário, eletrodomésticos, tintas, vernizes, artefatos para veículos, materiais de construção, etc. Entre esses grupos se encontram Pareto, Arno, Cimento Itaú, Indústria Romi, Feffer, Paulo Ferraz, Ultragás, Trol, Adler, Brinquedos Estrela, Grupo Abdalla, Prado, Scarpa, Spina, Massari, Lorenzetti, Keute-nedjian, Diaz Martins, Gasparian, Probel e muitos outros.

Pelo menos 46% desses grupos econômicos aparecem associados a empresas estrangeiras à base de 30%, 25%, ou "fifty-fifty", mais frequentemente. Há nesses grupos uma tendência nítida para a associação com o capital estrangeiro.

Todos os grandes grupos econômicos no Brasil, de capital próprio acima de 4 milhões de cruzeiros antigos ou entre 4 e 1 bilhão de cruzeiros antigos, estão organizados de acordo com o sistema de empresas com matrizes no estrangeiro, ou o sistema "holdings", isto é, sistema de empresas entrelaçadas que desenvolvem atividades principais ou secundárias.

O GRUPO DOMINANTE DA BURGUESIA

Em síntese, o grosso da burguesia é o que está retratado mais acima e corresponde, na realidade, à alta burguesia, ligada ao imperialismo e também ao latifúndio. Sabe-se hoje, por exemplo, que boa parte das grandes propriedades rurais está em mãos dos grandes capitalistas, como se pode verificar em

São Paulo, pelo seguinte quadro que, pelo menos, cita alguns casos:

Grandes Grupos Econômicos Industriais	Grandes Propriedades nas Regiões Agrícolas
Ermírio de Morais	Mairinque
Matarazzo	Guarulhos
Antunes	Salesópolis e Taubaté
Aços Anhanguera	Salesópolis
Dedini	Piracicaba e Catanduva

É a elite da burguesia brasileira, ou seja, a alta burguesia, que determina a posição de classe da burguesia, pois, como ensina o marxismo: “a posição de uma classe é determinada pela posição do grupo dominante dessa classe.”

Ligada ao imperialismo e ao latifúndio, a burguesia brasileira representada pelo grupo dominante dessa classe – a alta burguesia – teme o proletariado e segue no fundamental o caminho das concessões ao imperialismo e ao latifúndio e não o das concessões ao proletariado.

O outro setor da burguesia brasileira – totalmente distinto da alta burguesia – é representado sobretudo pela média e pequena burguesia industrial. Este setor não exerce atividades econômicas por meio de “holdings” e não tem influência política no governo. É um setor oprimido pelo imperialismo. Vive das migalhas da alta burguesia, cujos grupos econômicos retratamos anteriormente.

As “Teses” denominam erradamente burguesia nacional a um setor da alta burguesia, apresentado como não tendo ligações com os monopólios estrangeiros. A verdade, entretanto, é que toda a alta burguesia está ligada ao capital estrangeiro e ao latifúndio, e nada tem a ver com a burguesia nacional, denominação que, se fosse aceita, somente poderia ser aplicada à média e pequena burguesia.

Em consequência do enfoque errado do problema da burguesia e de sua estrutura, as “Teses” 13, 35 e 51 cometem os maiores absurdos em nome da burguesia nacional. E o pior é

que, confundindo a burguesia nacional (média e pequena burguesia) com a grande burguesia, as “Teses” ficam subordinadas a esta última.

O PODER ESTATAL DA REVOLUÇÃO

Partindo de premissas erradas sobre a burguesia, as “Teses” estabelecem que o poder estatal da revolução deverá ser constituído pelas classes e estratos que participem da luta contra o imperialismo e o latifúndio, e terá caráter pluripartidário, a fim de permitir que os diversos setores do bloco de classes revolucionário se manifestem livremente (Tese 37).

Em seguida, a Tese 38 formula o programa que deve ser cumprido pelo novo poder, de caráter pluripartidário. O programa prescrito exige a libertação completa do domínio imperialista, a eliminação do latifúndio e das sobrevivências feudais, a reforma agrária radical e assim sucessivamente.

É impossível, porém, para um poder estatal revolucionário do qual faz parte a burguesia, em regime pluripartidário, realizar os objetivos assinalados, inclusive a reforma agrária radical. Isto somente se daria com a burguesia brasileira se ela estivesse desvinculada dos monopólios imperialistas e do latifúndio.

Acrescente-se o fato de que o programa chega até a prever a distribuição dos frutos do desenvolvimento em benefício principal das massas trabalhadoras da cidade e do campo, o que somente é possível com a eliminação da contradição entre a propriedade privada dos bens de produção e consumo e o caráter social da produção, ou seja, a liquidação do capitalismo. Estaríamos diante de uma situação em que o capitalismo seria liquidado por um poder estatal do qual participasse a burguesia.

As “Teses” entram em contradição consigo mesmas, porque, ou o programa é demasiado avançado e esquerdista, e de sua execução não pode participar a burguesia, como membro de um poder estatal pluripartidário, ou então, o que adota é

uma posição de ilusão de classe, esperando o consentimento da burguesia para medidas opostas a seus interesses.

Tais incongruências ocorrem nas “Teses” porque se quer aceitar a crença de que a burguesia é a força capaz de servir de líder à revolução brasileira.

ILUSÕES DE CLASSE

As ilusões em relação à burguesia constituem o fio condutor das “Teses”, e é isto que se revela nitidamente no capítulo V sobre a tática atual.

Em nenhum ponto desse capítulo se chama a atenção para a oposição popular à ditadura. Ao contrário, destaca-se que setores burgueses prejudicados pela política econômico-financeira se opõem à ditadura. “Sua oposição à ditadura – afirma a Tese 51 – apesar de ser vacilante e tendente ao compromisso, é de importante significação para o fortalecimento da frente democrática.”

Em vez de uma oposição pelas bases, partindo de baixo, da força das massas nas empresas, nos bairros, nas escolas, no campo, recomenda-se, na Tese 53, empenhar-se tenaz e perseverantemente em unificar a ação de todas as forças e personalidades políticas que resistam à ditadura. Essa preocupação com as personalidades políticas, pertencentes geralmente à burguesia, preocupação que leva a abdicar de qualquer direito de crítica, é o que levou tantos militantes a ilusões amargas sobre líderes burgueses como Jânio, Adhemar, Juscelino, Amaury Kruel, Carlos Lacerda e tantos outros.

A Tese 54 dá relevo à oposição de personalidades e de setores dos partidos extintos, assim como à oposição parlamentar e, principalmente, do MDB, e acrescenta: “Ainda débil e tímida, essa oposição, que se expressa principalmente no Movimento Democrático Brasileiro, constitui fator positivo para a mobilização das forças populares”.

A vida já se encarregou de destruir essa ilusão. O MDB acomodou-se à ditadura de Castelo Branco e agora volta-se para Costa e Silva. Em seguida, pede o apoio a manifestações

em defesa das liberdades, propondo-se aumentar a oposição burguesa.

Ainda dentro do mesmo plano das ilusões de classe, surge o problema das Forças Armadas, apresentadas em nossas atividades práticas como forças democráticas. Continua-se acreditando que “setores das Forças Armadas virão a participar, com o povo, da luta do movimento de massas”, subestimando-se assim a importância do trabalho no seio das Forças Armadas, trabalho de vanguarda que deve ser realizado ali com o objetivo concreto de atrair para o lado do povo os elementos militares revolucionários.

SOBRE O CAMINHO DA REVOLUÇÃO E AS FORMAS DE LUTA

As “Teses” temem tomar posição quanto ao caminho da revolução. Não se definem pela via armada, nem pela pacífica. No passado se absolutizou o caminho pacífico. As “Teses” atuais fogem ao problema. A redação reticente e indecisa das “Teses” mostra que se esperam mudanças na situação por meios graduais e pacíficos, com base nas contradições internas e na reação da burguesia contra o atual estado de coisas.

As “Teses” insinuam o caminho eleitoral como saída, afirmando que através de eleições é possível infligir derrotas que debilitem a ditadura, apressando desta forma sua derrubada (Tese 59). Não se levou em conta a situação criada depois do golpe e se raciocina como se estivéssemos sob o governo de Goulart, quando, apesar das limitações flagrantes feitas à democracia, ainda era possível eleger candidatos chamados nacionalistas. Sob a ditadura, as eleições passaram a ser uma farsa total e, na verdade, constituem uma cobertura do governo despótico, que fez das eleições e do Congresso instrumentos seus. As “Teses” se limitam a falar de formas de luta, o que é diferente de falar do caminho da revolução. As formas de luta podem ser pacíficas ou não, e isto constitui apenas uma questão tática. Formas de luta, violentas ou não, podem coexistir.

O que está exposto na Tese 58 sobre a coexistência de formas de luta elementares e legais, em certas regiões, com formas de luta mais elevadas como a luta armada, em outras regiões, é algo que ocorre até no Vietnã, onde, no entanto, o caminho geral seguido é o da luta armada. O que é preciso definir sempre é o caminho geral, coisa que no documento do Comitê Central permanece em branco.

As “Teses” tergiversam o caminho da revolução quando afirmam que o governo ditatorial, com o apoio do imperialismo norte-americano, poderá impor ao povo o caminho da insurreição armada ou da guerra civil (Tese 60).

É curioso que a ditadura e o imperialismo norte-americano já tenham empregado a violência contra o povo, que o neofascismo já tenha sido implantado no Brasil, e que só agora as “Teses” afirmem que o governo ditatorial, com o apoio do imperialismo, virá um dia a nos impor a luta armada.

A fim de evitar o pronunciamento sobre o caminho armado da revolução, as “Teses” evitam cuidadosamente falar de derrubar, pôr fim à ditadura, preferindo, em substituição a estas expressões, a palavra derrota, usada nas Teses 60 e 61.

Mas o fundamental é consignar a necessidade de preparar o Partido e as massas para a luta armada como saída revolucionária, como perspectiva básica para derrubar a ditadura ou enfrentar a agressão armada do imperialismo.

Esta luta se prepara pacientemente – com tal objetivo se abarcam todas as forças dispostas a derrubar a ditadura – utilizando a violência das massas através das armas. Trata-se da luta armada, indicada como caminho da revolução, caminho diferente da saída pacífica, esta sim irrealizável e ilusória.

A QUESTÃO DO GOVERNO E DAS CRISES DO GOVERNO

Afirma-se, na Tese 61, que o governo das forças antiditatoriais, que surgirá com a derrota da ditadura, poderá ser mais ou menos avançado.

Estamos em face de uma tese espontaneísta, alheia portanto ao marxismo-leninismo.

Os comunistas sempre apresentam às massas, com clareza, o tipo de governo pelo qual lutam. As “Teses” renunciam à aplicação de tal princípio, porque admitem a liderança da burguesia, e que ela substitua o governo ditatorial. Somente então, segundo as mencionadas teses, será possível verificar o maior ou menor grau de avanço do novo governo e as condições para uma adesão, e prosseguir a luta.

Com esta teoria, é impossível para o Partido exercer qualquer liderança, e terá que continuar a reboque da burguesia.

Esta ideia espontaneísta é desenvolvida nas Teses 62 e 63, nas quais se dá um grande peso às contradições internas do bloco que participou do golpe de abril como fator de debilitamento da ditadura, de novos golpes e crises de governo. Afirma-se que a impopularidade e o isolamento da ditadura podem conduzir setores das classes dominantes a substituírem o governo reacionário, excluindo a participação dos trabalhadores e do povo.

Não podemos negar a possibilidade de um golpe dentro do golpe. Porém o que não podemos fazer é ficar à espera de que isto ocorra.

Uma coisa é tomar uma posição concreta face a uma realidade concreta. Outra muito diferente é ver numa hipótese abstrata um caminho para livrar-nos da ditadura, como o fazem as “Teses”.

A situação atual já é demasiadamente reacionária para que se possa pensar em impedir outra solução reacionária, proveniente de um novo golpe. Também é ilusório pensar na reconquista das liberdades pela ação das massas, no momento em que setores das classes dominantes se dispuserem a substituir o governo da ditadura.

Esta maneira duvidosa de enfrentar a realidade somente pode levar os comunistas e as massas à passividade.

As “Teses” idealizam essas hipóteses variadas para evitar falar da perspectiva da insurreição popular e da guerra civil,

para esquivar-se a uma definição com respeito ao caminho da revolução brasileira.

Tais concepções somente podem levar as massas a não se preparar, e ficar sem nenhuma perspectiva de resolver a situação brasileira através de seus próprios esforços, a serem surpreendidas por um golpe, terminando esmagadas, sem liderança e sem organização. A tática apresentada pelas “Teses” baseia-se, finalmente, numa saída sob a liderança da burguesia. Os que desejam ver o Brasil livre da ditadura e do imperialismo não podem confiar em tal tática.

SOBRE A AUTOCRÍTICA

A Tese 64 incide num erro teórico, ao admitir a existência de uma linha política, acertada ou não, independente da concepção da revolução. Pois não há linha política abstrata. Toda linha política obedece a uma determinada concepção ideológica. Cai-se neste equívoco, porque não se quer confessar que há erros na linha política do V Congresso, e se pretende ocultar a falta de condições ideológicas da direção para conduzir a revolução e o Partido.

Na verdade, o que existe em nosso Partido, principalmente a partir do governo de Kubitschek, é uma incrível influência da ideologia burguesa.

A Tese 66 acredita que foi algo extremado pedir o confisco dos estoques de mercadorias, a nacionalização de moinhos e frigoríficos. Mas, naquela situação, com que palavras de ordem seríamos capazes de mobilizar as massas? Pedindo calma e moderação face aos aumentos?

A Tese 66 também mostra que pedimos medidas contrárias à burguesia rural e ao campesinato médio, exigindo que 75% dos créditos agropecuários fossem concedidos às propriedades de área inferior a 100 hectares.

As propriedades de área inferior a 100 hectares representam cerca de 89% do total dos estabelecimentos agrícolas e quase 60% da área agrícola. Era mais que justo reivindicar 75% do crédito para a maioria das propriedades, e para a mai-

oria das áreas agrícolas. As “Teses” querem descobrir esquerdismo onde não o há, e isto tão somente porque pretendem justificar, a qualquer preço, erros cometidos por ilusão de classe.

A Tese 67 afirma que, devido ao agravamento da luta política, da repressão policial e das limitações legais, o perigo agora é o sectarismo e o esquerdismo.

Com essa concepção, em vez de estimular o espírito combativo do Partido, o que buscam as “Teses” é dar-lhe um banho de água fria.

E assim continuaremos cautelosos, acomodados, à espera das condições legais e do debilitamento da ditadura.

Fazendo autocrítica por erros de esquerdismo, as “Teses” fogem ao combate contra a influência ideológica da burguesia e à luta contra as ilusões de classe.

SOBRE A SITUAÇÃO INTERNACIONAL

O capítulo das “Teses” dedicado à situação internacional limita-se apenas a constatações. Ali se assinalam fenômenos da crise geral do capitalismo, e a agressão ao Vietnã e São Domingos (Tese 23). Chama a atenção para a agressividade crescente do imperialismo (Tese 24). Mostra-se que a situação internacional se desenvolve favoravelmente, que a política de coexistência pacífica e não intervenção conquista a consciência de amplas massas, que se intensifica a ação contra o imperialismo, a despeito das divergências com a China (Tese 25). A Tese 26 mostra que a tarefa primordial é defender a paz. A Tese 27 indica o aumento da intervenção norte-americana na América Latina, o estímulo aos golpes de Estado, a transformação das Forças Armadas latino-americanas em ponto de apoio à repressão dos Estados Unidos aos povos. A Tese 28 particulariza o propósito norte-americano de esmagar Cuba. A Tese 29 ressalta o crescimento das lutas emancipadoras, a importância da Conferência de Solidariedade Intercontinental, e que o imperialismo norte-americano é o inimigo principal dos povos da América Latina.

Fazer tais constatações não é, porém, bastante. Nem é tudo. Exatamente o mais importante é o que está focalizado neste capítulo. E é a questão de saber como enfrentar os problemas da situação internacional, como organizar a luta para impedir que os Estados Unidos prossigam a brutal guerra contra o Vietnã, dispondo de absoluta tranquilidade na retaguarda latino-americana, onde o Brasil constitui o principal ponto de apoio do imperialismo ianque. A conclusão que se impõe é que devemos lutar pela unidade das forças revolucionárias latino-americanas na ação contra o imperialismo dos Estados Unidos, na luta pela derrubada das ditaduras serviçais ao governo norte-americano, como é o caso do Brasil.

A agressividade do imperialismo ianque pode levá-lo à ocupação armada de nosso país; será necessário prever a luta armada contra o agressor, em qualquer conjuntura da situação internacional.

SUGESTÕES A SEREM APRESENTADAS

Em virtude da impraticabilidade das “Teses”, cabe fazer algumas sugestões, buscando contribuir para a elaboração de uma linha política mais de acordo com a realidade brasileira.

Entre essas sugestões à mais alta instância partidária, surge a questão do trabalho entre os camponeses. Na prática, é o problema do aliado fundamental do proletariado.

A burguesia não pode continuar sendo considerada, como até o momento, o aliado fundamental do proletariado.

Sempre que isto ocorra, a revolução marcará passo e o movimento de massas não mudará de qualidade, não se desenvolverá até o ponto de ameaçar o poder das classes dominantes e conquistá-lo.

Em 1960, no V Congresso, já havia sido adotada uma resolução sobre a elaboração do Programa Agrário, que não foi cumprida.

A subestimação do Programa Agrário revela que o Comitê Central continua apegado à ideia de que a liderança da revolução brasileira cabe à burguesia.

Creemos que a resolução de adotar um Programa Agrário e a decisão de transformar o trabalho entre os camponeses numa tarefa de todo o Partido, nacionalmente, contribuirão de modo profundo para modificar o curso dos acontecimentos no Brasil.

Estamos em face de um problema vital – o problema do campesinato na revolução brasileira – e diante deste problema não podemos cruzar os braços.

Outra sugestão importante refere-se à união das forças populares como objetivo tático atual.

A atual ditadura não representa os interesses do povo brasileiro.

No plano exterior, todos os seus atos tendem a colocar nosso país na órbita norte-americana. Chega até a prometer ajuda à política colonialista de Portugal.

No plano interno, sua política econômico-financeira, ao mesmo tempo que propicia o controle de grande parte das empresas brasileiras, públicas e privadas, pelos grupos norte-americanos, assegura também, a um número reduzido de grandes capitalistas, a possibilidade de obter enormes lucros.

Através da Constituição fascista, da Lei de Segurança, da Lei de Imprensa e de outras medidas que institucionalizam a ditadura, os ocupantes do poder procuram impedir todas as formas de pronunciamento popular.

Embora tais medidas possam parecer suficientes para garantir a tranquilidade dos grupos que nos dominam, outras hipóteses estão igualmente previstas. Medidas semelhantes não foram bastantes para impedir protestos populares em outros países, e as previsões dos norte-americanos não excluem a possibilidade de que o mesmo ocorra em nosso país, dado o crescente descontentamento popular. Por conseguinte, convém ao imperialismo que se crie uma força de reserva, destinada a substituir os atuais agentes quando faltarem as condições para sua permanência. Promovendo a substituição de dirigentes desgastados pelo uso do poder por outros que se apresentem como mais liberais, novas ilusões poderiam ser criadas, com base em concepções que não girem em torno das

questões básicas. Foi o que aconteceu em São Domingos, e no Equador. Neste caso, a promessa de instalação de um governo que assegurasse algumas liberdades seria uma forma de desviar nossa atenção da luta pela independência nacional.

As forças populares terão assim de iniciar sua própria luta, sob uma bandeira que seja sua e que permita o estabelecimento da unidade de todas as tendências que lutam pela independência nacional. Através dessa unidade terão condições para convocar e mobilizar as camadas sociais interessadas na incorporação de todo o povo à vida política, econômica e social da nação.

Embora existam dificuldades para a união das forças populares, elas não podem ter o mesmo caráter das divergências que nos separam das correntes políticas ligadas ao imperialismo. Sem ignorar as disputas que existam dentro do atual regime, aproveitando-as na medida em que possam servir à nossa luta, devemos manter uma posição de independência que permita levar o combate contra a ditadura até suas últimas consequências. Nosso objetivo não é somente alcançar algumas liberdades formais, com a atenuação ou eliminação de uma ditadura por pressões políticas ou armadas, que podem inclusive favorecer os interesses do imperialismo. Nosso objetivo é de maior alcance: substituir tal governo ditatorial por um governo que assegure a independência do país. E isto não será possível pela via pacífica, mas sim pela via armada e com a unidade das forças populares.

Dentro do mesmo critério construtivo, de tratar de oferecer sugestões e elementos de juízo para a elaboração da nova linha política, tarefa que cabe à mais alta instância do Partido, destacamos algumas questões teóricas.

Uma delas é assinalar a natureza da concentração capitalista e a tendência objetiva para a associação que, na prática, corresponde à fusão do capital bancário, industrial e agrário, nas condições, por exemplo, de um país como o Brasil, dominado pelo capital monopolista estrangeiro. Caberia esclarecer, ao final dos debates, face à moderna evolução do capital e ao

agravamento da crise geral do capitalismo, se já não está ultrapassado o ciclo liberal das revoluções burguesas, de caráter progressista.

Neste caso, caberia determinar se a burguesia no poder – ou em vias de conquistá-lo – pode exercer qualquer liderança na revolução, já que prefere a aliança com o imperialismo. E até mesmo se a burguesia aceita a participação do proletariado na luta democrática, ou se a tendência da burguesia não é suprimir a chamada democracia representativa e assim afastar a possibilidade de expansão do movimento de massas encabeçado pelo proletariado.

Nas sugestões sobre a etapa final dos debates, cremos necessário que sejam delineadas as medidas propostas pelos comunistas com vistas à nacionalização das empresas imperialistas existentes no país. Este é um ponto de importância capital, que dará clareza à luta anti-imperialista e facilitará a atração de aliados para o movimento de libertação do nosso povo.

É também de suma importância que, na mais alta instância do Partido, seja definido o caminho da revolução brasileira, esclarecida a questão da luta pela hegemonia no processo revolucionário, assim como as características que o Partido deve ter para fazer face às tarefas impostas pela realidade histórica do país. Isto exige a adoção de estatutos consequentes com a estrutura e a atividade de um Partido revolucionário que aspira ao poder, e coloca na ordem do dia a unidade do Partido em torno dos princípios marxistas-leninistas.

DECLARAÇÃO DA DELEGAÇÃO BRASILEIRA NA CONFERÊNCIA DA OLAS

*Agosto de 1967**

A aparição de uma vanguarda capaz de reunir de forma admirável as experiências das condições específicas de Cuba e a arma da teoria revolucionária, enriqueceu a experiência do movimento revolucionário mundial e ofereceu novos instrumentos de análise para a luta de classes da época imperialista.

Saudamos os camaradas da Bolívia, Colômbia, Guatemala e Venezuela, que neste momento estão contribuindo, na mais alta forma de luta, para a libertação de nosso continente.

A delegação brasileira representa um povo cuja luta também tem seguido este caminho. Em Palmares ocorreu a maior das revoltas dos escravos vindos da África.

No Nordeste de nosso país, uma guerra de guerrilhas contra a dominação holandesa marcou o início da nacionalidade brasileira contra a dominação holandesa. No início deste século, em Canudos, o corajoso campesinato do “sertão” infligiu duras derrotas ao exército que defendia os grandes proprie-

* Transcrição da Declaração da delegação brasileira na 1ª Conferência da Organização Latino-Americana de Solidariedade (OLAS), chefiada por Carlos Marighella e realizada em Havana, Cuba, entre os dias 31 de julho e 10 de agosto de 1967, reunindo diversas organizações anti-imperialistas e revolucionárias latino-americanas como desdobramento da Conferência Tricontinental (1966) e da Organização de Solidariedade com os Povos da Ásia, África e América Latina (OSPAAAL), sob o lema cunhado pelo Comandante Che Guevara de que “o dever de todo revolucionário é fazer a revolução”, e da qual participou como organizador Aluísio Palhano, sindicalista brasileiro e depois guerrilheiro da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), sequestrado e assassinado pela ditadura brasileira em 1971. O texto inédito em português foi traduzido a partir do francês publicado na *Revista Tricontinental*, 1970, *Edition Française*, “*Hommage a Carlos Marighella*”.

tários de terras. Duas lutas armadas anti-imperialistas foram travadas na guerra do Contestado e na luta contra a entrega do Acre aos ianques. Em Santa Catarina, no sul do país, os camponeses infligiram as mais severas derrotas ao exército que defendia os interesses das corporações imperialistas ianques.

Estas lutas foram seguidas por um período relativamente longo, no qual a luta das massas foi desviada de sua marcha histórica pela inexistência de uma vanguarda revolucionária capaz de conduzir o povo à luta armada pela tomada do poder.

Este período, que terminou com o golpe imperialista de 1^o de abril de 1964, foi uma sucessão de traições aos interesses de nosso povo. A tese do caminho pacífico da Revolução Brasileira e o abandono da luta de classes em nome do nacionalismo burguês levou o movimento de massas a seguir os setores mais fracos da burguesia. As massas populares, os trabalhadores e camponeses brasileiros, os marinheiros e soldados, os estudantes, entenderam, muito antes de seus líderes, de que lado estavam seus interesses. Primeiro, através da radicalização da luta nos momentos críticos de 1964. Em segundo lugar, pelas manifestações contra a ditadura militar pró-imperialista, que continuam ocorrendo apesar da repressão.

Nosso povo se recusou a apoiar a farsa eleitoral de 1965: de um total de 20 milhões de eleitores registrados, 8 milhões votaram em branco, anularam seu voto, ou escreveram slogans revolucionários expressando sua condenação. Este fato representa uma derrota para a ditadura, e uma demonstração aos oportunistas e pseudo-revolucionários que, tendo participado das eleições, foram derrotados.

Dessas novas condições de luta surgiu a necessidade imperativa de uma vanguarda que esteja à altura do momento e que seja digna de liderar suas massas. Lenin afirmou que, nos momentos em que a realidade impõe novas tarefas, surgem novas forças capazes de realizá-las. Definir estas forças é questionar a realidade sobre a natureza das tarefas atuais.

Estamos conscientes de que no Brasil, como em toda nossa América, a tarefa fundamental é combinar as lutas de massa

contra o imperialismo, e levar estas lutas ao mais alto nível. Nenhuma vanguarda pode reivindicar este nome se ele não for capaz de combinar todas as formas de luta e levar o povo à tomada do poder. Nenhuma vanguarda pode reivindicar este nome se não estiver se preparando para ele e se não estiver preparando o povo para a via da luta armada. Aqueles que pretendem fugir deste dever sob o pretexto do falso dilema entre luta política e luta armada serão ignorados pelo povo e condenados pela história. A experiência revolucionária mundial demonstra com precisão a unidade entre a luta política das massas e a luta armada.

Ninguém duvida da importância para a revolução brasileira da luta armada que começará no campo; que só ali se encontram as condições para sua manutenção; assim como ninguém ignora que nos momentos decisivos as cidades realizarão plenamente o destino da Revolução. Não apenas pela importância fundamental do sistema industrial urbano na economia brasileira; não apenas pela importância numérica do proletariado; mas, principalmente, pelo papel reservado à classe trabalhadora como chefe da revolução brasileira.

A atual vanguarda está organizando as massas em um vasto movimento revolucionário. É a prática que mostrará se somos capazes de fazer a revolução através da interpretação das experiências corretas à luz da teoria revolucionária, sem a qual não pode haver movimento revolucionário.

Com base nesta convicção, estamos nos colocando no cenário internacional, somos solidários com todos os povos que lutam contra o imperialismo. A melhor maneira de demonstrar nossa solidariedade é mobilizar todas as nossas forças para a destruição do imperialismo ianque e de suas bases de dominação em nosso país. "A melhor forma de solidariedade é a própria luta", disse o Comandante Turcios Lima, assim como, compreendeu plenamente o Comandante Padre Camilo Torres, e como a vanguarda revolucionária de nossa América compreende hoje. Solidariedade na luta e para a luta. Nesta área, já fizemos alguns progressos quando demonstramos

amplamente nossa solidariedade com a Revolução Cubana.

Mas não devemos esquecer que o poder revolucionário em Cuba é o resultado de uma luta de guerrilhas, e a solidariedade com a Revolução Cubana não pode ser separada dos movimentos de luta armada para a libertação de nossos povos. Não é justamente antes da tomada do poder, em plena luta de guerrilhas, que os revolucionários mais precisam de solidariedade? É a posição adotada diante desta luta revolucionária que demonstra a verdadeira solidariedade com os povos do continente.

Consideramos incompatível com a solidariedade revolucionária o fato de que alguns países que afirmam apoiar as lutas de libertação nacional já estão emprestando quase 200 milhões de dólares à ditadura militar pró-imperialista que oprime o povo brasileiro, ou que outros estão colaborando ativamente nos planos de dominação ideológica de nosso país. O principal inimigo já é conhecido. Diante do imperialismo, só podem existir duas posições: a de nossos queridos irmãos no Vietnã, Cuba e todos os povos que lutam ativamente contra o imperialismo; ou, por outro lado, a posição dos opressores, seus aliados e cúmplices.

ENTREVISTA À RÁDIO HAVANA (CUBA)

*Agosto de 1967**

Rádio Havana: Um telegrama da agência de notícia francesa France Press, datado de hoje no Rio de Janeiro, disse assim: “Carlos Marighella será expulso por indisciplina do Comitê Central do Partido Comunista Brasileiro, informa hoje a imprensa do Brasil. Os diários locais, que se baseiam em informações obtidas em organismos de segurança brasileiros, indicam que essa decisão do Partido Comunista Brasileiro foi motivada pelo fato de Marighella ter ido à Havana para assistir à Conferência da OLAS, Organização Latino-Americana de Solidariedade.”

Precisamente nos encontramos sentados à frente de Marighella, no seu quarto no hotel *Habana Libre*, para que nos dê

* Marighella chegou à Cuba em julho de 1967, à revelia da direção do PCB e onde já se encontravam alguns militantes da “Ala Marighella” do Partidão, que depois viria a se transformar no Agrupamento Comunista de São Paulo e posteriormente na ALN. Permaneceu até setembro, segundo os registros oficiais e da repressão que monitorava a passagem do guerrilheiro por Praga (Tchecoslováquia), na rota feita pelos comunistas brasileiros que formaram as turmas de treinamento armado em Cuba (apelidadas de Exércitos da ALN, mas que foram integradas depois também por militantes da VPR e MR-8). Durante sua estadia na Ilha chefiou a delegação brasileira na 1ª Conferência da OLAS, escreveu os artigos conhecidos como “Cartas de Havana”, concedeu essa clássica entrevista para a Rádio Havana, estampou o diário *Gramma*, o *Juventud Rebelde* e respondeu perguntas para a revista *Pensamiento Crítico*, e já era nesse momento uma personalidade internacional. Sobre os detalhes da passagem de Marighella por Cuba ver o capítulo 26 “Conexão Havana: um filho de Oxóssi na ilha da santeria” do livro *Marighella: O guerrilheiro que incendiou o mundo* (Companhia das Letras, 2012), de Mário Magalhães. Publicamos aqui a transcrição dos áudios revisada a partir do projeto *Rádio Libertadora – A palavra de Carlos Marighella* (2002).

sua resposta a este telegrama e ao mesmo tempo nos fale a respeito da situação atual do seu país.

Marighella: O que tenho a explicar ao povo cubano é que estes telegramas indicam apenas que os periódicos brasileiros procuram utilizar-se do episódio da minha vinda à Cuba para fazer provocações contra os revolucionários.

A notícia de que eu serei expulso do Comitê Central do Partido Comunista Brasileiro ou do Partido Comunista Brasileiro por indisciplina é baseada no fato de que foram obtidas informações nos organismos de segurança brasileiros, quer dizer, nos organismos policiais que não podem realmente saber de nada. De qualquer maneira, como tenho uma posição divergente em relação à Direção do Partido Comunista Brasileiro, porque sou partidário da luta de guerrilhas como caminho para a solução dos problemas do nosso povo, creio que seria ridículo expulsar um revolucionário somente porque veio à Cuba trazer a solidariedade do povo brasileiro à Revolução cubana e à Primeira Conferência de Solidariedade Latino-Americana.

Quanto à questão levantada nesses telegramas, que noticiam as posições dos jornais brasileiros de que pertencço a uma fração do Partido Comunista juntamente com outros camaradas, no sentido de desrespeitar as decisões da direção do Partido Comunista Brasileiro, porque somos favoráveis à luta armada, devo esclarecer ao povo cubano que não pertencço a nenhuma fração. Sou o Primeiro Secretário do Partido Comunista em São Paulo, do Comitê Estadual do Partido Comunista em São Paulo e não tenho nenhuma necessidade de organizar um grupo, de organizar uma fração, nem mesmo de organizar um novo Partido Comunista, porque já temos em nosso país muitas organizações.

Há uma grande confusão ideológica, muita gente que pretende atribuir-se a condição de líder, de dirigente, mas, tudo isso baseado em declarações, em elaborações de informes, na realização de reuniões, quando o fundamental, para

nós, no Brasil, é passar à ação, é desencadear a luta armada, é organizar a luta de guerrilha.

Somente em torno da luta de guerrilhas, somente em torno de um caminho revolucionário como esse, é que se pode realizar a unidade dos revolucionários, a unidade do povo brasileiro e assim, seria perder tempo participar de frações, tentar organizar novos partidos e percorrer um caminho convencional que não nos ajudará em coisa nenhuma e que só nos levará a passar ainda mais anos dentro da pasmaceira em que nos encontramos atualmente. Não. Minha posição e a dos camaradas que estão com a mesma disposição, que têm a mesma convicção é exatamente a da preparação da luta armada, do desencadeamento da luta de guerrilhas e da concentração de todos os esforços nessa atividade. Era isso o que tinha a esclarecer.

Rádio Havana: Marighella, existem no Brasil forças revolucionárias capazes de resistir à ditadura e a ir a uma luta armada contra o regime?

Marighella: Sim. Existem essas forças. As forças revolucionárias capazes de resistir à ditadura e de ir a uma luta armada contra o regime encontram-se dentro do Partido Comunista Brasileiro e fora do mesmo partido. Há várias organizações, agrupamentos ou redes e forças outras que defendem uma posição revolucionária e estão dispostas a ir à luta armada e têm a convicção de que o caminho brasileiro para a salvação de nosso povo é a luta armada e que podem realizá-la. Quando existem condições, tais como as que se apresentam em nosso país, essas forças revolucionárias são criadas praticamente dia a dia e hora a hora. O que é necessário é passar à ação, fazer com que essas forças se coordenem no mesmo sentido e que passem ao desencadeamento da luta, que se preparem. Que vão portanto à área rural, que é onde, no Brasil, nós podemos desenvolver a luta que pode ser apoiada pelos trabalhadores, por todo o povo, dentro das áreas urbanas e, neste sentido, marchar para conseguir a vitória que no Brasil só poderemos

conseguir se realmente juntarmos esse nosso esforço ao esforço de todos os outros povos latino-americanos.

Rádio Havana: Agora queremos lhe perguntar acerca da responsabilidade que corresponde ao Partido Comunista Brasileiro ante o golpe militar de 1964?

Marighella: Não há propriamente uma responsabilidade do Partido Comunista Brasileiro em relação ao golpe militar de 1964. A responsabilidade, se quiséssemos falar assim, maior, realmente cabe à Direção do Partido Comunista Brasileiro. Porque à Direção do Partido Comunista Brasileiro cabe orientar as bases, traçar os planos e enfim orientar todo o povo, dar as diretivas necessárias para que a luta seja enfrentada.

Ora, a Direção do Partido Comunista Brasileiro seguiu um caminho de submissão à liderança da burguesia, confiava que os generais brasileiros pudessem vir a resolver a situação do povo, confiava num dispositivo militar. Realizava, na verdade, ou propunha a realização de um trabalho de cúpula nos altos níveis das organizações. Não era um trabalho realizado pela base em que o povo participasse diretamente de baixo para cima, portanto, um trabalho que tivesse uma estrutura firme em que o proletariado, o campesinato ou as forças de massas no Brasil estivessem mesmo atentas para a situação. Então, a direção do nosso partido era uma direção que estava conduzindo na base de ilusões de classe, ilusões com a burguesia. É evidente que com essa posição deixou o povo brasileiro inteiramente despreparado e quando sobreveio o golpe militar de 1964 é evidente que não havia condições para resistência. O povo se encontrava na rua, não tinha armas entretanto. E não havia nenhuma ação daquelas forças do governo e da burguesia que o Partido ou melhor, a direção do Partido sustentava que iriam reagir. O resultado é que, inteiramente desprevenido e despreparados, com todas as ilusões que haviam sido defendidas pela direção do Partido, ficamos, ficou todo o povo brasileiro impossibilitado de impedir que o golpe se concretizasse como acabou se concretizando.

Este é um caso típico de uma lição, de um ensinamento que se pode obter exatamente pelo fato de que a liderança comunista deixa de acreditar no proletariado como força dirigente da Revolução, deixa de acreditar na aliado fundamental do proletariado que é o campesinato para lançar-se de mãos e pés amarrados diante da burguesia, sem condições, portanto, de impedir o golpe que fatalmente virá, em quaisquer circunstâncias, sempre que o Partido Comunista não se preparar para a luta armada e não se preparar para organizar as forças armadas do povo que é a única coisa que pode deter a posição, a ação dos imperialistas norte-americanos contra a liberdade do povo brasileiro e dos povos da América Latina

Rádio Havana: Que forças revolucionárias e que tipo de organização você acredita que conseguiria a aliança armada de operários e camponeses que se demonstra como necessária para chegar a criar o núcleo do Exército de Libertação brasileiro?

Marighella: O que nós, revolucionários comunistas, que estamos empenhados na luta armada e temos a firme convicção que só a luta armada resolverá a situação brasileira, o que nós revolucionários, o que nós comunistas estamos pensando é que, em face da situação brasileira e das organizações que ali existem, o que deveríamos fazer era procurar lançar a luta de guerrilhas na área rural do país sem nos preocuparmos em que qualquer das organizações existentes tomasse a iniciativa, qualquer das organizações existentes como tal. Não se trata de que essa luta armada, de que essa guerrilha no Brasil tenha que ser organizada somente pelo Partido Comunista Brasileiro ou por qualquer outra organização existente dentre as que atuam no Brasil, seja a organização dos partidários de Brizola, de Arraes, de Julião, da Ação Popular, da POLOP (da Política Operária) e mesmo das organizações da esquerda católica.

O problema não se situaria portanto, na criação, agora, de uma organização que fosse dar a diretiva de realizar a luta armada, mas começar a luta armada com os revolucionários de

dentro e de fora do Partido e de todas as organizações que estejam dispostos, dentro de um plano estratégico-político global iniciar a luta, fazer com que essa luta armada, que no caso brasileiro como no caso latino-americano tem que ser a luta guerrilheira, fazer com que essa luta tenha um caráter duradouro, que dure, que tenha continuidade ainda que a princípio seja uma luta que não mobilize um grande número de homens mas que possa obter êxitos iniciais, manter-se e implantar-se na área rural do país. Isto dará confiança ao povo brasileiro, esta luta progredirá e, nessas condições, então no processo será possível criar-se a verdadeira organização revolucionária capaz de levar à vitória o povo brasileiro através da luta de guerrilhas.

Rádio Havana: É possível lutar pelas reformas de base de forma pacífica em um Brasil governado por gorilas?

Marighella: Não. Não é possível lutar por essas reformas através do caminho pacífico e no Brasil com a ditadura que tem no presente momento. Já anteriormente, quando havia o governo de João Goulart, nós seguimos, ou melhor, o nosso Partido e sua direção, enfim os revolucionários do Brasil, seguiram esse caminho de lutar pelas reformas de base pelo caminho pacífico e sob a liderança da burguesia. Isto nos levou a um fracasso completo e total, porque nas condições atuais a burguesia no Brasil ou em outros países não tem condições de dirigir uma revolução e não há condições, também, no momento em que o imperialismo lança mão de sua estratégia global, não há condições para se obter uma vitória pacífica através dessa luta pelas reformas. As reformas de estrutura, as reformas de base de que necessitamos no Brasil, e de que necessitamos em muitos países da América Latina só se pode conseguir através da luta revolucionária ou melhor através da tomada do poder pela via revolucionária, quando somente então e com forças armadas do povo em ação podemos dominar a ação das forças reacionárias, a ação do imperialismo e realizar então essas reformas, levar o país até o socialismo,

fora disto não é possível, e a lição que recebemos no Brasil é uma lição que pode servir para os demais povos da América Latina.

Rádio Havana: Marighella, por último queremos perguntar-lhe o seguinte. O que espera o movimento revolucionário brasileiro desta primeira conferência da Organização Latino-Americana de Solidariedade?

Marighella: Para o povo brasileiro a Primeira Conferência da Organização Latino-Americana de Solidariedade – OLAS, significa muito, significa mesmo o passo mais avançado que já foi dado na América Latina para que reunamos todas as nossas forças num plano estratégico global visando obter a libertação do nosso país do jugo do imperialismo norte-americano. Somente agora, e depois que a Revolução Cubana conseguiu a sua grande vitória e se encaminhou pelo terreno da construção do socialismo no primeiro país da América Latina, tornou-se possível então congregar todos esses esforços dos revolucionários de toda a América Latina, como acontece agora nesta Primeira Conferência da Organização Latino-Americana de Solidariedade para enfrentar a estratégia global do imperialismo norte-americano.

Eu espero que o movimento revolucionário brasileiro saberá compreender a importância desta Primeira Conferência da Organização Latino-Americana de Solidariedade e que se junte aos esforços que todos fazemos no sentido de, como disse o Comandante Che Guevara: “Criar, um, dois, três, muitos Vietnãs”.

ALGUMAS QUESTÕES SOBRE AS GUERRILHAS NO BRASIL

*Setembro de 1968**

Com este trabalho queremos homenagear a memória do Comandante Che Guevara, cujo exemplo de Guerrilheiro Heroico perdurará pelos tempos e frutificará em toda a América Latina.

A luta de guerrilhas, através da história, sempre foi um instrumento de libertação dos povos e a experiência provou, inúmeras vezes, quão importante é e que valor tem na mão dos explorados.

Além desta inapreciável importância, a guerrilha assumiu, nos dias de hoje, uma nova dimensão, ao lhe ser atribuído o papel estratégico decisivo na libertação dos povos. Quer dizer, a guerrilha incorporou-se definitivamente à vida dos povos como a própria estratégia de sua libertação, o caminho fundamental, e mesmo único, para expulsar o imperialismo e destruir as oligarquias, levando as massas ao poder.

Tal formulação do problema, como seja o do papel estratégico da guerrilha, não surgiu casualmente e sim porque a revolução cubana o introduziu no cenário da história.

Até então a experiência das revoluções de caráter marxista-leninista assentara suas bases na transformação da guerra anti-imperialista mundial em guerra civil pela tomada do

* Artigo publicado pelo Jornal do Brasil, na edição de 5 de setembro de 1968. Revisado a partir da versão do original mimeografado apreendida pela repressão, disponível no arquivo Brasil: Nunca Mais (BNM), e do texto publicado no livro *Escritos de Carlos Marighella* (Editorial Livramento, 1979). O artigo, segundo o biógrafo Mario Magalhães, tem como data e local no original 10 de outubro de 1967, em Cuba, sendo parte das “Cartas de Havana”, logo após portanto a captura e assassinato do Comandante Che Guevara, entre os dias 8 e 9 de outubro desse mesmo ano, na Bolívia.

poder. Esta situação, com suas indispensáveis variantes, assinalou o desenvolvimento da história dos povos pelo menos durante quatro décadas, a partir do triunfo da Grande Revolução Socialista de Outubro.

A revolução cubana, como parte integrante da revolução socialista mundial, trouxe ao marxismo-leninismo um novo conceito: o da possibilidade de conquistar o poder através da guerra de guerrilhas, e expulsar o imperialismo quando não há guerra mundial e não se pode, portanto, transformá-la em guerra civil.

Esta contribuição teórica e prática da revolução cubana ao marxismo-leninismo elevou a um plano inteiramente novo a guerrilha, colocando-a na ordem-do-dia por toda parte, em especial na América Latina.

No Brasil este assunto é da maior atualidade e, por isso, apesar da vigilância e da repressão da ditadura militar que massacra nosso povo, em todo o país aumenta o interesse sobre a guerrilha e são discutidos os temas mais importantes.

Que há de fundamental e ao mesmo tempo de mais elementar nas guerrilhas no Brasil? Quais os problemas que nos chamam a atenção?

É uma visão geral desses problemas o que pretendemos apresentar a seguir, tomando como apoio a incipiente experiência brasileira sobre guerrilhas.

ANIQUILAR AS FORÇAS DO INIMIGO: TAREFA FUNDAMENTAL DA GUERRILHA

O Brasil é um país de quase 90 milhões de habitantes, dispondo de uma imensa extensão territorial. Em área contínua, no mundo, só é superado pela União Soviética, a China e o Canadá.

As condições histórico-sociais e geográficas favorecem no Brasil – tal como aconteceu com a URSS e a China – o desencadeamento da revolução e sua vitória.

Em nossa maneira de pensar, a revolução no Brasil é a guerra revolucionária, em cujo centro se encontra a luta de guerrilhas.

A tarefa estratégica fundamental da guerrilha brasileira é a libertação do Brasil, com a expulsão do imperialismo dos Estados Unidos. Falando em termos de guerra, essa tarefa estratégica fundamental consiste em aniquilar as forças do inimigo, compreendendo-se como tal não só as forças militares do imperialismo dos Estados Unidos, como as forças militares convencioneis dos “gorilas” brasileiros.

“Aniquilar” quer dizer tirar ao inimigo a capacidade de agir militarmente, destruindo e capturando suas armas e impossibilitando-o de prosseguir na guerra de manobras.

Quando se trata das forças militares dos “gorilas” brasileiros, “aniquilar” também quer dizer desgastá-las, esgotá-las, desmoralizá-las e separá-las, no final, das forças militares dos Estados Unidos, deixando os imperialistas sozinhos e as reacionárias forças armadas nacionais completamente destruídas. Sempre que os Estados Unidos estiverem acompanhados de forças militares “gorilas” de países latino-americanos, é necessário “aniquilar” o inimigo um a um e deixar os imperialistas combatendo isolados. Será este sempre o sentido em que empregamos o termo “aniquilar”.

A ESTRATÉGIA GLOBAL DA GUERRILHA

O imperialismo norte-americano adota uma estratégia global contra os povos e aplicará tal estratégia contra a guerrilha brasileira, que será combatida pelas forças militares dos Estados Unidos e seus títeres latino-americanos.

Responderemos com a mesma moeda, combatendo o imperialismo e sua estratégia global com uma estratégia global latino-americana.

A estratégia global da guerrilha, no Brasil, baseia-se no internacionalismo proletário dos revolucionários brasileiros e no seu elevado espírito de solidariedade aos povos que lutam de armas na mão.

Em consequência desse internacionalismo, um dos objetivos da estratégia global de nossa guerrilha é lutar para tornar efetiva a palavra de ordem de “criar dois, três... muitos Vietnãs”.

Outro objetivo de nossa estratégia global é concretizar a solidariedade a Cuba através da luta armada em nosso país. A revolução cubana e Cuba socialista são vanguardas da revolução latino-americana, constituem nossos aliados fundamentais e nosso mais firme ponto de apoio em virtude de sua luta contra o imperialismo norte-americano. Para nós, é uma questão de princípio estar a favor da revolução cubana e encaminhar a guerrilha brasileira por uma estratégia global, capaz de criar obstáculos ao bloqueio e à posição agressiva dos Estados Unidos contra Cuba.

Nossa guerrilha visa, fundamentalmente, à conflagração em toda a América Latina. Quer dizer, trata-se de entrelaçar as guerrilhas dos países limítrofes, e de que os revolucionários dos países em luta se apoiem uns nos outros para o aniquilamento dos “gorilas” latino-americanos.

O imperialismo dos Estados Unidos, nosso inimigo comum, deverá ficar reduzido à situação de ver seus aliados destruídos e ter que lutar sem eles contra todos os povos latino-americanos.

A OFENSIVA ESTRATÉGICA COMO PRINCIPAL MÉTODO DE CONDUÇÃO DA GUERRILHA NO BRASIL

Nos países que estão em guerra regular com o inimigo e onde ocorrem guerrilhas, estas desempenham um papel de complemento da guerra regular em curso. Temos dois exemplos clássicos desse tipo, na Segunda Guerra Mundial, com os casos da URSS e da China.

Este não é o caso do Brasil atual, onde a guerra de guerrilhas não desempenha o papel de complemento de uma guerra regular, que não existe, não é para se desincumbir de uma missão tática, e sim para cumprir uma função estratégica.

O problema do Brasil é que as forças populares e revolucionárias sofreram uma derrota com o golpe de abril de 1964 e bateram em retirada com pesadas perdas.

Para livrar-se da ditadura e do imperialismo e de suas forças armadas de repressão, as forças populares e revolucionárias têm que sair da defensiva e passar à luta de guerrilhas, enfrentando o inimigo. Nesse caso, o principal método de condução da luta armada é a ofensiva estratégica.

O Brasil é um país de área continental e, por conseguinte, apropriado para a ofensiva estratégica da guerrilha, que precisa de espaço para mover-se.

A guerrilha brasileira tem que estar educada para operações móveis, desde as mais elementares até as mais complexas, pois uma guerra revolucionária prolongada no Brasil será uma guerra de movimento.

A ofensiva estratégica, como método principal de conduzir a luta armada, proporciona o máximo de iniciativa à guerrilha e uma liberdade de movimentos que não é permitida ao inimigo, lançado aos azares de uma perseguição interminável, em áreas rurais tremendamente hostis e desconhecidas.

Além disso, a diversidade de territórios e a variedade de ocupações da numerosa população do país possibilitam à guerrilha dispor de reservas estratégicas tais como: recursos em potencial humano amplamente reforçados pelos contingentes de operários e camponeses, recursos provindos das atividades dos trabalhadores rurais e recursos oriundos do potencial econômico das áreas urbanas.

Contando com tais reservas estratégicas e pugnando por objetivos políticos patrióticos, como a expulsão do imperialismo e a tomada do poder para a total libertação do país e sua radical transformação, a guerrilha brasileira tem na ofensiva estratégica um método invencível de condução da guerra revolucionária.

EVITAR O CERCO ESTRATÉGICO DO INIMIGO

Devido às condições históricas brasileiras, a concentração da superestrutura das classes dominantes e de suas forças repressivas se verifica na extensa faixa à margem do Atlântico, a região mais bem povoada do Brasil, de maior penetração do capitalismo, servida por modernas ferrovias e rodovias.

Esta é a região do cerco estratégico. Tal cerco ocorre por diversos fatores, dentre os quais destacamos os dois seguintes:

1. o inimigo tem suas tropas acampadas em toda a região litorânea, onde proliferam as relações capitalistas, com inúmeras facilidades para comunicações e transportes, além dos recursos da técnica moderna;

2. o inimigo domina com suas forças militares o relevo norte-sul, bem como o mais importante sistema orográfico do país, projetado sobre o Atlântico, e erguido dentro da faixa litorânea, entre os maiores centros urbanos brasileiros.

A guerrilha brasileira deve evitar o confronto com a esmagadora superioridade do inimigo na faixa Atlântica, onde este tem suas forças concentradas. Se optar por esta solução, a guerrilha, mesmo que disponha de meios para instalar-se no sistema orográfico existente dentro da área inimiga, estará por sua própria iniciativa dentro das condições de um cerco estratégico.

Ao contrário, lançar a luta guerrilheira na área fora das condições do cerco é iniciar o caminho da ofensiva estratégica contra o inimigo, obrigando-o a deslocar-se da faixa litorânea para perseguir a guerrilha.

Tal situação permitirá o crescimento da ação das forças revolucionárias urbanas, que poderão cortar vias de abastecimento e comunicações, dificultar o transporte de tropas e intensificar o apoio logístico à guerrilha.

Assim, as consequências para as forças armadas convencionais serão desastrosas, não só por terem de combater fora do seu "habitat" natural, como porque se verão obrigadas a enfrentar o castigo das forças urbanas revolucionárias na retaguarda.

AS FASES FUNDAMENTAIS DA LUTA DE GUERRILHAS

A luta de guerrilhas não se desenvolve jamais de um só jato, isto é, desde quando se inicia até quando termina, com a vitória ou o fracasso. Pensar que isto pudesse ser assim significaria considerar a guerrilha como uma luta improvisada e arbitrária e não como uma luta de classes que se desenvolve segundo as leis da guerra.

Ainda que seja um prolongamento da política, a guerra tem suas leis específicas. Quando estamos em guerra, devemos saber que sua lei básica é a preservação de nossas próprias forças e o aniquilamento das forças do inimigo.

Nenhuma destas duas coisas pode se obter de uma só vez, e é obrigatoriamente necessário passar por um certo número de fases para atingir os objetivos previstos.

É por isso que o desenvolvimento da luta guerrilheira se processa por meio de fases distintas e bem características, interdependentes e relacionadas entre si.

Não se trata de fases determinadas arbitrariamente, mas presididas por leis inerentes à atividade consciente dos homens e das classes em luta. Essas leis têm traços comuns. O traço comum fundamental de qualquer delas consiste em sua subordinação total à lei básica da guerra: preservar nossas próprias forças e aniquilar as do inimigo.

Mas cada fase tem seus objetivos e suas particularidades e deve conter em si mesma os elementos e requisitos indispensáveis para a passagem à fase posterior.

Assim, na luta guerrilheira no Brasil distinguem-se três fases fundamentais.

A primeira é a do planejamento e preparação da guerrilha.

A segunda é a do lançamento e sobrevivência da guerrilha.

A terceira é a do crescimento da guerrilha e sua transformação em guerra de manobras.

O tempo de duração de todas ou de cada uma dessas fases não importa, como ensina a história, pois os povos que lutam

pela libertação jamais se preocupam com o tempo de duração de sua luta.

PLANEJAMENTO E PREPARAÇÃO DA GUERRILHA

Um dos requisitos básicos para a primeira fase da guerrilha é a existência de um pequeno núcleo de combatentes, surgido em condições histórico-sociais determinadas. Esse requisito constitui uma regra geral. Sua única exceção é em caso de guerra regular, quando a guerrilha preenche um papel tático, e o seu surgimento se dá por variadas maneiras.

O núcleo inicial de combatentes deve ser imune ao convencionalismo dos partidos políticos de esquerda tradicional e suas lideranças oportunistas, e ter condições para enfrentar e conduzir a luta ideológica e política contra o grupo de direita oposto ao caminho armado.

A luta ideológica deve ser levada ao conhecimento do povo com enorme audácia, confiança e amplitude, tendo em vista assegurar o apoio político e revolucionário das massas.

Deve ser exposto às massas com muita clareza o objetivo político da guerrilha, ou seja, a expulsão do imperialismo dos Estados Unidos e a destruição total da ditadura e suas forças militares, para, em consequência, estabelecer-se o poder do povo.

Não se deve, entretanto, empreender a guerrilha sem um plano estratégico e tático global, com base na realidade objetiva. Tal plano é necessário para que a guerrilha não venha a ser uma iniciativa isolada, desligada dos grandes objetivos patrióticos perseguidos por nosso povo, e sem a imprescindível visão do processo de aniquilamento das forças do inimigo.

Além do plano, a guerrilha requer preparação. Uma boa preparação começa com a seleção cuidadosa dos homens, que devem advir, isto é chegar depois, particularmente, do setor de operários e camponeses.

A preparação da guerrilha exige ainda o adestramento do combatente, sobretudo para o tiro e a marcha a pé, algumas

armas e munições, a exploração do terreno, noções de sobrevivência e orientação, e a organização inicial de apoio logístico, incluindo a coleta de recursos de todos os tipos.

O que caracteriza o planejamento e a preparação da guerrilha é o segredo, a vigilância e a segurança mais absoluta, a proibição rigorosa do uso de papéis e cadernetas com nomes e endereços escritos, planos e apontamentos que podem vir a cair nas mãos do inimigo.

Sem esses cuidados, a primeira fase da guerrilha não tem condições de ir adiante.

LANÇAMENTO E SOBREVIVÊNCIA DA GUERRILHA

Apesar de que o inimigo no Brasil já está prevenido e reprime violentamente as tentativas de guerrilha, a primeira fase da luta guerrilheira ainda prossegue.

Quanto à segunda fase, está é a do lançamento e sobrevivência da guerrilha, e se destina a converter uma situação política em situação militar.

Com esta segunda fase, as tarefas políticas convencionais propostas pelos direitistas, como sejam eleições, “frente ampla”, luta pacífica, etc., caem no descrédito público. Surgem métodos de luta revolucionários e de apoio à guerrilha, com a finalidade de aniquilar as forças do inimigo.

Esta mudança é muito violenta e produz um impacto em todos os setores da luta.

Os “gorilas” se defrontarão com uma situação militar, que procurarão resolver segundo os métodos convencionais do militarismo profissional. Estes métodos serão confrontados com os métodos não convencionais da guerrilha. A vitória será de quem melhor o emprego fizer da lei básica da guerra. Ou de quem tenha melhores condições no meio do povo para fazê-lo. A vitória será da guerrilha.

O lançamento da guerrilha deve constituir obrigatoriamente uma surpresa para o inimigo, como decorrência de dois fatores. Um deles é que, na segunda fase da luta de guerrilhas no Brasil, a forma principal das ações de combate consiste nas

ações de surpresa e na emboscada. O outro é que o método principal de condição da luta de guerrilhas nesta fase reside na ofensiva, cujo papel decisivo se revela no aniquilamento das forças do inimigo.

Em matéria de formas de ação de combate e métodos de conduzir a luta armada, a derrota da guerrilha no ato de seu lançamento é produzida pelos seguintes erros:

- a) não utilizar a surpresa contra o inimigo;
- b) deixar-se surpreender pelo inimigo ou cair no seu cerco tático;
- c) travar combates decisivos em pontos onde o inimigo, mesmo eventualmente, tenha superioridade;
- d) começar a luta nas condições do cerco estratégico do inimigo e não ter plano estratégico e tático global, não conhecer o terreno e violar grosseiramente as leis da guerra.

Na maioria desses casos estão incursas as tentativas de guerrilhas fracassadas no Brasil, incluindo Caparaó.

FATORES DE QUE DEPENDE A SOBREVIVÊNCIA

Quando a guerrilha é lançada com êxito, o problema da sua sobrevivência passa a ter prioridade e uma importância fundamental e decisiva. A sobrevivência da guerrilha depende então:

- a) dos seus objetivos políticos;
- b) do método de condução da luta armada;
- c) da estreita relação entre a guerrilha e o povo.

QUANTO AOS OBJETIVOS POLÍTICOS

Nesse particular, os princípios são os seguintes:

- a) procurar despertar o povo e particularmente os camponeses com a contínua presença dos combatentes guerrilheiros e a repercussão de sua ação política e revolucionária;
- b) tornar conhecido do povo o objetivo político da guerrilha (a expulsão do imperialismo dos Estados Unidos e a destruição total da ditadura e suas forças “gorilas”). A guerrilha deve con-

tar para isso com aparelhamento e organizações revolucionárias clandestinas, além de pontos de apoio em todo país.

QUANTO AOS MÉTODOS DE CONDUÇÃO DA LUTA ARMADA

Sob tal aspecto, são estes os princípios:

a) o princípio básico da guerrilha é partir de uma situação em que temos inferioridade e o nosso inimigo superioridade, e chegar a uma situação em que temos superioridade e o nosso inimigo inferioridade. Nesse caso não só as armas decidem. O fator decisivo mesmo é o homem, que maneja as armas e captura o inimigo. Se o decisivo fossem as armas, venceriam os “gorilas”;

b) subordinar todas as ações de combate à lei básica da guerra, não se deixando aniquilar e aniquilando o inimigo nas variadas oportunidades, para crescer às suas custas e preservar as forças da guerrilha;

c) a ofensiva é o melhor meio de aniquilar o inimigo, porém jamais devemos esquecer o princípio de combinar a ofensiva e a retirada;

d) toda operação estratégica deve ser bem planejada para nunca nos determos a meio caminho;

e) o objetivo de nossa estratégia não é solucionar problemas econômicos no curso da guerra de guerrilhas, e sim aniquilar o inimigo. Daí por que jamais devemos ter bases fixas, ocupar ou defender territórios;

f) devemos deixar ao inimigo a tarefa de defender suas bases fixas e territórios ameaçados de incursão, ocupá-los ou recuperá-los. Isto põe o inimigo na defensiva, enquanto a guerrilha goza de liberdade de ação e iniciativa, desde que não se deixe aniquilar e preserve suas forças;

g) os combates, ações de surpresa, emboscadas e pequenas manobras táticas têm como objetivo principal capturar armas e munições;

h) além da extrema mobilidade, rapidez e decisão nas ações de combate, a norma de conduta da guerrilha é o permanente

deslocamento, favorecido pela extensão continental do país e a diversidade das condições do terreno;

i) a guerrilha deve exercer severa vigilância e exigir rigoroso cumprimento das normas de segurança.

QUANTO ÀS RELAÇÕES ENTRE A GUERRILHA E O POVO

Os princípios da sobrevivência aqui são os seguintes:

a) a guerrilha deve ter uma conduta honesta e leal, não fazer injustiças e dizer a verdade. Estimar, respeitar, ajudar o povo e jamais violentar os seus interesses;

b) a guerrilha deve viver e nutrir-se no meio dos camponeses, identificando-se com eles e respeitando seus costumes e religião. Explicar-lhes a natureza de classe do inimigo, o papel da guerrilha e o seu objetivo político. Organizar entre eles o trabalho de informação e o apoio logístico da guerrilha;

c) a guerrilha deve abster-se de aplicar qualquer método de banditismo, levar a efeito qualquer ato próprio de bandido ou juntar-se a eles.

Quando a segunda fase da guerrilha é conduzida de tal modo que os erros são corrigidos no processo da luta, a estagnação e a passividade são abolidas e a sobrevivência da guerrilha fica assegurada; estão preenchidas as condições para a passagem à terceira fase.

O CRESCIMENTO DA GUERRILHA E SUA TRANSFORMAÇÃO EM GUERRA DE MANOBRAS

A terceira fase da guerrilha é a última da guerra revolucionária.

É a fase do crescimento da guerrilha e sua transformação em guerra de manobras, a fase decisiva de aniquilamento do inimigo.

O desenvolvimento desta fase é impossível sem uma série de condições entre as quais se destacam:

a) o crescimento político da guerrilha;

- b) o crescimento de sua potência de fogo;
- c) o aparecimento da retaguarda;
- d) a criação do exército revolucionário;
- e) a mudança na forma principal das ações de combate.

O CRESCIMENTO POLÍTICO DA GUERRILHA

Na terceira fase, o objetivo político da guerrilha passa a ser conhecido do povo, terminando a situação em que era conhecido apenas um círculo limitado de pessoas.

O objetivo político da guerrilha transforma-se, então, no mesmo objetivo de grandes massas do povo. Decorre daí o crescimento da autoridade política do comando da guerrilha. Seu trabalho ideológico se torna mais eficiente. As palavras de ordem da guerrilha passam a influir nas cidades. O comando total da luta se transfere para a guerrilha.

O CRESCIMENTO DA POTÊNCIA DE FOGO DA GUERRILHA

Com o sucesso das formas de ações de combate da segunda fase, a guerrilha passa a ter novos tipos de armas. Melhora a qualidade do armamento. Pode dispor de mais animais de transporte, chegar à motorização e a operações com aviação. Melhora o serviço de comunicações e informações e de socorro médico. Consolida-se a rádio rebelde clandestina, cuja instalação pode fazer parte da fase anterior da luta. Aumenta a experiência da guerrilha. Seu heroísmo, perseverança e capacidade combativa se reforçam.

Todos estes fatores combinados determinam o aumento da potência de fogo da guerrilha.

Quando aumenta sua potência de fogo, a guerrilha deve aplicar os dois princípios seguintes, tendo em mira o aniquilamento do inimigo:

1. Passar de uma situação sem muita capacidade de fogo para a situação de estender a linha de fogo.

2. Aumentar o espírito combativo da guerrilha e fazer vacilar o espírito combativo do inimigo.

O APARECIMENTO DA RETAGUARDA

A característica da guerrilha em suas duas fases anteriores é operar sem retaguarda e somente com pontos de apoio. O crescimento político da guerrilha lhe dá pontos de apoio coletivos e leva à criação de uma retaguarda.

Na fase final, a guerrilha brasileira dispõe de uma retaguarda interna e de uma retaguarda externa, esta última pelas forças dos países socialistas, as forças dos países do Terceiro Mundo e as forças progressistas do mundo capitalista.

A retaguarda interna da guerrilha brasileira será constituída por toda a área do apoio logístico e da luta complementar da guerrilha.

A guerrilha passará, assim, de uma situação sem retaguarda para uma situação em que terá retaguarda. Isto levará o apoio logístico a um avanço jamais atingido em qualquer fase anterior e, graças ao apoio do povo, o abastecimento da guerrilha se transformará num sistema regular de abastecimento.

Dispondo de retaguarda, a guerrilha terá em suas mãos reservas estratégicas que poderá, então, manejar em larga escala.

A CRIAÇÃO DO EXÉRCITO REVOLUCIONÁRIO

Para que seja atingido o objetivo fundamental da guerrilha, é necessário criar o exército de origem guerrilheira, exército revolucionário capaz de aniquilar as forças armadas convencionais e de conduzir as massas à tomada do poder, destruindo o aparelho burocrático-militar do atual Estado brasileiro e substituindo-o pelo povo armado.

A criação de um exército dessa natureza é um princípio geral da revolução, princípio sobre o qual Lenin insistia, ao afirmar o seguinte:

“O exército revolucionário corresponde a uma necessidade porque os grandes problemas históricos só podem resolver-se pela força, e a organização da força é, na luta moderna, a organização militar.” (Artigo publicado no *Proletari*, em 1905, sob o título “*Exército Revolucionário e o Governo Revolucionário*”).

No mesmo artigo, Lenin acrescenta: “O governo revolucionário é necessário para assegurar a direção política das massas do povo”.

Partindo do marco zero, a guerrilha possibilita a organização da força do povo, a princípio sob a forma de um pequeno núcleo de combatentes que se lança à luta, dentro de um plano estratégico e tático global. E, em seguida, sob a forma de um exército combatente, que nada tem a ver com o convencionalismo militar.

Uma das indispensáveis tarefas da estratégia da guerrilha no Brasil, é a criação desse exército genuinamente popular, que parte do nada e, através da guerra revolucionária, chega a uma organização militar capaz de praticar a guerra de manobras, vencer o inimigo, e, em consequência, conquistar o poder para o povo.

O crescimento da guerrilha em prestígio político, potência de fogo e apoio de massas produz modificações no curso da luta, atingindo a organização militar, os métodos de conduzir a guerra, as ações de combate e o emprego das forças da guerrilha.

A guerrilha dá um salto para a frente. E passa do tipo de organização de grupos guerrilheiros para o tipo de organização de um exército revolucionário. Mas um exército revolucionário não convencional, surgido da guerrilha, com base na aliança armada de operários e camponeses, aos quais se reúnem estudantes, intelectuais e outras forças da revolução brasileira.

Destacamentos, coluna e outras formas revolucionárias de organização militar constituirão o exército do povo que libertará o país.

A MUDANÇA DA FORMA PRINCIPAL DAS AÇÕES DE COMBATE

Na terceira fase da guerrilha, a forma principal das ações de combate são as ações de manobras e não mais as ações de surpresa da segunda fase.

Isto significa uma mudança de qualidade na luta de guerrilhas. Trata-se agora da transformação da guerrilha em guerra de manobras. É possível agora à guerrilha concentrar forças ou deslocá-las para aniquilar o inimigo e realizar operações de cerco e aniquilamento.

O método principal de conduzir a guerra de manobras continua sendo a ofensiva. Mais do que nunca, porém, nesta fase a guerrilha deve estar atenta a dois princípios:

1. Não somente avançar, mas também admitir a retirada.
2. Não expor as forças principais da guerrilha a um golpe inimigo de relevo na condução da luta ou no desfecho da guerra revolucionária.

A sorte da guerra se decide por suas ações de manobras. O inimigo, em inferioridade de forças, é obrigado a passar para a guerra de posições ou render-se e desintegrar-se, com o aniquilamento total.

O NÚCLEO OPERÁRIO-CAMPONÊS E O APOIO DO POVO – SEGREDO DA VITÓRIA

Quando se desencadeou o golpe de abril de 64, no Brasil, não houve resistência. O imperialismo norte-americano e os “gorilas” nacionais se aproveitaram disso e estão massacrando o nosso povo. Se fizermos a resistência, eles tentarão aniquilá-la, para que tenha prosseguimento a exploração do Brasil. Mas a resistência deve ser feita. A resistência do povo brasileiro é a guerrilha.

A guerrilha é para defender a causa dos pobres, dos humilhados e ofendidos, dos homens e mulheres de pés descalços. É para conquistar a libertação do Brasil, expulsar o imperia-

lismo norte-americano, aniquilar a ditadura e suas forças armadas, derrubar seu poder, e instaurar o poder do povo.

Nossa guerrilha não tem base fixa. Sua base é o povo, é o homem brasileiro. Seu principal sustentáculo é o núcleo operário-camponês, a aliança armada de operários e camponeses brasileiros, que constituem a maioria da nação.

A guerrilha brasileira não ocupará terras nem adotará a tática de autodefesa dos camponeses, para não ter que defender territórios e bases fixas e desviar-se de sua rota de ofensiva estratégica, caindo na defensiva. A defensiva é a morte.

As dívidas dos camponeses serão canceladas. Os papéis e comprovantes de suas dívidas serão queimados. Os camponeses que ocupam terras, os arrendatários, os parceiros, posseiros que lutam contra os despejos, os assalariados agrícolas que queimam canaviais, os trabalhadores rurais que fazem greve no campo, lutam por suas reivindicações e são perseguidos pela polícia e o exército, por sua atividade organizando sindicatos, ligas camponesas e associações, podem ingressar na guerrilha e, dentro dela, prosseguir na luta pela revolução agrária, pelo aniquilamento do inimigo e a tomada do poder.

A guerrilha brasileira castigará os latifundiários norte-americanos que são donos de terra no Brasil e os latifundiários brasileiros contrarrevolucionários, bem como os seus capangas e os que abusam das mulheres dos camponeses.

O que a guerrilha deve fazer é convulsionar o campo, levando aí a bandeira da luta armada.

A guerrilha brasileira incursionará nos povoados, mas só em defesa dos interesses do povo e em busca de seu apoio político e logístico. Para isso, formará secretos destacamentos armados da população local e organizará o povo sob formas revolucionárias.

A guerrilha brasileira será dotada de um espírito político avançado e progressista, guiando-se pelos princípios do marxismo-leninismo, com o que conquistará o apoio do povo. O apoio da população deve existir para excluir a possibilidade de

filtração de informação da guerrilha ao campo inimigo. A tarefa de eliminar os delatores será confiada ao povo.

A causa do inimigo é injusta. E ele sabe disso, pois tem consciência de que é um explorador. Ao ver-se acuado no campo pela guerrilha, o inimigo tornar-se-á mais cruel. Essa crueldade nos dará o apoio de milhões de pessoas. A guerrilha será o oposto da crueldade, dará um tratamento humano aos prisioneiros, os respeitará e socorrerá os feridos.

No seio do inimigo há muitos militares que individualmente apoiam o povo. Esses militares, no momento oportuno, devem desertar com suas armas e apetrechos e ingressar na guerrilha.

O fator decisivo da vitória da guerrilha está no apoio do povo, na confiança cega e absoluta nas massas. A guerrilha deve fazer a mobilização política do povo, uma ardente agitação no meio dele. Nos ombros de milhões de mulheres e homens do povo, particularmente entre a juventude, devem ser colocadas as tarefas de responsabilidade: coletar fundos, conseguir armas, munições, remédios, recursos de toda natureza, enviar combatentes e voluntários à guerrilha.

Para vencer é preciso unidade. O povo deve unir-se pela base, em suas organizações, e com isto chegar à unidade das forças populares e revolucionárias e jamais permitir o engodo das frentes burguesas do tipo “frente ampla”.

O segredo da vitória é o povo.

PRONUNCIAMENTO DO AGRUPAMENTO COMUNISTA DE SÃO PAULO

*Fevereiro de 1968**

Com o pronunciamento que tornamos público através deste documento, desejamos tornar conhecidos nossos pontos de vista acerca da maneira de conduzir a luta armada no Brasil.

Pertencemos àquele agrupamento dos comunistas de São Paulo que, discordando da linha pacífica, resistiram ao Comitê Central, tendo sido muitos deles expulsos ou vítimas de outras arbitrariedades, sem poderem defender-se, por não terem sido chamados a participar das reuniões em que foram punidos.

A separação entre nós e o CC tem caráter de ruptura definitiva.

Essa ruptura tornou-se evidente em toda sua plenitude no momento da realização da Conferência da OLAS, quando o CC se exasperou mais ainda e aplicou medidas punitivas de extrema violência contra os discordantes da linha pacífica.

Tais medidas foram ratificadas e mesmo agravadas pela decisão do VI Congresso, realizado sem a presença dos discordantes e transformado numa fraude. Nem ao menos os delegados de São Paulo ou os seus suplentes foram convocados.

* O *Pronunciamento do Agrupamento Comunista de São Paulo* foi publicado originalmente em versão mimeografada no primeiro número do jornal *O Guerrilheiro*, de fevereiro de 1968, que na sua apresentação se define como “órgão dos grupos revolucionários. Sua missão consiste em ajudar a levar para frente a guerrilha brasileira, embrião do exército revolucionário”. A versão que publicamos aqui foi revisada a partir de versões originais mimeografadas apreendidas pela repressão, disponíveis no arquivo Brasil: Nunca Mais (BNM) e no arquivo da Rede de Direitos Humanos.

NOSSA POSIÇÃO EM FACE DA OLAS

No que diz respeito à luta armada, já nos definimos anteriormente em várias oportunidades, afirmando sempre que somos pelo caminho armado da revolução.

Quanto à OLAS, nossa posição é de apoio e aprovação da "Declaração Geral" daquela conferência, sustentando a necessidade de ler, estudar e seguir as diretrizes dos 20 pontos finais do referido documento.

A linha política da "Declaração Geral" da OLAS é a linha que adotamos.

A GUERRILHA NÃO É UM FOCO

Pensamos sobre a guerrilha o mesmo que a Conferência da OLAS quando, no ponto 10 de sua "Declaração Geral", apresenta a guerrilha como embrião dos Exércitos de Libertação e como método mais eficaz para iniciar e desenvolver a luta revolucionária na maioria dos países latino-americanos.

Não se trata, portanto, de desencadear a guerrilha como um foco, como querem insinuar nossos inimigos, acusando-nos daquilo que não pretendemos fazer.

O foco seria lançar um grupo de homens armados em qualquer parte do Brasil, e esperar que, em consequência disso, surgissem outros focos em pontos diferentes do país. Se assim fizéssemos, estaríamos adotando uma posição tipicamente espontaneísta e o erro seria fatal.

Para nós, a guerrilha brasileira não terá condições de vitória senão como parte de um plano estratégico e tático global.

Isto quer dizer que a guerrilha exige preparação e que o seu desencadeamento depende dessa preparação. A preparação da guerrilha, coisa muito complexa e muito séria, não pode ser vista com leviandade. Tal preparação exige o adestramento do combatente, a coleta de armas, a escolha do terreno, a fixação da estratégia e da tática a seguir, e, pôr fim, o estabelecimento do plano de apoio logístico.

APOIO LOGÍSTICO E ESTRUTURA GLOBAL DA GUERRILHA

O plano de apoio logístico tem que ser posto em execução desde já. Para isso merece uma importância decisiva o trabalho na área urbana, dado que é impossível a vitória da guerrilha brasileira sem o apoio da cidade. Por sua vez, o camponês é o fiel da balança da revolução brasileira, e a guerrilha não conseguirá implantar-se se não houver trabalho entre os camponeses ou se não estiver estreitamente vinculada a eles e não contar com o seu apoio.

Enfim, o que queremos é construir a estrutura global necessária ao desencadeamento e enraizamento da guerrilha, com seu núcleo armado operário e camponês, visando a transformá-lo num exército revolucionário de libertação.

Para nós, a guerrilha é a vanguarda revolucionária, o seu núcleo fundamental, e constitui o centro do trabalho dos comunistas e demais patriotas.

O COMITÊ ESTADUAL NÃO TEM MAIS RAZÃO DE SER NEM OS SEUS ORGÃOS SUBORDINADOS

Para uma ação diferente como a guerrilha, precisamos de um instrumento diferente, que não pode ser mais o antigo CE. Consideramos, assim, que não há mais razão de ser na manutenção do antigo Comitê Estadual, seu secretário e seus órgãos subordinados.

Comitês intermediários, como os municipais e distritais, o Comitê Universitário e vários outros de setores profissionais já não têm por que existir, uma vez que faziam parte de uma estrutura superada.

A estrutura partidária em que se apoiavam o CE e os demais órgãos subordinados era fruto do sistema de organização estabelecido em função do VI Congresso, e, essencialmente, em contradição com os objetivos revolucionários.

Comissões, seções auxiliares, tais como a seção sindical, a seção TE, assistentes, etc., tudo isso são formas de organização

que dão à estrutura partidária a configuração de uma cúpula pesada e ineficiente. E, mais do que isso, destinadas a alimentar a burocracia, a entrar a ação revolucionária e a impedir a iniciativa dos militantes de base. Não devem, pois, continuar existindo.

O PROFISSIONALISMO POLÍTICO

O profissionalismo político da antiga organização também deve acabar, pois só serviu para que se corrompessem muitos companheiros através do poder econômico.

Os chamados funcionários do partido são sempre homens sujeitos a perder a ajuda de custo do CC ou de qualquer outro órgão dirigente, se manifestam opiniões contrárias à direção. O profissional revolucionário deve existir, mas suas relações com a organização devem ser estabelecidas segundo critérios revolucionários e de acordo com os interesses da revolução, jamais para satisfazer à vontade de um grupo que manda.

PRECISAMOS DE UMA ORGANIZAÇÃO REVOLUCIONÁRIA

Uma organização como o antigo CE e seus órgãos subordinados, à imagem do CC, com seções auxiliares, assistentes, aparelhos, etc., não pode ir à luta armada e muito menos à guerrilha, que é uma expressão elevada de guerra revolucionária.

Precisamos agora de uma organização clandestina, pequena, bem estruturada, flexível, móvel. Uma organização de vanguarda para agir, para praticar a ação revolucionária constante e diária, e não para permanecer em discussões e reuniões intermináveis.

Uma organização vigilante, severa contra os delatores, aplicando métodos de segurança eficientes para evitar que venha a ser destruída pela polícia e para impedir a infiltração do inimigo.

Os membros desta organização são homens e mulheres decididos a fazer a revolução. Os comunistas de tal organização são companheiros e companheiras de espírito de iniciativa, livres de qualquer espírito burocrático e rotineiro, que não esperam pelos chamados assistentes, nem ficam de braços cruzados aguardando ordens.

Ninguém é obrigado a pertencer a esta organização. Os que a aceitam, tal como ela é e dela vêm a fazer parte, só o fazem voluntariamente, só querem ter compromissos com a revolução.

DEMOCRACIA REVOLUCIONÁRIA

A democracia desta organização é a democracia revolucionária, onde o que vale é a ação, o que se leva em conta é o interesse da revolução, onde a iniciativa concreta é o dever fundamental.

Os princípios pelos quais se rege esta organização são três: o primeiro é que o dever de todo revolucionário é fazer a revolução; o segundo é que não pedimos licença para praticar atos revolucionários e o terceiro é que só temos compromissos com a revolução.

OS PONTOS DE PARTIDA DA ORGANIZAÇÃO REVOLUCIONÁRIA

Esta organização está começando a constituir-se, por vontade dos revolucionários e sem pedir licença a ninguém, partindo dos comunistas em rebeldia e das organizações e agrupamentos que resistiram ao CC e não se submeteram às suas arbitrariedades.

Dessa rebeldia e dessa resistência surgiu um pequeno centro de coordenação que já existe em função da guerrilha. Dessa rebeldia e dessa resistência também estão surgindo grupos revolucionários.

Pensamos que chegou a hora de acabar com as intermináveis discussões internas e que não devemos mais continuar perdendo tempo na luta com o CC.

Também não queremos fazer outro partido comunista ou algo semelhante. O que queremos é a ação revolucionária, a preparação e o desencadeamento da guerrilha. O que pretendemos com a nossa decisão de lutar agora é contribuir para liberar as forças revolucionárias até então represadas e expandi-las até o limite máximo da tensão.

O QUE SÃO OS GRUPOS REVOLUCIONÁRIOS

O fundamental para lutar é contar com os grupos revolucionários.

Quem parte para a luta armada deve saber que enfrentará a fúria cada vez maior da reação, e deve preparar-se para tal. As organizações grandes e pesadas são a morte para os revolucionários. E é este o perigo que correm os comitês municipais e organizações provenientes da antiga estrutura.

Os grupos revolucionários constituem as bases da organização revolucionária. São grupos pequenos, compostos pelos revolucionários de mais iniciativa e de maior capacidade de luta.

Há grupos revolucionários que constituem o primeiro escalão da organização revolucionária, o escalão que tem as responsabilidades decisivas em função da luta armada e do estabelecimento da estrutura global da guerrilha.

O nome que tenham tais grupos revolucionários pouco importa. O fundamental é que passem à ação revolucionária imediata.

Todos nós sem exceção devemos organizar grupos revolucionários e pertencer a eles. O comando geral da organização pertence à guerrilha, onde quer que ela esteja. E para ela é que devemos trabalhar, a ela subordinando o cumprimento de todas as tarefas.

AS TAREFAS REVOLUCIONÁRIAS

Não pode existir comunista e patriota que não tenha uma tarefa a cumprir. Os grupos revolucionários de primeiro escalão realizam quaisquer tarefas, sobretudo as mais difíceis.

As tarefas que têm prioridade são as que se relacionam mais de perto com a guerrilha, ou as que são por ela exigidas em cada momento. Na fase atual são as tarefas de preparação da guerrilha e as tarefas de apoio logístico.

Entre as tarefas exigidas para a preparação da guerrilha encontram-se a organização de aprendizagem do tiro, a seleção e o adestramento do combatente. Pode-se fazer o treinamento andando a pé, acampando no mato, praticando a defesa pessoal.

É preciso capturar e fabricar armas ou comprá-las, bem como munições e cartucheiras. O material clandestino deve ser impresso e distribuído pelos grupos revolucionários. É preciso organizar imediatamente grupos de apoio financeiro para obtenção de fundos para a caixa da guerrilha.

Devem ser criados grupos de sabotagem nas cidades, bem como grupos armados. Inclusive os que são compostos por operários e por camponeses devem treinar por sua própria conta e dirigir-se para a guerrilha, tão logo seja esta desencadeada.

Grupos de guerrilha urbana devem ser organizados. Comitês volantes, que não têm sede fixa, e franco-atiradores são indispensáveis para manter as cidades num clima de rebelião, enquanto a guerrilha se desenvolve na área rural.

A agitação política das massas deve ser posta em prática, com a distribuição de volantes nas portas de fábricas e no seu interior, e com pinturas murais, defendidas por grupos armados.

O trabalho de massas antiamericano deve prosseguir, com o castigo dos americanos agindo no Brasil, seja nas cidades ou no interior. A defesa da Amazônia e de nossa soberania exige passarmos à ação concreta.

O movimento de massas sindical deve fazer-se de baixo para cima, abolindo o sistema de trabalho pela cúpula, e visando à radicalização, para desmascarar o governo e despertar o espírito de luta revolucionário dos operários.

É preciso estimular a ocupação de terras pelos posseiros, fazer do trabalho de organização dos sindicatos rurais um meio para desencadear a luta de classes no campo e obter apoio revolucionário para a guerrilha, dando-lhe novos pontos de apoio e armando os camponeses às custas das armas tomadas aos latifundiários.

As mulheres e os jovens, particularmente os estudantes, devem ser organizados em grupos específicos ou mistos, para que, além das tarefas gerais, possam realizar missões e tarefas revolucionárias específicas.

Uma questão decisiva é que a aliança armada operário-camponesa comece a concretizar-se na organização do núcleo fundamental da guerrilha, o que se consegue trabalhando revolucionariamente com os operários nas fábricas e desenvolvendo o trabalho entre os camponeses. O sentido deste trabalho deve ser que operários e camponeses, vindos dos grupos armados em ação nas áreas urbanas e nas áreas camponesas acabem se juntando na luta da guerrilha e nos grupos guerrilheiros.

A realização desse conjunto de tarefas, que visa dar à guerrilha o apoio logístico indispensável, será a grande motivação que vai permitir formar, em torno dos grupos revolucionários, uma extensa e profunda rede revolucionária, apoiada no povo, e que será o sustentáculo definitivo da guerrilha.

PORQUE NÃO ORGANIZAMOS OUTRO PARTIDO COMUNISTA

O agrupamento comunista de São Paulo é contrário à organização de outro partido comunista. Não desejamos fazer outro partido, o que seria a volta às antigas discussões e até mesmo a repetição da velha estrutura partidária, em prejuízo da atividade revolucionária imediata.

Nossa estratégia é partir diretamente para a ação, para a luta armada. O conceito teórico pelo qual nos guiamos é o de que a ação faz a vanguarda. Seria para nós imperdoável perder tempo organizando uma nova cúpula, lançando os chamados documentos programáticos e táticos e fazendo novas conferências, de onde surgiria outro Comitê Central, com os vícios e deformações já por demais conhecidos.

A mesa das discussões hoje em dia já não une os revolucionários, o que une os revolucionários brasileiros é desencadear a ação, e a ação é a guerrilha.

Trabalhando por ela, sem disputarmos qualquer parcela de liderança, sem nos imiscuirmos nos assuntos das demais organizações revolucionárias e sem tentar misturar organizações, apenas procuraremos somar esforços para que a guerrilha seja desencadeada, pois o nosso dever é fazer a revolução.

Da guerrilha, afinal, surgirá a vanguarda revolucionária brasileira. Por enquanto o que nos interessa é trabalhar a fundo por essa guerrilha.

E ela surgirá como, quando e onde os “gorilas” e os imperialistas menos esperam.

Para nós o que vale é o exemplo do Guerrilheiro Heroico Che Guevara.

CHAMAMENTO AO POVO BRASILEIRO

*Dezembro de 1968**

De algum lugar do Brasil me dirijo à opinião pública, especialmente aos operários, agricultores pobres, estudantes, professores, jornalistas e intelectuais, padres e bispos, aos jovens e à mulher brasileira.

Os militares tomaram o poder pela violência em 1964 e foram eles mesmos que abriram o caminho à subversão. Não se podem queixar nem ficar assombrados de que os patriotas trabalhem para desalojá-los dos postos de mando que usurparam descaradamente.

Afinal, que classe de ordem querem preservar os “gorilas”? Os assassinatos de estudantes na praça pública? Os fuzilamentos do “Esquadrão da Morte”? As torturas e espancamentos no DOPS e nos quartéis militares?

O governo desnacionalizou o país, entregando-o aos Estados Unidos, o pior inimigo do povo brasileiro; os norte-americanos são os donos das maiores extensões de terra do Brasil, têm em suas mãos uma grande parte da Amazônia e de nossas riquezas minerais, incluindo minerais atômicos.

Possuem bases de foguetes em pontos estratégicos de nosso território. Os agentes de espionagem norte-americanos

* Texto assinado por Carlos Marighella e datado de dezembro de 1968. Foi traduzido e publicado em diversas línguas e países, incluindo em espanhol na Revista Marcha com o título “Llamado al pueblo brasileño a unirse a la lucha”, em fevereiro de 1969, semanário uruguaio da esquerda revolucionária dirigido pelo então jovem jornalista e historiador Eduardo Galeano, e em inglês no The Black Panther, jornal do Partido dos Panteras Negras dos EUA, de novembro de 1969, nº 29, por ocasião do assassinato de Marighella, com o título “A message to brazilians”. A versão utilizada aqui foi revisada a partir do livro *Escritos de Carlos Marighella* (Editorial Livramento, 1979).

da CIA, estão dentro do país como se estivessem em sua própria casa, orientando a polícia em caçadas humanas aos patriotas brasileiros, e assessorando o governo na repressão ao povo.

O acordo MEC/USAID (acordo entre o Ministério da Educação e Cultura e a USAID norte-americana) vem sendo posto em prática pela ditadura, com o propósito de aplicar em nosso país o sistema norte-americano de ensino e de transformar nossa universidade numa instituição de capital privado, onde somente os ricos possam estudar. Enquanto isso, não há vagas e os estudantes são obrigados a enfrentar as balas da polícia militar, disputando com o sangue o direito de estudar.

Para os operários, o que existe é o arrocho salarial e o desemprego. Para os camponeses, os despejos, a ocupação ilegal de terras, os arrendamentos usurários. Para os nordestinos, a fome, a miséria e a doença.

Não existe liberdade no país. A censura é exercida para coibir a atividade intelectual.

A perseguição religiosa cresce dia a dia, os sacerdotes são presos e expulsos do país, os bispos agredidos e ameaçados.

A inflação segue desenfreada. Há demasiado dinheiro em poder dos grandes capitalistas, enquanto é cada dia escasso nas mãos dos trabalhadores. Nunca pagamos tão caro os aluguéis e os artigos de primeira necessidade, com salários tão baixos e cada vez mais reduzidos.

A corrupção campeia o governo. Não é de se estranhar que os maiores corruptos do país sejam ministros e oficiais das forças armadas. Membros do governo vivem como príncipes, praticando o contrabando e o roubo. Entretanto, os empregados públicos não recebem mais que um miserável 20% de aumento.

Diante da escandalosa avalanche de mentiras e acusações terrivelmente injuriosas lançadas contra mim, não tenho outra atitude a tomar senão a de responde à bala ao governo e às suas asquerosas forças policiais, empenhadas em minha captura, vivo ou morto.

Agora não será como em 1964, quando eu estava desar-
mado e a polícia disparou sem que pudesse pagar com a mes-
ma moeda.

As organizações ultradireitistas assaltam, atiram bombas,
matam, sequestram. Contudo, ninguém tem conhecimento de
que o governo esteja perseguido sequer um dos assaltantes ou
terroristas do CCC (Comando de Caça aos Comunistas).

A ditadura diz que existe um plano subversivo e uma cons-
piração de políticos, provados e seus direitos, para derrubar o
governo. E fazendo uma caçada às bruxas, procura encarnaça-
damente o comando da subversão. Porém, o comando da sub-
versão está no descontentamento popular, pois ninguém pode
aguentar mais tal governo.

O movimento que produz tanto pavor nos “gorilas” surge de
baixo para cima. Não vem dos políticos privados de seus di-
reitos, mas sim das entranhas de um povo descontente, deci-
dido agora e recorrer à força das massas para sua unidade e
organização.

Não derrubaremos a ditadura através de quarteladas, nem
de eleições, redemocratizações ou outras panaceias da opo-
sição burguesa consentida.

Não acreditamos num parlamento conformado e submisso,
mantido com o beneplácito da ditadura e disposto a ceder em
tudo para que os deputados e senadores possam sobreviver
com seus subsídios.

Não cremos na solução pacífica. As condições para violência
nada têm de artificiais e estão criadas no Brasil desde que a
ditadura se impôs pela força.

Violência contra violência. E a única saída é fazer o que
estamos fazendo: utilizar violência contra os que tiveram a
primazia em usá-la para prejudicar os interesses da pátria e
das massas populares.

Os “gorilas” pensam que a morte de Che na Bolívia signi-
ficou o fim da guerrilha. Ao contrário, inspirados no despren-
dido exemplo do Guerrilheiro Heroico, prosseguimos no Brasil

sua luta patriótica, trabalhando junto a nosso povo com a certeza na mente e a história a nosso favor.

O que acontece em nosso país é um vasto movimento de resistência contra a ditadura. E, de dentro dele, irromperam as operações e táticas guerrilheiras. E aceitando o honroso título de “inimigo público número um” que me foi outorgado pelo governo “gorila”, assumo a responsabilidade pela irrupção de tais operações e táticas guerrilheiras.

Quem desencadeará os ataques vindouros, onde, como e quando serão desencadeados? Isto é um segredo da guerrilha que o inimigo em vão tentará saber.

A iniciativa revolucionária está em nossas mãos. Já passamos à ação.

Nada mais vamos esperar.

Os “gorilas” ficarão num labirinto escuro até que sejam obrigados a transformar a situação política numa situação militar.

Ao desencadear a revolução popular, utilizando táticas guerrilheiras, temos como objetivo organizar a guerra justa e necessária total do povo brasileiro contra seus inimigos. A guerra revolucionária no Brasil é uma guerra longa e não uma conspiração.

Sua história já se escreve com o sangue dos estudantes nas ruas e nas prisões, onde os patriotas são torturados e aniquilados; na ação dos sacerdotes perseguidos, nas greves dos operários, na repressão aos camponeses, nas lutas das áreas rurais e dos grandes centros urbanos, envolvidos na violência.

O destino das guerrilhas está nas mãos dos grupos revolucionários e na aceitação, apoio, simpatia e participação direta ou indireta de todo o povo. Para isso, os grupos revolucionários devem unir-se na ação de baixo para cima.

Os revolucionários de todos os matizes e de qualquer filiação partidária, onde quer que se encontrem, devem prosseguir na luta e criar pontos de apoio para a guerrilha. Uma vez que o dever de todo revolucionário é fazer a revolução, não pedimos

permissão a ninguém para praticar atos revolucionários e somente temos compromissos com a revolução.

A experiência recente das lutas de nosso povo demonstra que o Brasil entrou numa fase de táticas guerrilheiras e ações armadas de todos os tipos, ataques de surpresa e emboscadas, captura de armas, atos de protesto e sabotagem. Manifestações de massa, comícios-relâmpago, manifestações estudantis, greves, ocupações, sequestro de policiais e “gorilas” para trocá-los por presos políticos.

O princípio tático que devemos seguir agora é distribuir as forças revolucionárias para intensificar essas formas de luta. Mais adiante deveremos concentrar as forças revolucionárias para organizar planos e manobras.

Na área rural ou urbana, dentro dos caminhos a serem escolhidos pelos revolucionários, existem três grandes opções: atuar na frente guerrilheira, na frente de massas ou na rede de sustentação.

Em qualquer uma destas frentes, é necessário que o trabalho seja clandestino, é preciso organizar grupos secretos, manter a vigilância contra infiltração policial, castigar com a morte os delatores, espiões e batedores, não deixando filtrar nenhuma informação ao inimigo.

Seja qual for a situação, é necessário ter armas e munições, aumentar a potência de fogo dos revolucionários e utilizá-la com acerto, decisão e rapidez, inclusive em pequenas ações como a distribuição de panfletos e pichações de muros.

Entre algumas das medidas populares previstas para serem executadas de forma inapelável, com a vitória da revolução, executaremos as seguintes:

- aboliremos os privilégios e a censura;
- estabeleceremos a liberdade de criação e a liberdade religiosa;
- libertaremos todos os presos políticos e os condenados pela atual ditadura;

- eliminaremos a polícia, o SNI (Serviço Nacional de Informação), o Cenimar (Centro de Informações da Marinha) e os demais órgãos da repressão policial;
- depois de julgamento público sumário, executaremos os agentes da CIA encontrados no país, e os agentes policiais responsáveis por torturas, espancamentos, tiros e fuzilamentos de presos;
- expulsaremos os norte-americanos do país e confiscaremos suas propriedades, incluindo as empresas, bancos e terras;
- confiscaremos as empresas de capital privado nacional que colaboraram com os norte-americanos e que se opuseram à revolução;
- tornaremos efetivo o monopólio estatal das finanças, comércio exterior, riquezas minerais, comunicações e serviços fundamentais;
- confiscaremos a propriedade latifundiária, terminando com o monopólio da terra, garantindo títulos de propriedade aos agricultores que trabalhem a terra, extinguindo as formas de exploração como a meia, a terça, os arrendamentos, o foro, o vale, o barracão (escravidão agrária), os despejos e a ação dos grileiros, e castigando todos os responsáveis por crimes contra camponeses;
- confiscaremos todas as fortunas ilícitas dos grandes capitalistas e exploradores do povo;
- eliminaremos a corrupção;
- serão garantidos empregos a todos os trabalhadores e às mulheres, terminando com o desemprego e o subemprego e aplicando o lema “de cada um segundo de sua capacidade, a cada um segundo do seu trabalho”;
- extinguiremos a atual legislação do inquilinato, eliminando o acordo e reduzindo os aluguéis, para proteger os interesses dos inquilinos, assim como criaremos condições materiais para a aquisição de casa própria;
- reformaremos todo o sistema de educação, eliminando o acordo MEC-USAID e qualquer outro vestígio da intromissão

norte-americana, para dar ao ensino brasileiro o sentido exigido pelas necessidades da libertação de nosso povo e seu desenvolvimento independente;

- daremos expansão à pesquisa científica;
- retiraremos o Brasil da condição de satélite da política exterior norte-americana para que sejamos independentes, seguindo uma linha de nítido apoio aos povos subdesenvolvidos e à luta contra o colonialismo.

Todas essas medidas serão sustentadas pela aliança armada de operários, camponeses e estudantes, de onde surgirá o exército revolucionário de libertação nacional, do qual a guerrilha é o embrião.

Estamos nos umbrais de uma nova época no Brasil, que marcará a transformação radical de nossa sociedade e a valorização da mulher e do homem brasileiros.

Lutaremos para conquistar o poder e pela substituição do aparelho burocrático e militar do estado pelo povo armado. O governo popular-revolucionário será o grande objetivo de nossa estratégia.

Ódio e morte aos imperialistas norte-americanos!
Abaixo a ditadura militar!
Viva Che Guevara!

QUEM SAMBA FICA, QUEM NÃO SAMBA VAI EMBORA

*Dezembro de 1968**

É a seguinte a relação de forças na Organização: vamos atuando aqui e ali. Toda ação nossa de razoável envergadura sempre dá dinheiro. Há uma ordem de preferência na aplicação. As viagens às áreas estratégicas têm preferência. Viagens significam preparação de pessoal altamente qualificado. Isto é coisa a longo prazo. Por enquanto debilitamos a organização pegando os melhores e mandando-os viajar, para que se preparem bem em todos os sentidos. Isto é inversão de capital. Amanhã tudo será transformado em melhores ações. Haverá mudança de qualidade. A Revolução não é coisa abstrata. Então continuamos lutando sem desfalecer, indo devagar até conseguirmos o que queremos. É um jogo de paciência, de decisão e de vontade. A persistência é a melhor qualidade do revolucionário. O homem por sua vez é seu melhor capital. Todo capital que empregamos para preparar gente é capital rentável. E rende depois. Assim estamos trabalhando porque a guerra contra eles é longa e prolongada e não se baseia em combates decisivos, mas na paciência chinesa, na astúcia, na sagacidade, na malícia, no reconhecimento de que somos fracos e eles fortes. Precisamos trabalhar os jovens. Ou melhor: precisamos trabalhar com os jovens. É preciso dar oportunidades aos jo-

* Carta assinada por Carlos Marighella e publicada tendo como título completo *"Quem samba fica, quem não samba vai embora - Carta dirigida aos revolucionários de São Paulo"*, datada de dezembro de 1968, usando a referência o popular samba de Jamelão e Tião Motorista, de 1965. Revisada a partir da versão original mimeografada apreendida pela repressão, disponível no arquivo Brasil: Nunca Mais (BNM), assim como, da versão publicada no livro *Carlos Marighella - O homem por trás do mito*. (Editora UNESP, 1999).

vens e responsabilizá-los com problemas que só a juventude pode resolver. Tragam jovens para a ação, para contatos, reuniões se for o caso. E gente jovem para viajar e aprender. Quando voltarem, pouco a pouco, irão cuidando de tudo, queiramos ou não.

Outro gasto a se fazer é com a área estratégica. Esta área é mais importante que a cidade. É decisiva. A cidade é complementar. No caminho que seguimos no Brasil, não devemos deixar a cidade abandonada. Sem a cidade não haverá êxito na área estratégica rural. Mas a cidade trabalha para permitir o lançamento da área estratégica.

Lançada a área estratégica, muda a qualidade do movimento e a coisa pega fogo. Mas a cidade é um cemitério de homens e recursos. Quanto mais recurso se lança na cidade, mais é preciso empregar. A cidade, se a área rural em movimento não tem perspectiva, cansa e leva ao desespero. Consome tudo e não tem de onde receber. Temos que ir empregando algo na cidade, sem perder o campo de vista, esperando o momento de lançar a área estratégica rural. Uma vez esta lançada, a cidade é arrasada. Encontra-se diante de um fato consumado. Com um pequeno trabalho inicial na cidade, com o apoio de uma pequena rebelião preparada antecipadamente, os gorilas ficam enganados.

Para a preparação desta rebelião empregamos alguns recursos em toda parte urbana importante. A questão do emprego de recursos obedece ao plano estratégico e não ao emprego de capital para manter e somente quando estas estão bem “azeitadas”, lançar o movimento rural. Ainda quando se trata de armas podem ser consumidas e já há homens em quantidade suficiente para manejá-las bem e economicamente.

A tarefa de vocês é logística, mas acontece que de acordo com o desenvolvimento das ações, criam-se três frentes: a frente guerrilheira, a frente de massas e a rede de sustentação. Isto se dá tanto na área rural quanto na área urbana. Na frente guerrilheira existe a organização dos GTA e das áreas estratégicas, assim como a dos eixos guerrilheiros. Na frente guerri-

lheira existe também o ICR, a captura de armas e munições. Há além disso na frente guerrilheira a preparação de sabotagens e a formação de professores na especialidade e também na execução prática. Não devemos dar trégua. Cada uma pequena ação e de vez em quando as grandes. Vocês têm carta branca na frente guerrilheira para desencadear a ação. Só não têm carta branca para coisas burocráticas, isto é, para impedir ações planejadas pelos grupos, sejam eles quais forem. Nem podem fazer discussões formais. É preciso ação e mais ação. Distribuir manifestos, pichar muros, sabotar, fazer política de terra arrasada, tudo isto com o trabuço na cintura. Ninguém deve se deixar prender sem resistência. Por isto deve andar armado. E atirar para matar policiais e dedos-duros. A ditadura tem medo e nós não vamos parar nem sair do ritmo porque os fascistas deram um golpe dentro do golpe. Levem trabalho na frente guerrilheira para o interior e para todas as partes. Vejam quem quer fazer e dêem carta branca. É preciso acabar com a omissão e a vacilação. A ação não prejudica. Que seja planejada e executada sem demora. Ponham os jovens nisso. O dinheiro só vem da ação.

Na frente de massas não preciso dizer nada. Vocês são especialistas nisto. Operários, camponeses, estudantes, padres e intelectuais: todos devem ser estimulados para a ação de massas. A frente de massas deve possuir potência de fogo e responder a tiros. A frente de massas deve ser conduzida a adotar táticas guerrilheiras. Tudo que se pode fazer está resumido no capítulo "A nova fase da luta" da mensagem. A rede de sustentação são as casas, os esconderijos, a fabricação de armas. Vocês devem fazer um balanço de tudo que possuímos nas três frentes e traçar novas tarefas de organização, colocando, à frente de cada setor de atividade, os elementos que se destacaram na ação e querem ação e não burocracia. A coordenação, se atrapalha a ação, pode deixar de existir.

O fundamental na organização são os grupos e a atuação de baixo para cima. Uma coordenação ativa e revolucionária leva a ação para diante. Os grupos devem unir-se de baixo para ci-

ma, a partir da ação. Podem ser feitas ações em conjunto. Todos os grupos nossos ou não nossos devem ser chamados para a ação conjunta, para ICR, seja para o que for contanto que acabe a ditadura e o imperialismo. De todo modo, o problema é quem samba fica, quem não samba vai embora.

Nossos vínculos são ideológicos. Quem diverge ideologicamente deve dizer e colocar-se em sua verdadeira posição. A verdade deve ser dita claramente. O que acontece é que a juventude está vindo para a organização, porque vê nela a decisão de fazer, executar, atuar sem burocracia e sem respeitar os velhos e gastos padrões de centralismo democrático, tão desprestigiados e desmoralizados. Nossa democracia é revolucionária. É a democracia da ação, o que é útil à revolução e não a meia dúzia de burocratas e faladores. O problema para nós é o seguinte: perguntar o que faz, o que quer, que ações já participou e onde quer chegar. Se alguém acha que o nosso caminho armado é o correto ou não é correto, faça o favor siga seu caminho e não está obrigado a seguir o nosso. E quanto a vocês que têm uma posição ideológica determinada, não têm que esperar por mim. Tomem a iniciativa, assumam responsabilidades, façam. É melhor cometer erros fazendo, ainda que disto resulte a morte. Os mortos são os únicos que não fazem autocrítica.

QUESTÕES DE ORGANIZAÇÃO

*Dezembro de 1968**

Nos últimos tempos deu-se uma mudança de qualidade no movimento revolucionário brasileiro, obrigando a ditadura a decretar o Ato Institucional nº 5, como fruto do golpe fascista de 13 de dezembro.

A mudança de qualidade do movimento revolucionário evidencia-se no fato de que novas forças se engajaram na luta anti-ditadura. Essas forças surgiram no movimento de massas e se estenderam até à oposição eclesial. Pela primeira vez no Brasil os atos terroristas passaram a desempenhar um papel na luta política. E por seu turno, irromperam no cenário da luta anti-ditadura operações e táticas guerrilheiras, que estão levando o inimigo à perplexidade e ao desespero.

Em face disso, quais as mudanças que estão se operando na nossa organização revolucionária e que novas mudanças devemos introduzir?

Nossa organização foi constituída para levar à prática uma linha revolucionária que tem como estratégia a guerrilha. Os princípios de tal organização não se confundem com os das organizações políticas de esquerda tradicionais no Brasil, cujo funcionamento se dá à base de reuniões para elaborar docu-

* Texto assinado por Carlos Marighella, datado de dezembro de 1968, revisado a partir de duas versões originais, o documento mimeografado apreendido pelo DOPS-SP com o guerrilheiro operário, militante e dirigente da ALN, Marco Antônio Brás de Carvalho, o "Marquito", assassinado pelo Comando de Caça aos Comunistas (CCC) após a invasão residência em que se encontrava e seu fuzilamento à queima-roupa pelas costas, em uma ação comandada pelo delegado Raul Nogueira de Lima, o "Raul Careca", e outra versão também original mimeografada apreendida pela repressão, disponível no arquivo Brasil: Nunca Mais (BNM).

mentos, e vez por outra controlar tarefas mais ou menos burocráticas, ditadas pela cúpula, e que nunca se realizam.

O funcionamento de nossa organização, pelo contrário, é de baixo para cima, e se faz à base do desencadeamento da ação e da luta revolucionária, dando ênfase à iniciativa tomada pelos grupos que constituem nossas bases. A cúpula em nossa organização é sempre composta por um número reduzido de companheiros que para merecerem confiança devem destacar-se pelo seu desprendimento e pela participação nas ações mais arriscadas e responsáveis.

O pequeno núcleo inicial de combatentes que se lançou à ação e constituiu nossa organização revolucionária partiu, portanto, de princípios revolucionários opostos aos princípios oportunistas de organização.

Daí porque desde o primeiro momento se orientou para a construção de uma infraestrutura que permitisse a ação, em vez de preocupar-se com a construção de uma estrutura orgânica e hierárquica, originária de reunião de delegados ou da convocação de antigos órgãos dirigentes convencionais.

Dadas essas premissas, nossa organização – ao surgir – já contava com uma parte estratégica e tática dedicada a realizar o trabalho secreto na área estratégica das operações de guerrilha e a iniciar a montagens clandestina de um centro de aperfeiçoamento guerrilheiro. Esta parte estratégica e tática de nossa organização tem um caráter móvel, pois, pelo papel que desempenha, funciona de acordo com os interesses estratégicos e táticos imediatos da guerrilha e está sujeita a operações complexas de deslocamento.

A outra parte de nossa organização ficou constituída de grupos revolucionários classificados em dois tipos:

1. grupos provenientes da transformação de nossos antigos órgãos convencionais em grupos revolucionários;
2. grupos não convencionais, desvinculados de compromissos partidários, que optaram por nossos princípios e vieram reforçar nossas fileiras.

Articulando os grupos existentes, surgiu a antiga coordenação urbana, que se ampliou com outros tipos de coordenação, surgidos com o avanço do movimento.

Simultaneamente, eram vários pontos do país, pequenas organizações revolucionárias com vida própria, alguns setores de atividades revolucionárias, incluindo uma parte de eclesiásticos, e revolucionários independentes decidiram integrar nossa organização.

Toda esta parte de nossa organização é dedicada à atividade local e mantém com a parte estratégica e tática móvel um elo permanente de ligação.

E isto que permite a colaboração e o apoio mútuo entre a atividade estratégica e tática móvel e a atividade local, em benefício do objetivo comum, ou seja, a estratégia da guerrilha.

Nosso conceito de organização não é estático, nem dogmático, pois não existe – segundo ensina a teoria marxista-leninista – nenhuma organização abstrata. A organização está sempre a serviço de uma determinada linha política e tem que sofrer os reflexos do avanço ou dos reveses da linha política. A nosso ver, qualquer mudança de qualidade do movimento revolucionário deter mina mudanças de qualidade na organização revolucionária.

Com o avanço do movimento revolucionário foram sendo introduzidas mudanças na organização revolucionária. Por sua vez, certas mudanças no quadro da organização revolucionária influíram no avanço do movimento.

Na parte estratégica e tática móvel de nossa organização, produziu-se uma mudança com o centro de aperfeiçoamento guerrilheiro. Isto se verificou a partir do momento em que o centro de aperfeiçoamento começou a dar os primeiros frutos, fornecendo alguns quadros para tarefas estratégicas e táticas e para o reforçamento da atividade local. Nossa preocupação era dar prioridade ao centro de aperfeiçoamento e em selecionar melhor o pessoal que dele se beneficia produzirá mais adiante resultados compensadores. Tais resultados serão capazes de provocar nova mudança de qualidade na nossa organização

revolucionária e no conteúdo e na forma das operações e táticas guerrilheiras, bem como na atividade local.

Ao mesmo tempo, também na parte estratégica e tática de nossa organização revolucionária a mudança produzida verificou-se com o surgimento de unidades móveis, tais como o grupo do trabalho estratégico e o grupo tático armado.

O grupo do trabalho estratégico e o grupo tático armado desenvolveram atividades essenciais, independentemente um do outro, estabelecendo-se entre eles apenas um elo de ligação. O grupo tático armado foi um grande apoio do trabalho estratégico, aumentou consideravelmente sua potência de fogo, realizou importantes operações de deslocamento, e com sua experiência e notável capacidade de ação permitirá no futuro imediato o lançamento da área estratégica no campo da luta aberta contra a ditadura.

O grupo tático armado teve um desempenho heroico no cumprimento de sua função.

O grupo tático armado assinala, com relevo especial, em nossa organização, a passagem de uma situação em que estávamos na estaca zero e não tínhamos potência de fogo, para uma situação em que temos razoável potência de fogo. Trata-se aqui da mudança de qualidade mais importante. E este fato, por si só, evidencia que demos um passo à frente, em termos revolucionários.

No essencial, devemos nosso avanço aos atos terroristas revolucionários e as operações e táticas guerrilheiras postas em prática clandestinamente por nossa organização.

Isto foi um fator bastante favorável e demonstra a importância que tem desenvolver a luta guerrilheira simultaneamente com o avanço do movimento de massas.

A lição mais importante a extrair dos fatos é que só foi possível avançar através do desencadeamento da ação revolucionária, enfrentando toda a sorte de sacrifícios, entre os quais a perda de vidas preciosas de companheiros que tombaram no cumprimento do dever, e a cujas memórias rendemos a homenagem de nosso respeito e admiração.

Apesar dessa lição é evidente que na parte de nossa organização dedicada à atividade local, em todo o país, e em cada um dos pontos em que atuamos, nem sempre conseguimos colocar a organização revolucionária à altura dos acontecimentos. Não chegamos a analisar as mudanças que foram sendo introduzidas no movimento revolucionário em consequência do avanço da resistência contra a ditadura, avanço caracterizado pela intensidade das lutas de rua, a deflagração de atos terroristas revolucionários e o irrompimento das operações e táticas guerrilheiras.

O fato novo na situação do país e no movimento revolucionário, e que nos leva a introduzir novas mudanças em nossa organização, foi o surgimento de três frentes de atividades: a frente guerrilheira, a frente de massas e a rede de sustentação.

Essas três frentes deram o tom na atividade local em todo o país. Dada, porém, a peculiaridade de que o movimento revolucionário se desenvolve desigualmente no território nacional, resultou que em alguns pontos importantes do país uma ou outra dessas frentes deixasse de manifestar-se ou que uma predominasse em prejuízo das demais.

Nosso próximo objetivo, no que diz respeito à atividade local, é fazer que as três frentes surjam em todo o país e que os efeitos de sua movimentação sejam os mais contundentes.

A frente guerrilheira caracterizou-se pela captura de armas e explosivos, pelos atos terroristas revolucionários, pela sabotagem, pelas ações armadas de todos os tipos, pela ação anti-americana, pelo volume da agitação através dos grupos armados que pintaram muros e distribuíram volantes ou fizeram comícios relâmpagos, pelo aparecimento da imprensa clandestina de combate à ditadura. A frente guerrilheira surge como resultado da criação de uma infraestrutura, apoiada na fabricação e produção de armas e explosivos capturados, é um dos fatores decisivos na mudança de qualidade do movimento revolucionário e de sua organização. Uma frente guerrilheira que cresce incessantemente deve ir até à execução de uma política

de terra arrasada, para pôr em sobressalto a ditadura e reter uma boa parte de suas forças de repressão, impedindo-as de perseguir a guerrilha.

Em qualquer ponto do país, a atividade local deve contar com a existência da frente guerrilheira e é nesse sentido que se devem voltar os esforços da organização revolucionária local.

A frente de massas – tendo à frente o movimento estudantil – desempenhou um papel sem precedentes na luta anti-ditadura. Ocupações, passeatas, protestos, greves, a luta contra a censura, a prisão de policiais para a troca por prisioneiros políticos, constituíram formas de luta de massas de nível elevado. O prosseguimento da atividade dos grupos revolucionários locais entre os operários, os camponeses e as camadas exploradas da população significará um grande avanço na luta anti-ditadura. O papel dos estudantes e dos eclesiásticos foi notório, o que quer dizer que a classe média brasileira repudia a ditadura e constitui uma das forças mais combativas no atual processo revolucionário. Toda organização revolucionária local ajudará imensamente a guerrilha brasileira, sempre que cuidar com incansável atenção da frente de massas, indo até ao trabalho de conscientização e à penetração entre as massas através de meios culturais.

A frente de massas exige a organização de grupos revolucionários nos locais de trabalho e de estudo, na cidade e na área rural. Ao lado disto, é preciso dar à frente de massas uma potência de fogo razoável. As ações do movimento de massas devem ser ações armadas, e uma infraestrutura idêntica à da frente guerrilheira deve ser montada na frente de massas. É sobretudo entre as massas camponesas que devemos cuidar de erguer tal infraestrutura, dada a necessidade de radicalizar as lutas na área rural.

A rede de sustentação é a grande frente logística de apoio da revolução brasileira e da guerrilha. Aí também são necessários os grupos revolucionários de sustentação, os pontos de apoio individuais e coletivos, na cidade e principalmente no campo.

Casas, endereços, esconderijos, sistema de comunicações, viaturas, equipamentos, recursos financeiros, mantimentos, informações, tais são os meios com que deve contar a rede de sustentação, cuja formação merece o carinho especial dos revolucionários.

Apreciando do ponto de vista de nossa organização o aparecimento das três frentes de atividade e a maneira como ainda estamos atuando, verificamos que devemos evoluir da antiga coordenação urbana para um sistema atualizado de organização.

Este sistema atualizado deve compor-se – em cada local – de três frentes de atividade e de unidades móveis, como o grupo tático armado, tendo cada frente e unidade móvel o seu funcionamento independente.

O grupo tático armado é o instrumento especial das operações mais complexas de deslocamento, cuja efetivação exige potência de fogo mais considerável. O manejo dessa potência de fogo, que requer maior técnica e mais conhecimentos especializados, condiciona e determina a natureza do grupo tático armado como instrumento especial. Por isso mesmo, o grupo tático armado não pode ser confundido com os grupos revolucionários operando nas três frentes de atividade, que são grupos menos preparados tecnicamente, sem potência de fogo elevada e sem meios materiais adequados à complexidade das operações de deslocamento.

A fonte de recrutamento para o grupo tático armado são os revolucionários independentes mais decididos ou dispostos a tudo e os militantes de grupos operando nas três frentes, militantes já experimentados na ação, que optem pela passagem ao grupo tático armado e se submetam às exigências oriundas dessa mudança de situação.

Onde não existir, o grupo tático armado deve ser criado e fortalecido, pois isto, por si só, já determina uma mudança de qualidade na organização.

Cada uma das frentes de atividade e o grupo tático armado devem, por sua vez, ser dotados de seus comandos próprios,

estabelecendo-se os elos de ligação entre cada um deles ou uma coordenação de reduzido número de pessoas.

É preciso evitar uma cadeia de comando complexa. A simplicidade do funcionamento, a rapidez da ação, a mobilidade e a capacidade de iniciativa são as características fundamentais de nossa organização, onde os grupos revolucionários desempenham o papel mais importante. A espinha dorsal de nossa organização são os grupos revolucionários, e isso liquida qualquer tendência a complicar as coisas.

Tudo o que se refere ao sistema atualizado de nossa organização, com as modificações introduzidas, não constitui a palavra final sobre o assunto.

Com este tipo de organização revolucionária, estamos em face de uma experiência inédita no movimento revolucionário brasileiro. Subsistem, assim, problemas não amadurecidos no que diz respeito ao funcionamento nacional e global de nossa organização, que só podem ser resolvidos depois de avançarmos mais na execução de operações e táticas guerrilheiras. Em qualquer circunstância, ainda que a autonomia e a liberdade de ação política e revolucionária sejam necessárias e mesmo imprescindíveis ao funcionamento da organização local, o comandamento revolucionário – e por isso mesmo político-militar – não é espontâneo. Tal comandamento é decorrência direta da ação estratégica e tática móvel, de caráter global, bem como da potência de fogo, do seu maior volume, eficiência e capacidade técnica manejadas pelo centro estratégico e tático.

Um fato notório consiste em que até agora nossa organização não tem uma sigla. É que para nós uma organização revolucionária se afirma pela ação que desenvolve e não pela sigla que adota.

Tão logo aumente o volume das ações revolucionárias que desenvolvemos e mude a qualidade do conteúdo das operações e táticas guerrilheiras, será indicado efetuarmos trocas de experiências e avaliarmos até que ponto atingiu nosso grau de crescimento.

Há ainda um longo caminho a percorrer antes que a revolução brasileira venha a ter um comando único, em face da dispersão das organizações em luta e da disparidade de seus objetivos.

Quanto a nós, somos uma organização que acredita na força do exemplo e busca cumprir seu dever revolucionário. E tanto mais nos empenhemos na ação, quanto mais e melhores condições teremos para atrair às nossas fileiras, revolucionários decididos e dispostos a tudo.

Para isso é necessário ter presente que os nossos princípios são os seguintes:

a. o princípio básico de nossa organização revolucionária é partir da guerrilha e, uma vez assentada tal premissa, fazer da organização um instrumento da linha política que segue esta estratégia;

b. para ser revolucionária, uma organização deve exercer permanentemente a prática revolucionária, mas jamais deve deixar de ter sua conceituação estratégica, seus princípios ideológicos e de organização e sua disciplina própria;

c. a organização revolucionária não se torna vanguarda pelo fato de intitular-se como tal. Para isso precisa passar à ação e acumular uma prática revolucionária convincente, pois só a ação faz a vanguarda;

d. nossa atividade principal não é a construção de um partido, mas desencadear a ação revolucionária;

e. o fundamental na organização revolucionária não é fazer reuniões improdutivas sobre temas gerais e burocráticos, mas, sim, dedicar-se sistematicamente a planejar e executar sob o seu comando até mesmo as menores ações revolucionárias;

f. o elemento propulsor decisivo para o funcionamento da organização revolucionária é a capacidade de iniciativa dos seus grupos revolucionários. Nenhum comando ou coordenação tem autoridade para impedir qualquer iniciativa dos grupos revolucionários visando a desencadear a ação revolucionária;

g. não temos uma linha política e uma linha militar separadas, com a linha militar submetida à linha política. Nossa linha é uma linha revolucionária única, que contém em si como uma só coisa a linha política e a linha militar fundidas;

h. a guerrilha não é braço armado de um partido ou de uma organização política, seja qual for. A guerrilha é o próprio comando político e militar da revolução;

i. o que determina o surgimento e a afirmação do comando político é a prática das ações revolucionárias, seu acerto e consequência, e a participação definitiva, constante, direta e pessoal dos integrantes do comando na execução dessas ações;

j. não há comando político sem desprendimento e capacidade de sacrifício, e sem participação direta na ação revolucionária. O comando político não significa um mérito nem um reconhecimento pela importância e hierarquia na ocupação de cargos. Os cargos não tem valor, na organização revolucionária só há missões e tarefas a cumprir;

k. o dever de todo revolucionário é fazer a revolução;

l. não pedimos licença a ninguém para praticar atos revolucionários;

m. só temos compromissos com a revolução;

n. o limite de nossa organização revolucionária vai até onde alcançam nossa influência e a nossa capacidade revolucionária;

o. manter a mais estrita vigilância contra o inimigo de classe e em particular contra a polícia é o dever mais elementar da organização revolucionária. Delatores, espões, dedos-duros e informantes dentro de uma organização revolucionária devem ser punidos exemplarmente;

p. nosso princípio básico em matéria de vigilância é que cada um só deve saber aquilo que diz respeito ao seu trabalho. Sem isto é impossível garantir o funcionamento clandestino da organização revolucionária.

SOBRE A ORGANIZAÇÃO DOS REVOLUCIONÁRIOS

*Agosto de 1969**

Em todo e qualquer lugar onde exista nossa Organização, é preciso que os companheiros façam alguma coisa.

Nossa Organização revolucionária cresce à medida que faz ações e não à medida que recebe ajuda dos assistentes políticos mandados de outra parte.

A ação, por sua vez, só é possível criando uma infraestrutura para tal. Não se trata de ter agora uma coordenação nacional para dirigir, pois neste caso estaríamos criando primeiro uma estrutura orgânica a partir de uma cúpula. Este caminho orgânico é próprio de quem está empenhado em construir um partido ou uma organização para fazer a revolução.

Nosso caminho é outro: para nós o fundamental é primeiro a ação e a estratégia. A organização é consequência disto e surge simultaneamente com a ação revolucionária. A organização surge pela base e não pela cúpula.

Toda a infraestrutura revolucionária é baseada na conceitualização estratégica e decorre da ação correlata com a estratégia revolucionária. Não pode haver infraestrutura revolucionária sem aperfeiçoamento técnico do guerrilheiro.

Para manejar as armas, explosivos, munições; para fazer sabotagem, colocar minas, explosivos, explodir pontes, precisamos de técnicos e técnicos com visão estratégica da revolução brasileira.

* Texto de Carlos Marighella, datado de agosto de 1969, assinado oficialmente pela Ação Libertadora Nacional (ALN), revisado a partir da versão original mimeografada apreendida pela repressão, disponível no arquivo Brasil: Nunca Mais (BNM) e da versão publicada no livro *Carlos Marighella - O Homem por trás do mito* (Editora UNESP, 1999).

Com os guerrilheiros que possuem preparo técnico é que podemos montar uma correta infraestrutura revolucionária.

O mais importante para nós são os quadros, que devem ser aperfeiçoados. Sem os quadros, sem os homens revolucionários decididos, a potência de fogo da revolução não tem valor. Os homens decidem tudo. Se não fosse assim, as armas decidiriam e nós só precisaríamos também de armas e não, sobretudo, de homens que as manejassem.

A estratégia em nossa organização está colocada em primeiro plano. O comando pertence ao centro estratégico, ao qual está afeto o lançamento da guerrilha e do qual participam todos aqueles que exercem tarefas estratégicas.

O ponto global da revolução brasileira já existe e vem sendo posto em prática. O plano local decorre do plano global e deve ser efetivado através de ações táticas mesmo em caso de desligamento temporário ou prolongado do centro estratégico.

Na primeira fase de nossa luta, os maiores recursos são encaminhados para a formação dos quadros e para a ação estratégica e não para estruturar a organização abandonando a ação revolucionária. Isto põe a questão da revolução não nas costas de uma organização perfeita e acabada, mas ao contrário, a ação é que tem preferência. Jamais a estrutura orgânica precede a ação ou a revolução. A ação é que faz a vanguarda.

Alguns companheiros pensam que nossa Organização já está constituída, perfeita e acabada. Tal pensamento não é correto. Nossa Organização vai se edificando à medida que a ação aparece. Cada componente de nossa Organização tem que fazer a sua parte. A experiência tem que ser de todos.

Os dirigentes de nossa Organização não podem provir de eleições. Os dirigentes surgem da ação e da confiança que despertam pela sua participação pessoal nas ações.

Todos nós somos guerrilheiros, terroristas e assaltantes e não homens que dependem de votos de outros revolucionários ou de quem quer que seja para se desempenharem do dever de fazer a revolução. O centralismo democrático não se aplica a Organizações revolucionárias como a nossa.

Em nossa Organização o que há é a democracia revolucionária. E democracia revolucionária é o resultado da confiança no papel desempenhado pela ação revolucionária e nos que participam da ação revolucionária.

Alguns companheiros pensam que a Organização revolucionária é constituída de antemão e funciona completa antes que a revolução tenha dado frutos.

Não. A Organização é falha e débil enquanto a revolução é débil. À medida que crescem as ações, cresce a Organização. A Organização parte da estaca zero.

Quando a revolução vence, a Organização tem que enfrentar novos problemas e é reformulada de acordo com a nova situação. A vanguarda surge no curso da revolução e quando a vitória é conquistada.

Os princípios orgânicos para a construção de um partido que precede a revolução são uma coisa, os princípios de uma Organização como a nossa, que se constitui como decorrência da ação revolucionária são outra coisa. Estes princípios são quatro:

1. o dever de todo revolucionário é fazer a revolução;
2. não pedimos licença a ninguém para praticarmos atos revolucionários;
3. só temos compromisso com a revolução;
4. só agimos por meios revolucionários.

Estabelecidas nossas premissas e adotados os princípios pelos quais nos regemos, que não são os do centralismo democrático, e iniciada a ação revolucionária, tudo mais é consequência. Quem não estiver em condições de enfrentar as consequências, sofrerá uma desilusão e se verá à margem do caminho da revolução.

É perigoso pensar que temos uma força que ainda não possuímos. Quando nossa ação não tem um volume razoável e a desigualdade do movimento revolucionário é muito grande de uma região para outra, a Organização em conjunto é obrigada a refletir o pouco volume de ação e a desigualdade do movimento.

O que resolve a falha da Organização é o crescimento do movimento, o aumento do volume das ações, a superação da desigualdade do movimento revolucionário de região para região.

DISCURSOS DA RADIO LIBERTADORA

*Agosto 1969**

A Rádio Libertadora foi um projeto de propaganda armada da Ação Libertadora Nacional pelo qual a organização massificava suas posições e programa, furando o bloqueio da censura e combatendo as mentiras da propaganda oficial reacionária da ditadura empresarial-militar fascista contra as organizações e militantes que enfrentavam o regime.

Às oito e meia da manhã, no dia 15 de agosto de 1969, um destacamento de doze guerrilheiros da ALN invadiu a estação transmissora da Rádio Nacional, em Piraporinha, perto de Diadema, em São Paulo. O grupo interrompeu a ligação com o estúdio e transmitiu as gravações que aqui publicamos transcritas, divididas pelos temas e textos de cada locução. Na meia hora em que a estação esteve sob o controle da ALN as locuções foram repetidas mais de uma vez.

A partir do projeto *“Rádio Libertadora – A palavra de Carlos Marighella”* todos os áudios transcritos seguem a ordem dos textos lidos por Marighella e pela militante da ALN, Iara Xavier Pereira, que na abertura da Rádio Libertadora, anuncia: *“Atenção: está no ar a Rádio Libertadora. Atenção: está no ar a Rádio Libertadora. De qualquer parte do Brasil, para os patriotas de toda a parte. Rádio clandestina da revolução. O dever de todo revolucionário é fazer a revolução. Abaixo a ditadura militar. Atenção: as gravações em fita das transmissões da Rádio Liber-*

* Gravações em áudio reunidas pelo projeto *Rádio Libertadora – A palavra de Carlos Marighella* (2002), organizado pela ex-militante e dirigente da ALN, Iara Xavier Pereira, publicado em livro e CD pela Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, que reconheceu Marighella como anistiado e lhe prestou homenagens pelo centenário de seu nascimento em 5 de dezembro de 1911. As transcrições foram revisadas também a partir dos textos disponibilizados pela seção em português do *Arquivo Marxista na Internet* (marxists.org).

tadora devem ser ligadas aos sistemas de alto-falantes dos bairros e subúrbios e irradiadas para o povo, mesmo que para isso tenhamos que empregar a mão armada.”

Marighella e Iara Xavier, apresentada como *Correspondente Libertador*, intercalam as narrações, iniciando a Rádio Libertadora com a leitura de Marighella do manifesto *Ao Povo Brasileiro*; seguido dos textos programáticos *As três fases da guerra revolucionária* e *Sobre a guerrilha rural*; a seguir denuncia a ditadura comentando *Sobre os cartazes com as fotos dos revolucionários*, depois *Desmascarando a provocação da carta falsa a Dom Agnelo, Cardeal de São Paulo* e lendo a *Carta circular aos homens das classes dominantes*; na parte final, Iara, apresenta o *Programa da Ação Libertadora Nacional*; ler a *Carta circular ao bancário brasileiro*; seguida da locução sobre *O papel da mulher na revolução*; e finaliza com a homenagem *O exemplo do Che*.

AO POVO BRASILEIRO

Partidários da guerra revolucionária, nela estamos empenhados com todas as nossas forças no Brasil. A polícia nos acusa de terroristas e assaltantes mas, não somos outra coisa senão revolucionários que lutam a mão armada contra a atual ditadura militar brasileira e o imperialismo norte-americano.

Nossos objetivos são os seguintes:

Derrubar a ditadura militar; Anular todos os seus atos desde 1964; Formar um governo revolucionário do povo; Expulsar do país os norte-americanos, expropriar firmas, bens e propriedades deles e de quem com eles colaboram; Expropriar os latifundiários; Acabar com o latifúndio; Transformar e melhorar as condições de vida dos operários, dos camponeses e das classes médias; Extinguir, ao mesmo tempo e definitivamente, a política de aumento dos impostos, dos preços e aluguéis; Acabar com a censura; Instituir a liberdade de imprensa,

de crítica e de organização; Retirar o Brasil da condição de as-térite da política externa dos Estados Unidos e colocá-lo no pla-no mundial como uma nação independente; Reatar ao mesmo tempo relações diplomáticas com Cuba e todos os demais paí-ses socialistas.

Para combater a ditadura militar e atingir os objetivos aqui expostos não recebemos do estrangeiro nem armas nem re-cursos financeiros. As armas são obtidas mesmo no Brasil, são as armas capturadas nos quartéis e tomadas da polícia ou são aquelas que utilizaram os revolucionários em prol da revolu-ção, quando desertam das forças armadas da ditadura como fizeram o Capitão Lamarca e os valorosos sargentos, cabos e soldados que o acompanharam na retirada do quartel de Qui-taúna.

Esperamos que tais gestos continuem acontecendo e os casos sirvam de desmoralização dos gorilas e fortalecimento da revolução.

Quanto ao dinheiro, é público e notório que os grupos revolucionários armados assaltam os bancos do país e expro-priam os que enriqueceram e exploraram de forma brutal o povo brasileiro. Acabamos a lenda do ouro de Moscou, de Pe-quim ou de Havana.

Os banqueiros não podem queixar-se, pois, só no ano passa-do, tiveram lucro de 400 bilhões de cruzeiros velhos, enquanto isso, o bancário ganha salário-mínimo, e ainda tem que traba-lhar 25 anos para receber o dobro desse miserável salário. O governo, por sua parte, nada pode dizer, uma vez que um mi-nistro corrupto como Andreazza tem apartamento no valor de um bilhão de cruzeiros velhos e recebe comissões das firmas estrangeiras.

A ditadura nos acusa de atentados pessoais e assassinatos, mas não confessa que matou Edson Souto, Marco Antônio Brás de Carvalho, “Escoteiro” (Nelson José de Almeida), o sargento João Lucas Alves e tantos outros patriotas. E não confessa que submete os presos aos suplícios do pau-de-arara, dos choques elétricos e outros que deixariam os nazistas envergonhados.

Os meios que a ditadura militar brasileira emprega para combater e reprimir o povo, são meios bárbaros e indignos, destinados a defender os interesses próprios dos militares no poder, os interesses dos grandes capitalistas, dos latifundiários e do imperialismo dos Estados Unidos. Ao contrário, os meios que os revolucionários estão utilizando para o combate à ditadura militar, são legítimos e inspirados por sentimentos patrióticos.

Nenhum homem honrado pode aceitar a vergonha e a monstruosidade do regime instituído pelos militares e suas forças armadas no Brasil.

Responderemos, olho por olho, dente por dente!

A luta já começou! Com um ano de atividades de grupos armados, conseguimos castigar o inimigo que já lamenta seus mortos e, embora a contragosto, reconhece a existência da guerra revolucionária. Desde o início de sua atuação até agora, os grupos armados expropriaram os banqueiros nacionais e estrangeiros e as firmas seguradoras do capital (...) conturbando a rede bancária brasileira. E expropriaram os grandes comerciantes, as firmas imperialistas, o governo federal e os governos estaduais.

Entre as ações já praticadas pelos grupos armados, inclui-se, a heroica operação guerrilheira que libertou o sargento Antônio Prestes e os demais companheiros presos na penitenciária Lemos de Brito, em pleno Rio de Janeiro; o justicamento do capitão norte-americano Charles Chandler, que veio da guerra do Vietnã para fazer espionagem da CIA no Brasil, é outra prova de que os grupos revolucionários armados estão atentos na defesa da nossa soberania e na preservação dos interesses nacionais.

As demonstrações realizadas no país contra Rockefeller, especialmente no Rio, São Paulo e Brasília, em que tiveram papel saliente os estudantes, testemunham por seu lado, que os norte-americanos são repudiados no Brasil e só contam com o apoio da ditadura militar brasileira. Mas esta é uma ditadura cuja política de traição nacional se tornou por demais conhe-

cida para ser encoberta, ou camuflada pelos gorilas. A guerra revolucionária que estamos fazendo é uma guerra prolongada que exige a participação de todos, é uma luta feroz contra o imperialismo norte-americano e contra a ditadura militar brasileira que funciona como agência dos Estados Unidos dentro de nossa Pátria, é a continuação da luta heroica de Che Guevara iniciada na Bolívia, é uma luta profunda, ligada à transformação da sociedade brasileira.

Nossa luta de libertação do povo não pressa nem tem prazos. Não é uma quartelada, um golpe militar ou uma farsa para substituir uns pelos outros, os homens no poder, deixando intacta a estrutura de classes da sociedade brasileira. Eis porque, todos os grupos armados revolucionários que estão lutando, devem prosseguir com a guerrilha urbana como temos feito sistematicamente até aqui, assaltando bancos, atacando quartéis, expropriando, intensificando o terrorismo de esquerda, justicando, sequestrando, praticando em larga escala a sabotagem para tornar desastrosas as circunstâncias em que o governo tem de agir. Devemos atacar por todos os lados com muitos grupos armados diferentes de pequenos efetivos, compartimentados uns dos outros e mesmo sem elos de ligação, a fim de dispersar as forças do governo na perseguição; devemos aumentar gradativamente os distúrbios da guerrilha urbana numa sequência interminável de ações imprevisíveis, e de tal modo, que as tropas do governo não possam deixar a área urbana sem risco de desguarnecer as cidades. São essas circunstâncias desastrosas para a ditadura militar que permitem aos revolucionários desencadear a guerrilha rural em meio a um incremento incontrollável da rebelião urbana.

Buscando a participação das massas na luta contra a ditadura militar e pela libertação do país do jugo dos Estados Unidos, nosso próximo passo deve ser a luta no campo. E esse será o ano da guerrilha rural. É esta a hora e a vez dos camponeses cujo instinto para o conhecimento do terreno, a astúcia para enfrentar o inimigo, a capacidade de comunicação com os

explorados, os oprimidos e os humilhados de todo o país, constituem uma arma certa da revolução.

Assumir o campo, enfrentar a luta pela terra, pela eliminação do latifúndio, expropriar os latifundiários, queimar suas plantações, matar seu gado para matar a fome dos famintos, invadir as terras, justicar os grileiros e os norte-americanos envolvidos com os grileiros em compras de terras, levar ao fundo do país a mesma inquietação e o mesmo terror que já dominam os militares, os imperialistas e as classes dominantes nas cidades. Eis aí o objetivo a atingir na segunda fase da guerra revolucionária.

Sem abandonar a guerrilha urbana, os grupos revolucionários armados devem com sua habilidade heroica ajudar o desencadeamento da guerrilha rural; nossos esforços devem convergir para a construção e o reforçamento da aliança armada dos operários e camponeses e sua coligação com os estudantes, os intelectuais, os eclesiásticos e a mulher brasileira. Essa aliança é o grande pedestal da luta no campo e da guerrilha rural, de onde surgirá o Exército Revolucionário de Libertação do Povo.

Tudo pela unidade do povo brasileiro!
Abaixo a ditadura militar!
Fora do país com os norte-americanos!

AS TRÊS FASES DA GUERRA REVOLUCIONÁRIA

As prisões anunciadas pela polícia em São Paulo, Guanabara e Minas, não afetaram nossa organização, a Ação Libertadora Nacional.

A polícia informou que os presos pertencem a vários grupos revolucionários e não os identificou com a Ação Libertadora Nacional. O noticiário da polícia não merece o menor crédito, mas, de qualquer maneira, devemos assegurar que a Ação Libertadora Nacional, até o momento, segue praticamente, intacta. Isto não quer dizer que não tenhamos sofrido perdas. É

impossível a uma organização revolucionária em plena atividade, não sofrer prejuízos e quedas. O fundamental porém, é que a espinha dorsal da Ação Libertadora Nacional não foi atingida. Tal fato se deve a que seguimos uma estratégia global e não estamos trabalhando pela montagem de um foco guerrilheiro. Quando se trata de um foco guerrilheiro, a sua descoberta pelo inimigo, geralmente significa a derrota. Nossa estratégia, porém, visa a montagem de uma infraestrutura guerrilheira em todo o país e se baseia na guerra revolucionária e, contra essa, o inimigo nada pode fazer.

A guerra revolucionária, no nosso modo de entender, abrange três fases: a fase da guerrilha urbana, a fase da guerrilha rural e a fase da guerra de manobras, quando surge o exército revolucionário.

A Ação Libertadora Nacional está pondo em prática o seu plano estratégico global e já atingiu a primeira fase da guerra revolucionária. Agora vamos passar à segunda fase.

O funcionamento da Ação Libertadora Nacional tem sido ininterrupto até o presente momento. Criamos um pequeno poderio de fogo, temos expropriado bancos e jogamos o ônus da guerra revolucionária sobre os ombros da grande burguesia, expropriando seus bens e recursos. Tomamos de assalto a Rádio Nacional de São Paulo e mandamos ao ar nossa mensagem revolucionária ao povo brasileiro.

A ditadura militar encontra em nossa organização um opositor decidido, temos avançado com audácia e com cautela, não desafiamos o inimigo e só agimos quando estamos certos do êxito, não travamos combate em campo raso, atacamos e batemos em retirada decidida. Reconhecemos que somos infinitamente mais fracos do que o inimigo, não temos exército ainda e só agimos com pequenos grupos armados. Nossos grupos armados são separados uns dos outros, muitas vezes não temos elos de ligação entre os grupos, a coordenação dos grupos só é feita por poucos elementos. Não juntamos jamais numa casa só, nem tudo que possuímos, nem todas as pessoas. Tudo o que fazemos é na base da guerra de movimento. Em

nossa organização nem todo mundo conhece todo mundo e nem todas as pessoas conhecem-se entre si. Cada um só sabe o que diz respeito ao seu trabalho.

Quem não seguir esses princípios na Ação Libertadora Nacional está sujeito a ser apanhado pelo inimigo e a fracassar. Todo militante da Ação Libertadora Nacional é obrigado a ser vigilante e a não deixar pistas para a polícia, é obrigado a não denunciar os segredos da organização e a não denunciar os companheiros do seu próprio grupo sempre que acabar caindo na prisão.

Quando a polícia consegue prender algum revolucionário é que esse revolucionário cometeu alguma facilidade e isso deve ser evitado.

A polícia exagera os êxitos das prisões que realiza e a imprensa faz estardalhaço. Foi o que se viu com o MR-8 e com Angra dos Reis. O povo não deve se impressionar com as notícias dos jornais e as informações da polícia. Em Angra dos Reis o exército, a marinha e a aeronáutica perderam tempo caçando uma guerrilha inexistente.

A guerrilha rural surgirá no momento exato e ao inimigo não é dado conhecer o que a Ação Libertadora Nacional está preparando e onde desencadeará o próximo golpe atacando a ditadura militar, o latifúndio e o imperialismo norte-americano. Nenhuma prisão acabará com a guerra revolucionária no Brasil. A Ação Libertadora Nacional prossegue lutando e prosseguirá sempre.

Este ano será o ano da guerrilha rural.

SOBRE A GUERRILHA RURAL

A guerrilha urbana brasileira surgiu do nada pois não tínhamos dinheiro, armas e munições e fomos obrigados a obtê-los por meio de expropriações. Agora, a guerrilha urbana instalou-se no país. Nossa experiência consistiu em começar abalando o triângulo de sustentação da burguesia, do latifúndio e do im-

perialismo que é o triângulo Rio, São Paulo e Belo Horizonte. Nesse triângulo, os grupos armados e revolucionários brasileiros, implantaram o terror, assaltaram bancos e quartéis, justicaram espiões, libertaram revolucionários presos, promoveram deserções das forças armadas, capturaram armas, munições e explosivos. Os estudantes realizaram memoráveis manifestações de massa e empregaram corretas táticas guerrilheiras de rua. O clero, ou melhor os sacerdotes e os membros dos vários graus da hierarquia de todas as confissões religiosas, os intelectuais, a mulher brasileira, manifestaram-se contra a ditadura militar e os imperialistas norte-americanos, o resultado é que a guerrilha urbana e a guerra psicológica prosseguem com êxito.

O ambiente na área urbana é de rebelião social e no que tange à mobilidade da propaganda, em particular da propaganda armada, todos os revolucionários veem e compreendem que devemos sanar nossas falhas na área urbana, acabar com as desnecessárias e ingênuas disputas de liderança, buscar a unidade dos grupos armados. Esta unidade deve ser estabelecida em torno da concepção estratégica e tática de luta por um governo revolucionário do povo, expulsão dos norte-americanos, expropriação do seu capital e dos que com ele colaboram, expropriação do latifúndio, libertação e valorização do homem brasileiro, pelo caminho socialista.

A primeira fase da guerra revolucionária está em vias de completar-se, o que não significa em nenhuma hipótese, diminuir o ritmo da guerrilha urbana e da guerra psicológica. Ao completar-se a primeira fase da guerra revolucionária devemos estar prontos na área urbana, para receber o impacto da guerrilha rural e enfrentar uma perseguição muito maior da ditadura militar fascista, que passará a empregar contra nós a estratégia do cerco e do aniquilamento.

É necessário agora olhar muito mais a sério a tarefa de concluir e solidificar a infraestrutura revolucionária urbana e aumentar ao máximo, os distúrbios da guerrilha urbana, diversificando as ações, e não dando tempo ao inimigo para respirar.

Ninguém, no entanto, está descobrindo a pólvora e não é necessário justificar nada. Não adianta sair na frente com armas e muito dinheiro e chegar no campo em primeiro lugar com um grupo de homens para lançar a guerrilha rural. Se a guerrilha rural não é lançada como decorrência da guerrilha urbana e como resultado da articulação da cidade com o campo, do ponto de vista da luta de classes dos operários e dos camponeses, tal guerrilha não deve vingar.

Quando dizemos que este será o ano da guerrilha rural; nós o afirmamos com conhecimento de causa e porque verificamos que a área urbana chegou a certo um ponto de conflagração atingido com perplexidade a ditadura militar ante o terrorismo de esquerda e o volume das ações armadas expropriatórias.

A segunda fase da guerra revolucionária é a fase da guerrilha rural e não surge por acaso, ela é fruto de tudo que se preparou e se realizou anteriormente diante da lei básica da guerra e seguindo um plano estratégico e tático global e estabelecido de antemão.

Sem um plano estratégico e tático global é impossível atingir a segunda fase da guerra revolucionária e lançar a guerrilha rural. Esse plano estratégico e tático global determina que, antes do lançamento da guerrilha rural, os revolucionários que já estavam no campo e os que para lá se dirigirem, devem intensificar a montagem da infraestrutura revolucionária da guerrilha rural. É preciso continuar percorrendo os eixos guerrilheiros, estabelecendo pontos de apoio numa espécie de atividade à moda Lampião, construindo a rede de conselhos camponeses e a rede camponesa de informações para os revolucionários.

A guerrilha rural brasileira será feita sob a forma de marcha. Ela tem que estar educada para operações móveis desde as mais elementares às mais completas. Uma guerra revolucionária no Brasil será uma guerra de movimento como já está sendo na cidade através da guerrilha urbana. A guerrilha rural brasileira deverá surgir em meio à rebelião social no campo tal

como a guerrilha urbana surgiu em meio à rebelião social na área das cidades.

Revolucionários do campo devem desde agora expropriar latifundiários assim como expropriamos os bancos e os carros e trens pagadores nas cidades. As plantações de fazendeiros devem ser queimadas, o gado dos grandes pecuaristas e dos frigoríficos e das invernadas devem ser expropriado e abatido para matar a fome dos camponeses, a parte restante deve ser dispersada pelas áreas guerrilheiras afim de que o guerrilheiro rural encontre carne para comer. Os grileiros e os norte-americanos proprietários de terra devem ser tocaiados e mortos e bem assim os capangas dos fazendeiros. O mesmo castigo deverá ser imposto aos administradores, feitores e capatazes que perseguem os camponeses e destroem suas benfeitorias. Os latifundiários que exigem prestação de serviços gratuitos dos seus trabalhadores devem ser sequestrados e seus bens expropriados; os armazéns, os barracões onde são comprados gêneros a troco de vale devem ser saqueados; os cárceres privados em que os fazendeiros mantêm segregados os trabalhadores rurais devem ser destruídos, o mesmo deve acontecer com as cadeias públicas onde os camponeses estão presos; os arquivos das coletorias devem ser incendiados e bem assim as letras, as promissórias rurais e os demais papéis destinados à cobrança de dívidas e impostos dos camponeses; deve ser arrancado o capim onde os latifundiários ameaçam substituir por pastagem a lavoura dos camponeses. É preciso reprimir os despejos na bala, invadir as terras devolutas e as terras loteadas pelos fazendeiros e grandes companhias agrícolas.

Na segunda fase da guerra revolucionária, cumpre levar ao campo o mesmo terror de esquerda e a mesma inquietação que já dominam e apavoram, na área urbana, as classes dominantes, os militares e os imperialistas. Nessa fase da luta, os camponeses devem se armar às custas dos latifundiários, de quem devem tomar todo o armamento e munição. Alcançado o ponto máximo do distúrbio social no campo, lançaremos a guerrilha

rural. Daí passaremos à constituição do Exército Revolucionário de Libertação Nacional. Seu núcleo fundamental será a aliança armada operária, camponesa e estudantil.

A última fase da guerrilha será a fase das operações de manobras. A ditadura militar será derrubada, os norte-americanos serão expulsos do país. O governo revolucionário do povo será instaurado. A máquina burocrático-militar do Estado brasileiro será destruída.

SOBRE OS CARTAZES COM AS FOTOS DOS REVOLUCIONÁRIOS

A ditadura militar vem fazendo esforços desesperados para apresentar os revolucionários brasileiros como marginais e assassinos perigosos. No aeroporto de Congonhas em São Paulo, os militares do 2º Exército fizeram pregar grandes cartazes com o seguinte título: “Assassinos e Terroristas Procurados”. Nesses cartazes estão as fotografias de revolucionários brasileiros que a polícia da ditadura acusa de bandidos. Os viajantes que chegam do estrangeiro e vêem esses cartazes admiram-se muito de que no Brasil o Exército e a Polícia estejam procurando um número tão elevado de bandidos e marginais responsáveis por homicídios, assaltos a bancos e outros crimes. Os estrangeiros se perguntam a si mesmos como é possível que um país, que se diz civilizado, ostente uma galeria tão grande e tão surpreendente de terríveis marginais. O resultado é que começa a repercutir no estrangeiro essa situação esquisita em que se encontra o país.

A ditadura militar confessa-se incapaz de prender os terríveis bandidos e marginais e apela para que o povo os denuncie. Ao que parece, o povo não colabora com a ditadura militar e os tais marginais não são denunciados. Na verdade, não são marginais, nem bandidos, assassinos ou ladrões. Os homens que a polícia e o exército procuram como criminosos são revolu-

cionários e patriotas que lutam a mão armada contra a ditadura militar e as suas leis.

A ditadura militar brasileira faz uma política de entrega do Brasil aos Estados Unidos. Os norte-americanos, hoje em dia, são os donos da indústria e do comércio no país; as empresas brasileiras são levadas à falência pela ditadura militar que cobra impostos exorbitantes e aniquila a economia brasileira. Os norte-americanos, através da compra das empresas falidas, pelas quais pagam um preço insignificante, estão se tornando senhores do Brasil. Comprando terras tornaram-se, igualmente, os maiores proprietários de terras do país.

Todos os dias a ditadura militar aumenta os preços, os impostos sobem sem parar, sobem os preços dos aluguéis, sobe o preço do pão, do leite, das passagens. A vida dos operários, dos camponeses, das pessoas das classes médias tornou-se um inferno. A ditadura militar ataca o povo com uma brutalidade jamais vista, os presos são espancados e torturados bestialmente, os suplícios são horríveis, o pau-de-arara, os choques elétricos, a sevícia das mulheres, as unhas arrancadas, as queimaduras no corpo. O sargento João Lucas Alves foi morto pela polícia de Minas Gerais depois de ter as unhas arrancadas e pedaços de carne retalhados como nos açougues.

Poucas famílias brasileiras existem que não tenham passado pelo vexame de ver o seu lar invadido pela polícia e que não tenham a lamentar a prisão ou o assassinato de um de seus filhos. A ditadura militar mantém campos de concentração na Ilha Grande e na Ilha das Flores. Os estudantes são vítimas diárias dos militares no poder que os espancam e matam, só porque protestam contra a ditadura fascista imperante no Brasil. O clero católico e os religiosos são perseguidos e mortos. Ainda há pouco, foi assassinado, no Nordeste, o padre Henrique Ferreira Neto. Seus assassinos estão encobertos pela ditadura militar que estimula o terror contra os que lutam contra a falta de liberdade e a fome do povo. A imprensa não tem liberdade e não pode denunciar os crimes da ditadura militar.

Esse é o governo mais odioso que o Brasil já teve em sua história. Os militares pensam que podem enganar o povo e agora andam pregando cartazes na rua pedindo ao povo que denuncie os revolucionários que lutam contra o terror da ditadura e a miséria a que o povo está submetido. É justo, porém, que os patriotas e revolucionários combatam a ditadura e que o povo colabore com os revolucionários. É mentira que os revolucionários sejam marginais, assassinos ou ladrões. Os revolucionários são patriotas, são filhos queridos do povo, combatem a ditadura militar a mão armada porque não há outro jeito, porque no Brasil ninguém dispõe de outro meio, não há liberdade, só há terror e violência por parte dos militares, enquanto a fome se alastra e o povo sofre indefeso. O que o povo deve fazer é esconder os guerrilheiros urbanos cassados pela polícia, não denunciar nenhum revolucionário; quando um patriota for ferido pela polícia ajudar o patriota. O povo pode e deve colaborar com os revolucionários e ajudar a combater a ditadura.

Abaixo a ditadura militar!

DESMASCARANDO A PROVOCAÇÃO DA CARTA FALSA A DOM AGNELO, CARDEAL DE SÃO PAULO

Não tem nenhum fundamento a notícia de que escrevi uma carta ao cardeal de São Paulo, Dom Agnelo Rossi, justificando a colocação da bomba que explodiu no palácio episcopal.

O atentado contra o cardeal não partiu de nossa organização, a Ação Libertadora Nacional. O atentado é obra da direita. Seus autores devem ser procurados entre os homens da ditadura militar que inspiram assassinatos como o do padre Henrique Pereira Neto, da equipe de Dom Hélder Câmara no Nordeste.

Nossa posição ante a Igreja é de absoluto respeito à liberdade religiosa e pela completa separação entre a Igreja e o Estado. Não temos interesse em atacar a Igreja já que a Igreja, tal como nós, vem lutando pela liberdade e pela valorização do

homem brasileiro. Não há contradição entre nós e a Igreja, já o mesmo não se dá com a ditadura militar. A contradição entre a Igreja e a ditadura militar é profunda. Os militares no poder são responsáveis por uma das mais negras perseguições já feitas à Igreja no Brasil. E isto não se dá por acaso. É que no país impera o fascismo implantado pela ditadura militar desde 1964.

Mandando jogar a bomba no palácio do cardeal em São Paulo e lançando culpa sobre nós, a ditadura militar quer fazer crer que somos inimigos da Igreja e da religião, tentando incompatibilizar-nos com os sentimentos religiosos do povo. Com isso pretendem, também, desviar a atenção do povo das perseguições feitas pela ditadura militar à Igreja. Todos, porém, se lembram que há pouco tempo atrás, o cardeal Dom Agnelo Rossi fora considerado *persona non grata* pelos militares em São Paulo e nem mesmo chegara a rezar uma missa que deveria celebrar no QG do 2º Exército. Agora, depois da bomba, são as autoridades militares do 2º Exército é que vão solidarizar-se com Dom Agnelo. Tudo isso é muito suspeito.

Quanto à carta e à assinatura a mim atribuídas, não passam de uma grosseira falsificação. A carta é um amontoado de provocações da pior espécie, com expressões que jamais seriam utilizadas por um verdadeiro revolucionário. Tais provocações vêm entremeadas com frases de uma carta que eu escrevi aos homens das classes dominantes. Carta, aliás, onde não se encontra nenhuma referência ou advertência a Dom Agnelo e cujo teor é o seguinte:

CARTA CIRCULAR AOS HOMENS DAS CLASSES DOMINANTES

Senhor, tomamos a iniciativa de dirigi-lhe a presente carta com o intuito de assinalar, para seu conhecimento, que a guerra revolucionária já está iniciada no país e que os gastos e implicações dessa guerra serão inevitavelmente tributados por nós às classes dominantes no Brasil.

É sabido e notório que os militares ocuparam o poder, pela violência, em 1964, e não satisfeitos com isso, deram novo golpe fascista à 13 de dezembro de 1968, decretando o Ato Institucional nº 5. Além da força com que já contavam, passaram agora a ter no AI-5 um instrumento mais poderoso que qualquer outro para sufocar a liberdade de imprensa e as liberdades fundamentais, reprimindo o povo, paralisando o progresso e traindo os interesses da nação.

Os militares e as classe dominantes, das quais fazem parte, assumem assim a responsabilidade por tudo quanto de iníquo e pernicioso acontece no país incluindo o emprego sistemático da violência policial contra o povo. São, também, de sua responsabilidade o acelerado processo de corrupção, a desnacionalização e a entrega do Brasil aos Estados Unidos, país cujos interesses a atual ditadura defende com unhas e dentes em detrimento da nossa soberania. Não é de admirar, diante disso, que os revolucionários e patriotas brasileiros tenham tomado a decisão de iniciar a luta a mão armada para combater a ditadura e a política de traição nacional seguida pelos militares. Como decorrência dessa decisão, desencadeamos, em 1968, a guerrilha urbana, levando a efeito expropriações, captura de armas e munições e explosivos e praticando outros tipos de luta.

Em relação às expropriações que atingiram as classes dominantes o que fizemos foi instituir a cobrança do ICR, ou seja, Imposto Compulsório da Revolução, destinado a manter a luta de libertação do povo brasileiro. O ICR é o contrário do ICM, ou seja, Imposto de Circulação de Mercadorias cobrado pela ditadura para sustentar os militares no poder e manter sua máquina de repressão policial fascista. Com as expropriações iniciadas antes da vitória da revolução queremos demonstrar, desde agora, que uma vez vitoriosos, expulsaremos os norte-americanos do país e confiscaremos suas propriedades incluindo empresas, bancos e extensões de terras; confiscaremos o capital privado nacional que estiver associado ao capital norte-americano e se opuser à revolução;

confiscaremos a propriedade latifundiária acabando com o monopólio da terra; confiscaremos as fortunas dos exploradores do povo.

No ano em curso, esperamos que, para não serem expropriados, venham ao nosso encontro os que desejarem cotizar-se e cumprir com sua parte de sacrifício na guerra revolucionária legitimamente deflagrada contra os traidores da nação.

Certamente de nossa parte não haverá um só momento de trégua, não descansaremos no combate ao AI-5 e na luta para derrubar a ditadura substituindo-a pelo povo armado. Ao finalizar, advertimos mais uma vez as classes dominantes de suas responsabilidades ante a gravidade da situação do país.

A causa que defendemos é justa. A ditadura é que se coloca contra o povo sem resolver nada do custo de vida, dos aluguéis elevados, dos salários mesquinhos e dos impostos extorsivos. Ela prende, espanca, tortura e persegue inocentes. Tem então de remar contra a maré aumentando o já incontável número de seus inimigos enquanto que a simpatia do povo vem para nós. Isso nos dá a certeza de que nenhum patriota deixará de ajudar os revolucionários e de contribuir para a libertação de seu país.

PROGRAMA DA AÇÃO LIBERTADORA NACIONAL

A Ação Libertadora Nacional, organiza a guerrilha, o terrorismo e os assaltos, no combate sem trégua que faz à ditadura militar e ao imperialismo dos Estados Unidos.

A Ação Libertadora Nacional luta pelo seguinte programa:

1. Derrubar a ditadura militar, anular todos os seus atos desde 1964, formar um governo revolucionário do povo;
2. Expulsar os norte-americanos, expropriar suas firmas, bens e propriedades e as firmas, bens e propriedades dos capitalistas privados brasileiros que colaboram com os norte-americanos;

3. Transformar a estrutura agrária do país expropriando e extinguindo o latifúndio, dando terra ao camponês, libertando e valorizando o homem do campo;

4. Pela liberdade desde o campo político ao campo cultural ou religioso e extinguir a censura;

5. Retirar o Brasil da órbita da política externa dos Estados Unidos, colocá-lo no plano mundial como nação independente. Reatar relações com Cuba e todos os demais países socialistas.

A Ação Libertadora Nacional luta pela aplicação das decisões da OLAS no Brasil. Um direito e um dever dos povos da América Latina é fazer a Revolução e esse é um dever do povo brasileiro.

A Ação Libertadora Nacional segue a OLAS quanto esta afirma que o caráter da Revolução é o da luta pela independência nacional, a emancipação das oligarquias e o caminho socialista para o seu pleno desenvolvimento econômico e social. Este é o caráter da Revolução brasileira.

A Revolução brasileira, desde o primeiro momento, se desenvolve através da expropriação da grande burguesia, do imperialismo e do latifúndio, sem excluir os negociantes mais ricos e poderosos nos ramos da importação e exportação. Ao expropriar os principais inimigos do povo a Ação Libertadora Nacional procura golpeá-los nos seus centros vitais, daí porque, a Ação Libertadora Nacional ataca de preferência e de maneira sistemática a rede bancária, quer dizer, desfecha os seus golpes mais profundos no sistema nervoso do capitalismo. Os assaltos a bancos realizados pela Ação Libertadora Nacional têm prejudicados os grandes capitalistas como Moreira Sales e outros, as firmas estrangeiras de seguros e resseguros, o capital (...). As firmas imperialistas, o governo federal e os governos estaduais todos eles expropriados até agora de maneira sistemática.

O lema da Ação Libertadora Nacional GTA quer dizer: guerrilha, terrorismo e assaltos: GTA, GTA, GTA.

CARTA CIRCULAR AO BANCÁRIO BRASILEIRO

Prezado patrício,

Estamos lutando contra a ditadura militar responsável pela miséria e sofrimento do povo. São os militares, agora no poder, que aumentam os impostos, os aluguéis, e os preços administrados ao público. São eles que prendem e assassinam os brasileiros, mantendo a imprensa arrolhada e o país debaixo do terror, privado de liberdade.

Ao levarmos a nossa luta patriótica não tínhamos outra alternativa senão tomar algumas armas à força e conseguir recursos financeiros expropriando-os dos bancos. Os banqueiros fizeram no ano passado uma consultoria a 400 milhões de cruzeiros novos enquanto isso os bancários recebem salário-mínimo e os que chegam a ganhar pouco mais de 2 salários-mínimos só conseguiram por estarem trabalhando a mais de 25 anos; um guarda bancário ganha 160 contos e as vezes menos. É justo que os revolucionários assaltem bancos e cobrem dos banqueiros o ICR – Imposto Compulsório da Revolução. Já que a ditadura cobra o ICM – Imposto de Circulação de Mercadorias para sustentar a máquina policial.

Se a rede bancária está conturbada e insegura o povo não tem nada a ver com tal situação e nós nada temos a ver com os assaltos de marginais. Na verdade, porém, é que esses assaltos só estão se verificando porque o país é governado por uma ditadura militar fascista. Enquanto essa ditadura não for derrubada a situação brasileira continuará tumultuada.

O bancário brasileiro, na história das lutas e atos públicos, sempre ocupou um lugar de honra desencadeando memoráveis greves defendendo a soberania do país e batendo-se pelas liberdades democráticas, com uma tradição de luta tão exequível o bancário brasileiro, mais do que ninguém, sabem onde devem revolucionar, começando por organizar os futuros grupos paramilitar contra a ditadura e em prol da causa da libertação do Brasil.

Quem não desejar fazer nada a favor dos grupos revolucionários, que não faça nada contra.

A causa que defendemos é a causa do povo. Por essa causa é preciso que os brasileiros façam alguma coisa, nós estamos fazendo o possível para os resultados e a nossa revolta exista.

Abaixo a ditadura militar!

Fora os americanos!

TODA A MULHER NA REVOLUÇÃO!

A mulher brasileira tem um papel de decisiva importância na revolução, particularmente na guerra revolucionária do povo contra o imperialismo dos Estados Unidos e cuja expressão mais genuína é a guerrilha.

Os direitos políticos e sociais que a mulher mais necessita conquistar só se tornarão realidade plena com a mudança da estrutura econômica do país e a vitória da revolução. A participação da mulher no movimento revolucionário, desde o primeiro momento, constitui assim uma garantia do êxito futuro e uma arma terrível contra o conservadorismo e a vacilação. Na luta revolucionária não há homem que queira retroceder se na vanguarda encontra a mulher combatendo.

Incorporando-se à revolução e à luta guerrilheira, aprendendo a disparar e adestrando-se nas tarefas de primeira linha, transportando tudo o que for necessário, emprestando sua imensa capacidade de trabalho e poder de iniciativa e imaginação para desenvolver o apoio logístico, a mulher brasileira representa elemento precioso na construção da vitória da causa de nossa libertação. Cabe à mulher organizar-se em grupos revolucionários e participar de todas as tarefas exigidas pelas circunstâncias e as necessidades da luta do povo brasileiro.

O nosso lema é trabalhar sem descanso pela organização da guerra justa e necessária contra o imperialismo dos Estados Unidos. Tendo isso em vista, batalharemos por uma ação anti-

imperialista, ou seja, uma frente popular revolucionária, não importa o nome que venha a ter. O fundamental é que seja uma frente capaz de unir as forças interessadas na destruição do imperialismo e na libertação do país pela via armada.

O TRIBUTO AO CHE

A figura de Che Guevara equipara-se aos grandes vultos da humanidade, cujos nomes ficaram na história como exemplos para gerações vindouras.

Quer como homem de ação, quer como teórico, Che Guevara foi um revolucionário incansável e persistente que jamais permitiu a dissociação entre as palavras e os fatos; sempre acreditou na força do exemplo pessoal e, por isso mesmo, lançou-se à frente do movimento guerrilheiro da Bolívia para levar à prática as teses que tão ardorosamente defendia.

Morreu lutando de armas na mão, mas foi ele o único surpreendido com o desfecho. Desde a sua mensagem à *Tricontinental*, um verdadeiro testamento político, havia afirmado: “Em qualquer lugar que a morte nos surpreenda, que seja bem-vinda, sempre que esse nosso grito de guerra aja chegado até um ouvido receptivo e outros homens se apresentem para entoar os cantos fúnebres com o crepitar das metralhadoras e novos gritos de guerra e de vitória”.

A morte de Che foi um erro irreparável para o movimento revolucionário em todo o mundo, mas sim um exemplo para os inúmeros povos que lutam contra o imperialismo. Che Guevara propugnou por uma estratégia global dos povos contra a estratégia global do imperialismo dos Estados Unidos. São milhões de pessoas que aceitam a ideia da estratégia global dos povos contra o inimigo comum da humanidade, é essa a luta do povo do Vietnã contra o imperialismo norte-americano, que como o mesmo Guevara, comunga dessa mesma ideia e inflige pesado castigo aos marines.

Outros milhões de Guevara surgirão na América Latina e em todo o mundo lutando pelo mesmo ideal. Os dias do imperia-

lismo estão contados! O sacrifício de Che Guevara é apenas o sinal de partida para os povos da América Latina que organizam sua luta pela liberdade.

ENTREVISTA À REVISTA FRONT (FRANÇA)

*Novembro de 1969**

“O Brasil será um novo Vietnã”, declarou ao nosso enviado especial, Conrad Detrez, o líder revolucionário brasileiro Carlos Marighella, na entrevista que concedeu antes da sua morte.

Em fins de setembro, em certa localidade, de uma grande cidade brasileira, nosso enviado especial se encontrava com Carlos Marighella, o líder da nova vanguarda revolucionária do Brasil. Registrava a primeira entrevista concedida a um jornal europeu. E será a última. Hoje, publicam nos jornais, Carlos Marighella morreu, abatido pela polícia brasileira. A entrevista que publicamos tem, portanto, maior importância ainda. E é propositalmente que a conservamos tal como havia sido inicialmente redigida, apesar do destino trágico que fez caducar algumas das informações iniciais. Marighella é “inatingível” escrevíamos. Era verdade, e no entanto, ele foi capturado – provavelmente porque a tortura fez afrouxar alguns dos seus camaradas. O inimigo, provisoriamente, foi o mais forte. E isso é uma informação essencial, nada mais, mesmo porque “considerando que outra mão se levante e outra voz re-entoe o canto de guerra”.

* Última entrevista de Marighella antes de seu assassinato em 4 de novembro de 1969 pela ditadura empresarial-militar, realizada em São Paulo, em setembro pelo jornalista franco-belga Conrad Detrez para a revista mensal francesa de política internacional “Front”, e publicada em francês na edição nº 3, em novembro de 1969 com a chamada: “O Brasil será um novo Vietnã”. A íntegra da entrevista que até o momento era inédita em português, foi traduzida e revisada a partir dos arquivos do famigerado Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), dos originais e a partir do livro em francês “*Pour la libération du Brésil*”, organizado por Conrad Detrez. Os arquivos originais da pesquisa nos foram gentilmente cedidos pelo jornalista e biógrafo de Marighella, Mário Magalhães.

Che Guevara morre assassinado a 8 de outubro de 1967. Antes de decorrido dez dias, em Havana, Carlos Marighella redige um pequeno trabalho de uma quinzena de páginas, no qual define os princípios básicos, que condicionam, conforme seu ponto de vista, o lançamento, o desenvolvimento e o sucesso da luta de guerrilha no Brasil. Dedicá-lo ao “heroico guerrilheiro” cujo “exemplo permanecerá e frutificará em toda América Latina”. O golpe de partida foi dado; o dirigente que acaba de romper com o Comitê Central do Partido Comunista Brasileiro preferiu continuar a luta iniciada pelo ex-braço direito de Fidel Castro no coração do continente. Ele vai substituí-lo, mas não o imitará; é preciso sair do impasse aqueles que a essa situação foram levados pela famosa “teoria do foco” sistematizada por Régis Debray, que um pouco, em toda parte, está sendo posta em prática. O avanço do “foquismo” não será realizado dentro de casas ou em gabinetes, mas nas ruas e ao ar livre. Carlos Marighella tem em mente algumas noções claras: guerrilha urbana, guerrilha rural, mobilidade, guerra de movimento. Por volta do final do ano de 1967, ele entra clandestinamente no Brasil para aí fundar, sob o nome de “Ação Libertadora Nacional”, grupos dispostos a desencadear com ele a luta armada. A partir de setembro-outubro de 1968, os ataques contra os bancos, quartéis e estabelecimentos abrigando agentes do imperialismo americanos multiplicam-se no Rio, São Paulo e Belo Horizonte. A guerrilha urbana começou. Golpes espetaculares ocorreram: o assassinato do capitão Chandler, agente da CIA, a ocupação de estações de rádio e a difusão de mensagens revolucionárias, a libertação de um grupo de militantes da prisão central no Rio, o sequestro em pleno dia, no centro da cidade, do embaixador dos Estados Unidos. “E ações ainda mais importantes se seguirão” disse-me o próprio Marighella. Encontrei-o no subúrbio de uma das grandes cidades do país. Há um mês que esperava até que a entrevista foi concedida. Pela primeira vez, desde sua entrada no Brasil, ele aceita responder às perguntas de um jornalista. Mas esse encontro não poderá ser realizado senão quando as

condições de segurança forem suficientes; por volta do final de setembro. Todas as polícias o procuram, em colaboração com a CIA e agentes do FBI, chegados no dia seguinte do sequestro do embaixador. Não será fácil encontrá-lo. Guevara foi preciso ser encurralado em um recanto perigoso do solo bolivariano. Marighella encontra-se, um dia no Rio, dois dias após em São Paulo, no quinto dia em Porto Alegre, na semana seguinte em Belo Horizonte, depois em Brasília ou Recife, cidades de mais de um milhão de habitantes. Imaginem um homem que na segunda-feira estivesse em Londres, na quarta em Paris, na sexta em Madri, na semana seguinte em Berlim e, alguns dias depois em Belgrado ou Atenas, uma vez que são essas as dimensões do Brasil e, além do mais, é infinitamente menos organizado que a Europa; um homem que ainda por cima, faz, desde há alguns meses, estadas no campo por tempo prolongado; a guerrilha urbana está bem lançada; agora é preciso preparar a guerrilha rural. Assim é Marighella, inatingível, onipresente, um forte e vivo mulato da Bahia. Tem 57 anos, trinta de Partido Comunista, e uns dez de prisão.

Trazem-nos café. Retiro do bolso a minha lista de perguntas, algumas inspiradas pelo muito agitado mês de setembro que acaba de findar.

Conrad Detrez (Front): O que sua organização traz de novo ao movimento revolucionário brasileiro?

Marighella: A ação! Para nós tudo nasce da ação: a vanguarda, os dirigentes... formamos grupos de combatentes armados. A vanguarda são eles. A direção conserva os mais sagazes (portanto os mais políticos) e os mais corajosos. A organização vem depois. A maior parte dos outros grupos, mesmo os formados por pessoas oriundas do PC, todos querem, antes de tudo, fundar um partido – um novo PC, com centralismo democrático e tudo – e, em oposição ao PCB. No seu programa consta a luta armada, isto é, a revolução que eles farão mais tarde.

Conrad Detrez (Front): Direção política e direção militar não serão uma só coisa?

Marighella: Absolutamente.

Conrad Detrez (Front): E entre a direção e a base?

Marighella: Nada. Não há escalonamentos intermediários. Os grupos de base, desde que sejam dentro da perspectiva da nossa estratégia, podem tomar todas as iniciativas que quiserem, uma vez que se trate de ação. A prática, ela leva ao marxismo ou então não servirá de nada.

Conrad Detrez (Front): Pode haver várias direções político-militares, já que a Ação Libertadora Nacional que você está dirigindo não é a única que defende essas teses. Como então se situa o problema de comando único?

Marighella: Primeiramente nossa estratégia – uma estratégia de guerra revolucionária para o Brasil (ele insiste nestas últimas palavras) – não é algo fechado, algo que tem que ser trabalhado de uma vez por todas. Nossas orientações estão claramente definidas: guerrilha urbana, guerrilha rural, mobilidade, guerra de movimento, alianças militares-operários-camponesas, papel tático e complementar da luta na cidade, articulada com a luta no campo, que é a base estratégica da revolução. Além de tudo isso, as organizações que, hoje, lutam com armas na mão, estão de acordo, sem que todas vejam exatamente da mesma maneira o desenvolvimento da luta. Mas elas combatem; é na prática que as coisas se esclarecem, que se fará uma unidade estratégica cada vez maior e que, então, se formará um comando único. O que é certo é que, em volta de uma mesa, nunca se chegará a isto. Um comando único nascido de simples discussões seria artificial; se decomporia logo em seguida.

Conrad Detrez (Front): Nesta estratégia, você distingue três fases: a preparação da guerra de guerrilha, sua deflagração e a transformação da guerra de guerrilha em guerra de movimento. Onde estamos agora no Brasil?

Marighella: Entramos na segunda fase. A primeira foi formar grupos de combatentes armados, transformar a crise política permanente em uma situação militar, fazer os generais do governo admitirem que a guerra revolucionária tinha de fato começado. A guerrilha urbana está se instalando; a guerrilha rural será desencadeada este ano. Anunciamos a dispersão do inimigo que está organizando manobras anti-guerrilha em várias partes do país. Estas regiões, e só estas regiões, ele as conhece bem. Nós não iremos lá.

Conrad Detrez (Front): Por que começar com a guerrilha urbana?

Marighella: Na situação de ditadura que o país está vivendo, o trabalho de propaganda e divulgação só é possível, a priori, nas cidades. Os movimentos de massas, sobretudo os que haviam sido organizados pelos estudantes, pelos intelectuais, por certos grupos de militantes sindicais, criaram, nas principais cidades do país, um clima político favorável à aceitação de uma luta mais dura (as ações armadas). As medidas anti-democráticas tomadas pelo governo (fechamento do congresso, supressão das eleições, cassação do mandato parlamentar de mais de 100 deputados e senadores, censura da imprensa do rádio e da televisão) e inúmeros atos de repressão contra estudantes, muitos professores e jornalistas, criaram um clima de revolta. A cumplicidade da população foi conseguida pelos revolucionários. A imprensa clandestina progride. As emissões piratas são recebidas favoravelmente. A cidade reúne, pois, as condições objetivas e subjetivas requeridas para que se possa desencadear com sucesso a guerrilha. No campo, a situação está evidentemente menos favorável. A guerrilha rural deve, portanto, ser posterior à guerrilha urbana, cujo papel é eminentemente tático. Por outro lado, os combatentes que lutarão nos campos terão sido testados antes, durante a luta urbana. Os mais corajosos entre eles serão enviados aos campos.

Conrad Detrez (Front): Como você planeja continuar a guerrilha urbana?

Marighella: Podemos fazer muitas coisas: raptar, dinamitar, atirar nos chefes de polícia, especialmente naqueles que torturam ou assassinam nossos camaradas; depois continuar a expropriar armas e dinheiro. Desejamos que as forças armadas adquiram os mais modernos e eficientes armamentos, nós os roubaremos deles. Posso assegurar desde já que sequestraremos outras personalidades importantes e para objetivos mais amplos do que a libertação de 15 prisioneiros políticos, como foi o caso do sequestro do embaixador americano.

Conrad Detrez (Front): Quem serão os guerrilheiros rurais?

Marighella: Grupos aos quais serão incorporados homens nascidos no campo e que foram para a cidade para trabalhar. Eles foram politizados e treinados lá; agora eles estão voltando para casa. O êxodo rural, que é importante na América Latina, é um fator positivo a este respeito. Aliás, a incorporação dos camponeses à revolução é indispensável se quisermos transformar profundamente a sociedade brasileira. Uma luta que simplesmente opõe a burguesia ao proletariado urbano pode terminar em conciliação, não seria a primeira vez que o proletariado urbano se deixaria integrar neste sistema.

Conrad Detrez (Front): O senhor é maoísta?

Marighella: Eu sou brasileiro. Eu sou o que a prática revolucionária realizada no contexto brasileiro fez de mim. Nós seguimos nosso próprio caminho e se chegamos à pontos de vista iguais aos de Mao, Ho Chi Minh, Fidel Castro, Guevara, etc., não foi pelo nosso desejo.

Conrad Detrez (Front): O senhor tem naturalmente algumas simpatias particulares?

Marighella: Estive na China entre 1953 e 54. Foi o partido que me mandou para lá. Eu começava, nesta época, a contestar a sua linha e era o mais forte candidato às eleições internas no Estado de São Paulo. O Partido afastou-me, portanto, por algum tempo. Na China estudei bastante a revolução. Mas, se

formos falar de inspiração, a nossa vem especialmente de Cuba e do Vietnã. A experiência cubana, para mim, foi determinante, principalmente no que concerne à organização de um grupo inicial de combatentes.

Conrad Detrez (Front): A sua ideologia?

Marighella: Marxista-leninista. Mas não “ortodoxa”, como dizem. Nós não seguimos nem seguiremos jamais, mesmo após a tomada do poder, nenhuma ortodoxia. Ortodoxia é negócio de igreja.

Conrad Detrez (Front): O empreendimento revolucionário, o senhor mesmo espera realizá-lo?

Marighella: A questão não é essa. Sei apenas de uma coisa: a marcha revolucionária foi desencadeada, ninguém poderá detê-la. A revolução não é um negócio de alguns; mas sim de um povo e sua vanguarda. Faço parte, por haver dado, com outros camaradas, o golpe de partida. Mas é claro que a luta será longa e que virá o dia em que pessoas mais jovens que eu deverão me substituir. Aliás, a maior parte dos militantes que segue nossa orientação é pelo menos vinte cinco anos mais moça do que nós. Chegada a hora, um deles levará minha bandeira ou meu fuzil, se assim preferir.

Conrad Detrez (Front): Será que a guerrilha urbana exclui o movimento das massas, como por exemplo, as greves ou as manifestações estudantis?

Marighella: Absolutamente. Mas na atual situação de ditadura total, de fascismo absoluto, manifestar, ocupar uma fábrica, sem ser apoiado por grupos armados, seria suicídio. Por ocasião das últimas manifestações no Rio e em São Paulo, alguns estudantes foram mortos. A polícia atirou neles. Para se defender, eles não tinham senão alguns pedaços de pau ou simplesmente nada. Da próxima vez, será diferente; se os operários forem ocupar suas fábricas, eles serão armados previamente. É assim, aliás, que vejo a conjunção da guerrilha

urbana e do movimento de massas. Por outro lado, os operários podem muito bem sabotar as máquinas, fabricar armas clandestinamente, destruir o material. Para os homens casados, pais de família, é a única forma de guerrilha possível atualmente.

Conrad Detrez (Front): E o trabalho de massas, isto é, a tomada de consciência, a politização, a organização?

Marighella: É necessário, mas não necessariamente anterior à luta armada, salvo para a esquerda tradicional. Em termos de guerra revolucionária, trabalho de massas e luta armada são simultâneos e interdependentes; um age sobre o outro e vice-versa.

Conrad Detrez (Front): Pode-se ler em um de seus documentos: “A aliança armada do proletariado, dos camponeses e da classe média urbana é a chave da vitória”. Ora, de acordo com uma revista local, sobre os 150 revolucionários presos ou identificados, 38% são estudantes, 20% militares ou ex-militares, 17% de profissão liberal, 16% funcionários públicos, comerciantes, etc., somente 8% são operários. É representativa a exposição acima? Em caso afirmativo, como equilibrar de novo a balança a favor do proletariado?

Marighella: Estes números se aplicam apenas à guerrilha urbana e particularmente aos grupos mais comprometidos de combatentes. Aqueles que fazem o trabalho de massa dificilmente foram alcançados, nem aqueles que constituem as redes de apoio logístico. Não deixa de ser verdade que os que mais nos apoiam são, na cidade, a classe média e no campo, os camponeses. Entre as pessoas que foram presas ou identificadas não se encontravam camponeses, simplesmente porque a guerrilha rural ainda não começou. E as bases clandestinas que estamos preparando no campo são ignoradas por todos. É preciso reconhecer que a classe operária ainda está pouco presente na luta, deve-se isso a circunstâncias históricas próprias do Brasil. Entre nós, o movimento sindical que começou por volta

de 1930 foi sob impulso do presidente Vargas, chefe do Estado, portanto paternalista. Não houve conquistas operárias, portanto não houve lutas. Houve uma liberalidade por parte de Vargas. Os sindicatos sempre dependeram do Ministério do Trabalho; por conseguinte, sem autonomia. Além disso, nunca houve unidade sindical, o governo tinha o cuidado de fragmentar o movimento do qual, aliás, a base seguia cegamente a direção que por sua vez acompanhava cegamente o governo. Enfim, se nas suas fábricas os operários se mostrassem muito agressivos, havia sempre milhares de emigrantes chegados dos campos para substituí-los. Tudo isto não impediu o desenvolvimento de greves muito duras como, por exemplo, a de Osasco, em um subúrbio de São Paulo. De qualquer maneira, à medida em que a luta se desenvolver, o proletariado se encontrará um dia, todo ele, na encruzilhada dos caminhos e deverá escolher. Escolherá a luta, porque a burguesia é, historicamente, sua inimiga de classe.

Conrad Detrez (Front): A guerrilha rural surgirá simultaneamente em diversos pontos do Brasil?

Marighella: Sim. Atacaremos os grandes proprietários de terras brasileiros e americanos. Sequestraremos ou mataremos os que exploram e perseguem os camponeses. Tomaremos os rebanhos e os víveres das grandes fazendas para dá-los aos camponeses. Desorganizaremos a economia rural e não defenderemos nenhuma área, nenhum território, nada disso. Defender é acabar por ser vencido. É preciso que, sempre, em toda parte, como para a guerrilha urbana, que tenhamos a iniciativa. A ofensiva é a vitória. Outro ponto importante é a mobilidade. É essencial para escapar ao cerco e à repressão; portanto, manter a iniciativa. Certamente devem ter reparado que anunciamos muitas vezes quais serão nossas próximas ações. É de propósito; faz parte da nossa estratégia. Isso força o inimigo a dispersar suas tropas e a traçar seus planos de ataque ou de defesa, portanto a perder a iniciativa do combate. Ele sabe o que nós faremos, mas não sabe nem onde, nem quando,

nem como, nós o faremos. Assim, sempre levamos a vantagem; esse é um dos aspectos mais infernais da guerra revolucionária. Um outro princípio importante é a astúcia e o povo é astucioso.

Conrad Detrez (Front): O senhor é contra as ideias de Régis Debray?

Marighella: Algumas ideias me foram úteis; no que concerne à teoria do “foco insurrecional” estou em desacordo.

Conrad Detrez (Front): Os camponeses brasileiros aderirão mais facilmente à luta do que os bolivianos, que são índios e que, por razões históricas, desconfiam dos brancos e dos mestiços? Em outras palavras, o camponês brasileiro será mais permeável?

Marighella: No Brasil, este negócio de permeabilidade é um falso problema. O verdadeiro problema é o da infraestrutura da guerrilha. Há várias regiões do Brasil onde camponeses pretos, brancos, mulatos, mestiços de índios e de negros ou de índios e de brancos, participaram, com o apoio de estudantes ou de intelectuais, de movimentos políticos às vezes muito combativos como, por exemplo, as Ligas Camponesas de Francisco Julião. É com essa gente que é preciso preparar a infraestrutura de que falo; são eles que devem assegurar o transporte de homens e de víveres; são eles que servirão de guias. Posso mesmo dizer desde já que os setores de informação serão formados pelos próprios camponeses. Pode-se também partir dos seus movimentos de reivindicação, que também serão apoiados por grupos armados. E depois, os camponeses perseguidos virão se refugiar na guerrilha o que engrossará nossa coluna.

Conrad Detrez (Front): E o cangaço? Não poderá a guerrilha rural degenerar em banditismo de honra como foi o caso para os cangaceiros?

Marighella: Se ela for integrada dentro de uma estratégia global e conduzida em termos de luta de classes é impossível.

Conrad Detrez (Front): A extensão continental do Brasil favorece ou desfavorece sua estratégia?

Marighella: Favorece. No Brasil a colonização se fez ao longo do litoral. Foi lá que as forças de repressão do poder burguês (tropas, armas, tribunais, prisões...) se instalaram. Do centro para o oeste elas são muito fracas; nesta região o cerco estratégico a partir do litoral é praticamente impossível; existem grandes obstáculos naturais que separam a faixa costeira (mais ou menos 500km de largura) do centro: rios, montanhas, matagais. E depois, o Brasil confronta deste lado com países onde a guerrilha já foi implantada. As dimensões continentais do Brasil desfavorecem a aplicação da teoria “foquista”, mas favorece nossa estratégia de guerra revolucionária.

Conrad Detrez (Front): No transcurso deste ano, pôde o Senhor notar uma evolução positiva no modo pelo qual a população considera a guerrilha urbana?

Marighella: Certos atos, como a leitura de manifestos pelo rádio, o sequestro do embaixador americano, porque esclarecem o povo sobre o sentido político da nossa luta, suscitaram um forte movimento de simpatia. O mesmo acontece em relação aos saques de dinheiro nos bancos; os pobres sabem muito bem que é o dinheiro dos ricos que nós tomamos e que vai servir para lutar contra aqueles que os oprimem.

Conrad Detrez (Front): A estratégia para o Brasil faz parte de uma estratégia revolucionária continental?

Marighella: Naturalmente, pois é preciso responder ao plano global do imperialismo norte-americano com um plano global latino-americano. Nós estamos ligados à OLAS (Organização Latino-Americana de Solidariedade) como muitas outras organizações revolucionárias do continente, e, em particular, aquelas que, nos países vizinhos, lutam com o mesmo

objetivo que nós. Enfim, é um dever face à Cuba libertá-la do cerco imperialista ou aliviá-la da sua pressão, combatendo em toda parte. A revolução cubana é a vanguarda da revolução latino-americana; esta vanguarda deve sobreviver.

Conrad Detrez (Front): Vocês recebem armas ou dinheiro de Cuba?

Marighella: Não. O Brasil tem muito mais armas e dinheiro do que Fidel Castro. É um imperativo da nossa estratégia tomar armas e dinheiro do inimigo, isto o enfraquece e cria um clima de guerra revolucionária.

Conrad Detrez (Front): Por que acusar o imperialismo americano e nunca o alemão e o japonês?

Marighella: Porque é fundamentalmente sobre o americano que se apoiam a ditadura e a burguesia. Não morremos de amor pelos outros dois, mas é o imperialismo americano que devemos quebrar. A ruína dos outros se seguirá.

Conrad Detrez (Front): Certos esquerdistas acusam a ALN, que o senhor dirige, de fazer uma luta anti-oligárquica e de libertação nacional e não uma luta pela revolução socialista.

Marighella: Antes de fazer o socialismo, é preciso liquidar o aparelho burocrático e militar da reação e esvaziar o país do invasor norte-americano. Nisto seguimos, aliás, a declaração geral da OLAS. Como para Cuba, seguindo-se esta orientação chega-se necessariamente ao socialismo.

Conrad Detrez (Front): O senhor acredita que a ditadura militar e a burguesia farão um apelo à intervenção militar americana caso a extensão da guerrilha chegasse a ameaçá-las seriamente?

Marighella: Creio que as tropas americanas intervirão. A ocupação econômica de agora se tornará também uma ocupação militar, e portanto, evidente aos olhos de todos; o Brasil

então se transformará em um novo Vietnã, algumas dezenas de vezes maior.

Conrad Detrez (Front): É possível que surja no Brasil no seio dos setores armados uma corrente nacionalista ou “nasserista”, capaz de tomar o governo e aplicar uma política semelhante à dos generais peruanos? Em caso afirmativo, não precisaria rever a sua estratégia?

Marighella: Existe uma corrente nacionalista, mas que não tem nenhuma chance de se impor. Aliás, ser apenas anti-imperialista, no ponto que as coisas chegaram no Brasil, seria pura demagogia. A moosa fase de desenvolvimento é superior à do Peru; as relações econômicas entre os Estados Unidos e o Brasil passam por mecanismos mais complexos. De qualquer forma, mesmo se a corrente dita “nasserista” se impusesse, isto não mudaria em nada nossa estratégia, pois um poder “nasserista” continua a ser um poder burguês; as estruturas da sociedade seriam as mesmas. Digo mais, o Brasil de hoje não é o Peru da véspera da tomada de poder pela Junta; há aqui uma situação de guerra revolucionária que não existia lá. Esta situação leva antes à união das forças armadas do que à rivalidade entre suas diversas tendências. Os militares pátrios no Brasil só tem uma escolha: desertar ou sabotar.

Conrad Detrez (Front): Li em um jornal brasileiro que o “Pravda” havia anunciado o sequestro do embaixador Burke Elbrick como: “um ato de um pequeno grupo de desconhecidos”. O que pensa o senhor?

Marighella: Que o “Pravda” está mal informado, embora disponha dos meios de conhecer a verdade.

Conrad Detrez (Front): A coexistência pacífica?

Marighella: É problema dos soviéticos. Para nós, povos do Terceiro Mundo, é inviável.

Conrad Detrez (Front): Muda alguma coisa o restabelecimento da pena de morte?

Marighella: A ditadura apenas legalizou uma situação de fato. Antes disso, ela já assassinava nossos camaradas. Esta pena de morte, nós também a aplicaremos.

Conrad Detrez (Front): O aparecimento de uma série de grupos revolucionários autônomos é, segundo sua opinião, positivo. Se assim for, como resolver os problemas de coordenação e unidade estratégicas?

Marighella: É positivo porque enfraquece os golpes da repressão; os pequenos grupos caem, mas a espinha dorsal do movimento revolucionário permanece intacta. A Ação Libertadora Nacional praticamente não foi atingida; ela está presente em todo o Brasil, desde a embocadura do Amazonas até a fronteira do Uruguai. Quanto à unidade e coordenação da luta, é função da identidade das concepções ideológica e estratégica; é a aplicação de uma mesma estratégia que os integra em um só vasto movimento. A direção deste movimento aparecerá e se afirmará no correr da luta. Um grupo de homens e de mulheres que podem vir de diferentes organizações, se destacará necessariamente e se revelará capaz de conduzir o empreendimento revolucionário a termo. Também, a posição da ALN consiste em ajudar, amparar, fornecer armas e treinar os militantes desses grupos autônomos.

Conrad Detrez (Front): Poderá o eixo Rio-São Paulo representar o papel excepcional que representou o eixo Moscou-Leningrado na revolução de outubro?

Marighella: O triângulo Rio, São Paulo e Belo Horizonte constitui de hoje em diante a base de sustentação do imperialismo, da burguesia e do latifúndio. É aí que se encontra concentrado todo o poderio do Estado (economia, finanças, forças armadas e policiais, órgãos de propaganda, cultura, etc.). Até pouco tempo, considerava-se que a zona mais propícia para o desencadeamento da revolução era a do Nordeste e esquecia-se de que o setor Rio-São Paulo-Belo Horizonte podia reunir os meios suficientes para sufocar qualquer

tentativa revolucionária no Nordeste. Assim, decidimos transferir o centro de gravidade do trabalho revolucionário para o sul do país. A experiência prova que fizemos bem. Conseguimos abalar a referida base de sustentação; obrigamos as forças de repressão a não sair do triângulo onde já tem muito o que fazer e as impedimos, ao mesmo tempo, de ir reprimir as forças revolucionárias em ação no Nordeste e em qualquer outro lugar. Os golpes que desferimos contra as forças reacionárias do triângulo Rio-São Paulo-Belo Horizonte são decisivos; é aí que devem ser desferidos os mais violentos. Comparar o eixo Rio-São Paulo com Moscou-Leningrado não é assim tão válido uma vez que em 1917 o papel dessas cidades não estava incluído, como é o nosso caso, na estratégia de guerra revolucionária. Há, todavia, um ponto em comum, talvez sobre o plano de base da reação.

Ao término da entrevista, um casal de pessoas simples nos traz sanduíches, leite, café e frutas. “Eles são católicos” – disse-me Marighella; nós nos entendemos bem por que eles sabem que eu sou pela liberdade religiosa. E pela inteira separação da Igreja e do Estado. Aliás, uma das coisas que mais irrita os generais, é que eles não conseguem lançar a igreja contra os revolucionários. E não são só grupos católicos que participam da nossa luta; há espíritas, protestantes e todas essas pessoas do povo que frequentam os centros de cultos africanos.” Pergunto-lhe por que ele esperou a conferência da OLAS, em 1967, para romper com a direção do PCB – “É porque nesta ocasião eu sustentava uma importante luta interna, sobretudo em São Paulo, de onde vieram os primeiros e melhores militantes da ALN. Agora, o partido está muito enfraquecido; Luís Carlos Prestes está velho e prisioneiro de um grupo de burocratas completamente corrompidos pela ideologia burguesa”. Contou-me ainda sobre o escândalo que fez no Rio, em 1964, alguns dias depois do golpe de Estado. Tinha marcado um encontro com um camarada em um cinema. Na saída, agentes da polícia política o esperavam. Logo que percebeu tentou fu-

gir. Os agentes atiraram, ele recebeu três balas em pleno ventre. Ensanguentado, no meio das pessoas que deixavam a sala, começou a gritar: “Estas balas que estão vindo, doravante serão revidadas contra a ditadura.” Eu estava esperando por isso. Depois de dois meses de prisão, foi-me restituída a liberdade, pois a polícia não podia me acusar de outra coisa concreta. Desde então, venho me aprofundando na promessa desta frase”. Quanto à sua origem é assunto reservado. “Nasci na cidade do Salvador, na Bahia: meu pai era um imigrante italiano; minha mãe uma negra. Sou neto de escravos”. Depois da refeição, fomos para um jardim que tinha várias saídas. Deu-me um grande e caloroso abraço e se retirou acompanhado de dois seguranças.

MARIGHELLA E A AÇÃO LIBERTADORA NACIONAL

*Jacob Gorender**

O vazio da retração do PCB foi preenchido por novas organizações surgidas de suas próprias fileiras. A mais importante veio a ser a Ação Libertadora Nacional (ALN), vinculada aos nomes de Marighella e Câmara Ferreira.

De 1965 até quase as vésperas de sua morte, no final de 1969, Marighella conjugou o dinamismo de revolucionário prático a uma produção literária exuberante. Através dos seus escritos assinados e não-assinados, pode-se acompanhar o próprio pensamento que deu origem e forma à ALN.

Por que resisti à prisão começou a circular no segundo semestre de 1965. A publicação em livro impresso, nas condições de clandestinidade, já era uma façanha. O volume tem 141 páginas divididas em dezoito capítulos, dos quais os dois últimos exibem flagrante discrepância com relação aos anteriores. Parece correto presumir que os dezesseis primeiros foram redigidos antes da reunião de maio do Comitê Central, ao passo que os dois últimos registram reflexões suscitadas pela reunião.

No início do livro, o autor narra o episódio de 9 de maio de 1964: sua prisão dentro de um cinema do bairro da Tijuca, no

* O artigo que usamos aqui como posfácio do nosso livro foi escrito pelo ex-dirigente do PCB e fundador do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR) em 1968, Jacob Gorender, militante comunista e historiador marxista, e corresponde ao capítulo 13 do clássico livro *Combate nas Trevas – A Esquerda Brasileira: Das Ilusões Perdidas à Luta Armada*, publicado em 1987, e talvez o mais conhecido balanço historiográfico sobre a luta armada e a esquerda brasileira nas décadas de 1960 e 1970. Mesmo com discordâncias de algumas pontuações de Gorender, ou da sua própria orientação política, é um texto de fundamental importância para compreender a atuação de Marighella e da ALN.

Rio, a luta com os tiras depois de ferido a bala, a passagem por diversos cárceres, interrogatórios policiais, etc. Alto e musculoso, cinquentão ainda forte, Marighella foi um dos homens mais valentes que conheci. Não direi que não temesse a morte, mas a desafiava. Sua narrativa teve a intenção de oferecer um exemplo de resistência e levantar os ânimos no ambiente de frustração dos adversários do regime militar. Após o relato pessoal, segue-se a denúncia de crimes e arbitrariedades cometidos pelos novos donos do poder. Em toda esta parte, observa-se a moderação nas proposições críticas à direção do PCB e ainda aparecem os habituais elogios à figura de Prestes.

Já os dois últimos capítulos se desfazem do tom cauteloso e as proposições críticas se aguçam. O texto põe em descrédito a possibilidade de caminho pacífico e condena as ilusões no potencial revolucionário da burguesia nacional. O autor salienta o erro da subestimação do aliado camponês, destaca a lição de Cuba e afirma que a luta revolucionária no Brasil poderá levar ao aparecimento de guerrilhas. Na página final, um parágrafo curto enuncia a ideia-chave de Marighella daí em diante: “Liderança é dinamismo, é ação. E nesse sentido é que se torna necessário perseverar”.

A Crise Brasileira, principal escrito de 1966, dá um passo à frente. Mas ainda se conserva longe do militarismo agudo e da negação do princípio do partido de vanguarda. Mais contundente, as críticas à direção do PCB investem contra as ilusões na “tradição democrática” das Forças Armadas e o vício de só confiar nos entendimentos de cúpula com a oposição burguesa, nos jogos eleitorais e parlamentares.

O que há de mais novo em *A Crise Brasileira* é um esboço de proposta de luta de guerrilhas acopladas ao movimento camponês. Contudo, a guerrilha rural é declarada segunda frente, forma de luta completamente destinada a viabilizar a luta nas cidades. Questão fundamental da tática e não área estratégia. Nas cidades, a guerrilha é considerada taxativamente inviável.

Em junho de 1967, Marighella viajou para Cuba e regressou ao Brasil em dezembro. Durante a permanência na Ilha, seu

pensamento sofreu acentuada flexão, para a qual já estava propenso e que, sem dúvida, não se verificaria tão depressa sem o influxo direto das teses cubanas. Em consequência, ajustou-se o acordo prático entre a liderança cubana e o fundador da ALN. Ainda em 1967, viajou para Cuba a primeira turma de adeptos da *facção marighellista* que ali fez treinamento de luta guerrilheira. Em 1968 e 1969, seguiram mais duas turmas.

De regresso ao Brasil, Marighella se defrontou com os fatos consumados de sua expulsão do PCB e da intervenção do Comitê Central no quadro partidário de São Paulo. A resposta veio através da formação do Agrupamento Comunista de São Paulo, a cuja frente, além do próprio Marighella, estavam militantes respeitados como Rolando Frati, Raphael Martinelli, Adolfo Costa Pinto, Câmara Ferreira e Oswaldo Lourenço. Em fevereiro de 1968, o *Pronunciamento do Agrupamento Comunista de São Paulo* esboça um tipo de organização moldado para as tarefas da luta armada e oposto à estrutura tradicional do partido comunista. Explicitamente, o *Pronunciamento* afirma que a reorganização de um partido político implicaria o retorno à rotina burocrática e serviria de emperramento à luta revolucionária.

Semelhante tomada de posição custou ao Agrupamento Comunista a perda da maioria de adeptos que acompanhavam Marighella como primeiro-secretário do Comitê Estadual de São Paulo e que apoiaram sua posição na Conferência Estadual de Campinas. São militantes contrários ao pacifismo do Comitê Central, porém apegados ao princípio do partido político de vanguarda. Parte deles retornará ao PCB e outros ficarão à margem.

Nos seus escritos redigidos ainda em Cuba e nos que se seguem, Marighella define princípios norteadores da ALN, sigla surgida no final de 1968 em substituição ao Agrupamento Comunista. Nestes escritos e no jornal *O Guerrilheiro* (em circulação a partir de 1968), delineia-se um ideário que não se limita à cópia da teoria oficial cubana, porém procura adaptar o modelo *castro-guevarista* à certos dados a experiência brasi-

leira. Além de incorporar elementos do pensamento individual do fundador da ALN.

O primeiríssimo princípio é o da ação. É a ação que faz a organização e a desenvolve. Ação significa violência revolucionária, luta armada, guerrilha. A ação cria tudo a partir do nada, do zero (repete-se a sentença de Fidel Castro). Daí decorre a atitude *antiteoricista* – a teoria vista como *blábláblá* em torno de mesas de discussão. As necessidades teóricas do presente já estão supridas pelo leninismo e pelo castrismo, nada há a acrescentar.

Ignoro se Marighella, na juventude, leu as *Reflexões sobre a violência* de Georges Sorel. Ou se assimilou suas teses através do contato com círculos anarquistas. Seja como for, o ativismo, a exaltação da violência e o antiteoricismo da fase ALN colocam Marighella na linha do pensamento de Sorel, o doutrinador do *anarcossindicalismo**.

Bem como na linha mais recente de Fanon. Este falou na violência absoluta, o líder revolucionário faz apelo à violência extrema. A violência situada no plano dos valores incondicionados, alheios a determinações históricas.

* Aqui o autor incorre em um erro comum da historiografia marxista sobre o anarquismo. Georges Eugène Sorel foi na verdade um teórico francês do sindicalismo revolucionário. O anarcossindicalismo, por sua vez, foi um fenômeno espanhol iniciado pelos bakuninistas da Ala Federalista da AIT (Associação Internacional dos Trabalhadores, o 1ª Internacional) no fim do século 19, e que teve seu auge com o protagonismo da CNT-FAI (Confederação Nacional do Trabalho e Federação Anarquista Ibérica) durante a guerra civil espanhola. Sorel é um autor controverso e com uma trajetória política peculiar, foi um teórico e defensor da violência revolucionária do proletariado, situando-se entre um marxismo heterodoxo e influências do anarquista francês Pierre-Joseph Proudhon, do filósofo alemão Friedrich Wilhelm Nietzsche e outros, depois aproximou-se da extrema-direita monarquista. Por sua vez, influenciou desde marxistas como o italiano Antônio Gramsci e o peruano José Carlos Mariátegui, passando pelo líder fascista, Benito Mussolini, e muitos anarquistas e sindicalistas revolucionários. Entre outros livros, Georges Sorel escreveu o clássico *Reflexions sur la violence* (1908), citado por Jacob Gorender.

A aproximação peculiar ao pensamento anarquista – deliberada ou não – se revela no desprezo por qualquer iniciativa não subordinada à dinâmica da luta armada. Embora a ALN tenha tido um setor de trabalho de massas, este se atrofiou e desapareceu. O princípio é o da ação direta, sem mediações de lutas de massas por objetivos parciais.

Dentro desta orientação, Marighella foi o líder revolucionário dos anos 60 que mais explícita e reiteradamente pregou o terrorismo de esquerda. Ao contrário de Guevara, que advertiu contra os prejuízos do terrorismo, o dirigente brasileiro o incorporou ao seu elenco de procedimentos. No trecho mais extenso a respeito, escreveu (da versão de *Les Temps Modernes*, nº 280):

“Quando nós recorremos aos atos terroristas, sabemos que eles não nos levam diretamente ao poder.

Todo ato terrorista é uma operação tática tendo por objetivo a desmoralização das autoridades, o cerco das forças repressivas, a interrupção de suas comunicações, o dano às propriedades do Estado, dos grandes capitalistas e latifundiários.

Os atos terroristas revolucionários e a sabotagem não visam a inquietar, amedrontar ou matar gente do povo. Eles devem ser utilizados como tática para combater a ditadura que lança contra o povo as organizações de extrema direita, tais como o CCC (Comando de Caça aos Comunistas) e o MAC (Movimento Anticomunista). Implacável e impiedosa, a ditadura recorreu a violência brutal. (...) Nos cárceres, as torturas são indescritíveis. Prisioneiros e suspeitos são assassinados e fuzilados.

O terrorismo que a ditadura emprega contra o povo, nós contrapomos o terrorismo revolucionário.

Os revolucionários, que praticam o terrorismo e a sabotagem, devem construir uma infraestrutura adequada à execução de sua tarefa. Eles necessitam de meios próprios de fabricação de material bélico e eles devem dividir seu trabalho. Os nomes, endereços, números de telefone, itinerários, anda

deve ser escrito. Deve-se comunicar os planos à pessoa indicada: somente os que tem algo a fazer devem saber de sua tarefa.

A arma privilegiada do terrorista revolucionário é a capacidade de iniciativa que o engajará numa atividade permanente. Quanto maior for o número de terroristas decididos e de grupos revolucionários empenhados no terror contra a ditadura e a sabotagem, maior o tempo que o poder militar perderá a procura de pistas, maiores seu medo e angústia por não saber onde o próximo golpe será dado e qual o objetivo escolhido”.

Também o princípio organizativo da ALN se identificou com o anarquismo. Nada de direções centralizadoras e escalões intermediários. A organização revolucionária se compõe de grupos com inteira liberdade de iniciativa. Os comandos ou coordenações só existem para articular ações de maior envergadura, que envolvem mais de um grupo. O princípio tático da ação direta militar (incluindo o terrorismo) e o princípio organizativo do grupismo permitem caracterizar a concepção marighellista como a de um anarcomilitarismo*.

Do ponto de vista dos objetivos estratégicos, a ALN herdou do PCB a teoria das duas etapas da revolução. Colocou a libertação nacional como primeiro objetivo, ao qual se seguiria o do

* O que o autor pontua sobre a ALN, a violência e o anarquismo, com uma intenção de certa forma pejorativa ou discordante, é na verdade a relação instintiva da ALN e de Marighella com a prática política da violência revolucionária pelo *anarquismo ilegalista* ou a guerrilha urbana anarquista iniciada na Europa e na região do Rio da Prata, entre a Argentina e o Uruguai, ainda no início do séc. XX, na qual se destacaram figuras como o argentino Miguel Arcángel Roscigna, o italiano Severino Di Giovanni, o francês Jules Bannot e o espanhol Buenaventura Durruti (ver nosso livro *Anarquistas Expropriadores e outros Ensaios*, de Osvaldo Bayer, 2020). Além disso cabe ressaltar a coincidência das formulações de Marighella com as do militante e teórico anarquista Abraham Guillén, que publicou entre os anos 1950 e 1960 diversas obras sobre o imperialismo e a luta guerrilheira, destacando-se o livro *Estrategia de la guerrilla urbana* (1969). Marighella também esteve em contato com a esquerda armada do Uruguai e manteve contatos com o MNL-Tupamaros e outras organizações, entre elas a OPR-33 (Organización Popular Revolucionaria 33 Orientales), braço armado da Federación Anarquista Uruguaya (FAU), fundada em 1956.

poder socialista. Sob este aspecto, a ALN se afastou do imediatismo socialista uniforme de Guevara.

Com relação a guerrilha rural, elevada à condição primordial da tarefa estratégica, Marighella também introduziu uma modificação na teoria cubana em voga. Após o fracasso, no Brasil, do foco do Caparaó e da derrota de Guevara, na Bolívia, o foquismo puro e simples foi questionado pelos partidários da luta armada. Marighella se declarou contrário aos focos e, inspirado na experiência histórica brasileira (das lutas contra os holandeses ao cangaço de Lampião), apresentou a tarefa das colunas guerrilheiras móveis, que se deslocariam contando com pontos de apoio de antemão assentados. Todavia, a modificação introduzida é secundária no contexto geral. O foquismo se mantém, na medida em que a guerrilha começa do zero, dissociada de qualquer movimento de massas, e incorpora a função de vanguarda política.

Antes considerada inviável, a guerrilha urbana se valoriza como tarefa tática (fornecimento de quadros e armas, fustigamento do inimigo etc.) A luta nas cidades não é o alvo de zombaria, à maneira do folheto de Debray. Sua valorização e a experiência concreta acumulada no Brasil resultarão no *Manual do Guerrilheiro Urbano*, escrito por Marighella em meados de 1969 e traduzido para várias línguas.

Em concordância com esta linha de propostas, recortara-se o perfil do militante da ALN. Deve ter aptidão para a ação armada. Na participação direta ou em tarefas logísticas. O que restringe fortemente o âmbito do recrutamento. Afastam-se aqueles que não se adaptam ao esquema de uma organização militarizada.

A militância básica da ALN veio da Dissidência Estudantil de São Paulo, da qual incorporou 70% dos ativistas. Ao lado deles, numerosos profissionais de nível universitário e proporção mais reduzida de operários. No Rio, o núcleo inicial da ALN foi menos significativo. Em Minas, ganhou a adesão da Corrente Revolucionária, embora esta se conservasse autônoma. Em ou-

tros estados, grupos da ALN surgirão mais tarde, comumente de rachas de organizações concorrentes.

O primeiro ato de combate da facção marighellista ainda se associou a um processo de luta de massas. No município de Presidente Epitácio, no Oeste do Estado de São Paulo, rolava um conflito entre o fazendeiro e grileiro José da Conceição Gonçalves, vulgo Zé Dico, e algumas dezenas de posseiros. A 24 de setembro de 1967, o militante comunista Edmur Péricles de Camargo, à frente de um grupo de lavradores, invadiu a sede da fazenda e matou Zé Dico.

Em dezembro do mesmo ano, a ALN começou os assaltos com finalidade de expropriação de fundos. A primeira ação – como se dizia na esquerda armada – interceptou um carro transportador de dinheiro, no bairro paulistano de Santo Amaro, à altura da horrível estátua de Borba Gato. No comando pessoal da ação, a pequena distância do carro transportador, Marighella recolheu imediatamente o dinheiro do asfalto. Seguiram-se outros assaltos a agências bancárias, a expropriação do carro pagador da Massey Ferguson, a apreensão de explosivos da Companhia Rochester, em Mogi das Cruzes. A ação mais sensacional – o assalto a um trem pagador da estrada de ferro Santos-Jundiaí, a 10 de agosto de 1968.

Os órgãos policiais foram desnorreados. A técnica dos assaltos é sofisticada e o número deles se eleva de maneira assustadora. Até 1967, os assaltos a agências bancárias raramente passavam de dois por ano em São Paulo e os marginais espoliavam os caixas e os clientes, ao passo que agora o objetivo é o cofre da agência. No decurso de 1968, os assaltos atingiram, na capital paulista, onze agências bancárias, cinco carros pagadores e um trem pagador, num total de dezessete. Até julho de 1969, eram atacadas mais 31 agências bancárias e um carro pagador (*O Estado de S. Paulo*, 15 maio 1969; *Veja*, 13 agosto 1969). O que se devia não só à ALN, mas também outras organizações clandestinas.

No decorrer de 1968, os assaltantes não se identificam. Mistério proposital. Mais tarde, Marighella escreverá que se trata-

va de ganhar tempo para acumular poder de fogo. Que a polícia pensasse estar lidando com marginais.

As ações conduzem à estruturação do primeiro Grupo Tático Armado (GTA), chefiado por Marco Antônio Braz de Carvalho, popularizado pelo apelido de Marquito. Acima dos trinta anos, metalúrgico, mais experiente do que os jovens mal saídos da adolescência que o seguem e aos quais se impõe pela capacidade de comando e perícia no manejo de armas e explosivos.

Ainda em 1968, uma equipe da ALN percorre regiões do interior e procede o levantamento de locais adequados para áreas estratégicas e pontos de apoio das projetadas colunas guerrilheiras. Elementos da primeira turma treinada em Cuba regressam ao Brasil e difundem o que aprenderam sobre o emprego de armas e explosivos e técnicas de combate. Aparentemente, há expansão e fortalecimento.

O mistério sobre os assaltos de novo estilo se acaba a 13 de novembro de 1968. Na manhã deste dia, num subúrbio carioca, o carro pagador do Instituto de Previdência do Estado de Guanabara (IPEG) foi interceptado por três homens armados, que se apoderam de 120 mil cruzeiros novos. À tarde, um sargento reformado da Polícia Militar reconheceu o carro receptor do dinheiro expropriado num posto de gasolina. Avisados pelo sargento, policiais prenderam o motorista. Submetido a tortura, o jovem abriu informações, inclusive a de que pouco antes havia se separado de Marighella, comandante da ação contra o carro do IPEG. Em face da ausência do motorista no ponto combinado, Marighella correu para o aparelho na Pedra de Guaratiba e ainda teve tempo de levar o dinheiro confiscado. Mas o segredo sobre a autoria das ações deixou de existir. Jornais e revistas publicaram longas matérias a respeito do líder comunista e chefe dos assaltos até então indecifráveis. Em todas as bancas, a capa da revista Veja exibia o rosto do famoso revolucionário. Os órgãos da repressão policial fazem dele o inimigo público número um.

Os incidentes azarados do assalto ao carro pagador do IPEG se concluíram com um episódio trágico. De retorno a São Pau-

lo, dois participantes da ação – o casal de estudantes João Antônio Abi-Eçab e Catarina Helena Xavier Ferreira – morreram à noite, na colisão de seu carro com um caminhão, próximo a Vassoura. Na bagagem do Fusca do casal, a Polícia encontrou uma metralhadora e pentes de balas.





A
L
N

 ADANDÉ